



CONTAS DE GOVERNO

EXERCÍCIO DE 2021

VOLUME 2

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Secretaria de Fazenda



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ÍNDICE

01 – INTRODUÇÃO.....	4
1.1. Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado	5
1.2. Introdução Conceitual das Demonstrações Contábeis	10
1.3. Processo de Convergência aos Padrões Internacionais.....	16
02 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – CONSOLIDADO	18
2.1. Balanço Orçamentário – Quadro Principal	19
2.2. Balanço Orçamentário – Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados.....	20
2.3. Balanço Orçamentário – Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados	20
2.4. Balanço Financeiro	21
2.5. Balanço Patrimonial – Quadro Principal.....	22
2.6. Balanço Patrimonial – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	23
2.7. Balanço Patrimonial – Quadro das Contas de Compensação	23
2.8. Balanço Patrimonial – Quadro do Superávit/Déficit Financeiro	24
2.9. Demonstração das Variações Patrimoniais.....	25
2.10. Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	26
2.11. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Quadro Principal	27
2.12. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas.....	28
2.13. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	29
2.14. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Quadro de Juros e Encargos da Dívida.....	29
03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	30
04 – ASPECTOS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	41
4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa	42
4.2. Créditos a Curto Prazo.....	44
4.2.1 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	48
4.3 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	55
4.4 Estoques.....	55
4.5 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente.....	56
4.6 Créditos a Longo Prazo	56
4.7 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo.....	60
4.8 Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	63
4.9 Estoques.....	63
4.10 Investimentos.....	64
4.11 Imobilizado.....	72
4.11.1 Bens Móveis	72

4.11.2 Bens Imóveis	74
4.12 Intangível	77
4.13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	78
4.14 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	79
4.15 Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo.....	82
4.16 Obrigações Fiscais a Curto Prazo.....	83
4.17 Obrigações de Repartições a Outros Entes	83
4.18 Provisões a Curto Prazo	84
4.19 Demais Obrigações a Curto Prazo.....	84
4.20 Dívida Flutuante.....	89
4.21 Restos a Pagar	90
4.22 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo.....	94
4.23 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	95
4.24 Fornecedores a Longo Prazo	96
4.25 Obrigações Fiscais a Longo Prazo.....	97
4.26 Provisões a Longo Prazo	97
4.27 Demais Obrigações a Longo Prazo.....	98
4.28 Resultado Diferido	99
4.29 Patrimônio Líquido	100
4.30 Ajustes de Exercícios Anteriores.....	102
4.30.1 Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Acumulados.....	104
4.30.2 Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista – Lucros ou Prejuízos Acumulados....	105
4.31 Resultado Patrimonial	107
4.32 Ativos e Passivos Contingentes	110
4.32.1 Passivos Contingentes.....	110
4.33 Análise dos Quocientes – Balanço Patrimonial	110
4.34 Análise dos Quocientes – Demonstração das Variações Patrimoniais.....	114
4.35 Resultado Orçamentário	115
4.36 Análise dos Quocientes – Balanço Orçamentário	118
4.37 Resultado da Execução Financeira.....	122
4.38 Análise dos Quocientes – Balanço Financeiro	125
4.39 Resultado dos Fluxos de Caixa.....	126
4.40 Análise dos Quocientes – Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	128
05 – LEGISLAÇÃO BÁSICA.....	130
06 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
07 – LISTA DE TABELAS	141
8 – LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	144

01 – Introdução

1.1. Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado

A Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado - SUBCONT é o Órgão Central do Subsistema de Contabilidade do Poder Executivo. Dentre outras atribuições, compete à SUBCONT coordenar e normatizar os procedimentos contábeis dos atos e fatos da administração pública nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, orientando tecnicamente as Unidades de Contabilidade - UCT, supervisionando as atividades para padronização, racionalização e controle das ações.

É de sua competência também, elaborar, manter e aprimorar o plano de contas, os tipos, itens e operações patrimoniais a serem utilizados pelos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; emitir pareceres e notas sobre assuntos de natureza técnica afetos à área contábil; fornecer aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual orientação e apoio técnico na aplicação de normas e na utilização de técnicas contábeis.

Ainda nesse contexto, a Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado é responsável pela elaboração e divulgação da Prestação de Contas de Governo e do Balanço Geral do Estado do Rio de Janeiro. Assim sendo, este Relatório Técnico (Volume 2) está estruturado de modo a apresentar sistematicamente as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas do exercício de 2021.

Quanto às Unidades de Contabilidade – UCT (denominada Assessoria de Contabilidade – ASSCON ou equivalentes), compete dentre outros:

- Realizar o registro contábil dos atos e dos fatos que afetam o patrimônio das entidades do setor público, respaldado por documentos que comprovem a operação e seu registro na contabilidade, mediante classificação em conta adequada, visando à salvaguarda dos bens e à verificação da exatidão e regularidade das contas;
- Certificar a regularidade da liquidação das despesas;
- Promover análise e acompanhamento das contas analíticas garantindo seu registro com individualização do devedor ou do credor, quanto à especificação da natureza, importância e data do vencimento;

- Observar as instruções baixadas pela Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado quanto à aplicação do Plano de Contas Único, Eventos, Rotinas Contábeis e os Manuais de Procedimentos;

Desta forma, observa-se que as atribuições da SUBCONT e das UCT's são bastante distintas. Enquanto a SUBCONT tem competências de caráter orientador e controlador das atividades contábeis, as UCT's tem por competência a execução dessas atividades.

A estrutura Contábil do Estado do Rio de Janeiro no exercício de 2021 foi composta por 136 Unidades Gestoras, distribuída pelos seguintes tipos de Administração:

- * 35 órgãos da Administração Direta, compreendendo os Poderes, as Secretarias, dentre outras Unidades Gestoras especiais;
- * 45 Fundos;
- * 17 Autarquias;
- * 16 Fundações;
- * 05 Empresas Públicas e
- * 18 Sociedades de Economia Mista

Cabe mencionar também, que são evidenciados nas Demonstrações Contábeis, por meio da equivalência patrimonial, pelos valores de suas respectivas participações, 04 Empresas Não Dependentes (CEDAE, CFSEC, IO e AGE-RIO) e 03 Empresas em Liquidação (DIVERJ, CELF, BD-RIO).

Com vistas a extrair com precisão os relatórios contábeis que integrarão a Prestação de Contas de Governo, assim como os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, foi publicada a Portaria SUBCONT nº001 de 02 de Outubro de 2018, a qual revogou a Portaria CGE nº199 de 10 de Agosto de 2016, determinando às Assessorias de Contabilidade – ASSCON's a obrigatoriedade de emissão da Declaração Anual do Contador, a qual abrangerá as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) compostas pelas demonstrações enumeradas na Lei nº 4.320/1964 e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000.

A Declaração Anual do Contador deve ser encaminhada à SUBCONT em até 60 dias após o encerramento do exercício.

UG'S QUE NÃO ENTREGARAM A DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATÉ A CONCLUSÃO DESTA PRESTAÇÃO DE CONTAS		
Código	MNEMÔNICO	DESCRIÇÃO
010100	ALERJ	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
016100	FUNDO ALERJ	FUNDO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ERJ.
030100	TJ	TRIBUNAL DE JUSTICA
036100	FETJ	FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTICA
036200	FEEMERJ	FUNDO ESPECIAL ESCOLA DE MAGISTRATURA RJ
036300	FARCPN	FUNDO DE APOIO AOS REG. CIVIS PN ERJ
040100	SEPLANIG- Extinta	SEC. EST.DE INTEG.GOVERNAMENTAL - EXTINTA
043400	AGETRANSP	AG.REG.SV.PUB.CONC.TRANSP.AQUAV.FER.MET.E ROD
043500	AGENERSA	AG.REG. DE ENERGIA E SANEAMENTO BASICO DO ERJ
044100	DER-RJ	FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO EST. RJ
045200	EMOP	EMPRESA DE OBRAS PUBLICAS DO ESTADO DO RJ.
046500	FRSCPER	FDO.DE REGULACAO SERV.CONCED.PERMIT. DO ERJ
050100	SEDC - Extinta	SEC.DE EST. DE DEFESA DO CONSUMIDOR - EXTINTA
053100	IPEM	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO RJ
060100	GSI	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
060200	SUBSECMGSI	SUBSECRETARIA MILITAR DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
070100	SEINFRA	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
070200	CEDAE ACOES DESC.	CEDAE - ACOES DESCENTRALIZADAS
080100	VICE-GOV	VICE-GOVERNADORIA
100100	MP	MP - MINISTERIO PUBLICO
106100	FEMP	FUNDO ESPECIAL DO MINISTERIO PUBLICO DO ERJ
120100	SEPLAG-Em Extinção	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO - EM EXTINÇÃO
120200	SEFAZ LOGISTICA	SUBSEC. DE REC. LOGISTICOS - SEFAZ-LOGISTICA
123100	IPERJ - Extinto	INST. DE PREV. DO ESTADO DO RJ - EXTINTO
123400	RIOPREVIDENCIA	FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RJ.
123401	RIOPREVI-ALERJ	FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ERJ - ALERJ
123402	RIOPREVI-TCE	FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ERJ - TCE
123403	RIOPREVI-TJUSTICA	FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ERJ - TJUSTICA
123404	RIOPREVI-EXECUTIVO	FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ERJ - EXECUTIVO
123410	RIOPREVI-MP	FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ERJ - MP
123411	RIOFUNDOPREVI-ALERJ	FUNDO DO PLANO PREVIDENCIARIO DO ERJ-ALERJ
123412	RIOFUNDOPREVI-TCE	FUNDO DO PLANO PREVIDENCIARIO DO ERJ-TCE
123413	RIOFUNDOPREVI-TJ	FUNDO DO PLANO PREVIDENCIARIO DO ERJ-TJUSTICA
123414	RIOFUNDOPREVI-EXEC.	FUNDO DO PLANO PREVIDENCIARIO DO ERJ-EXEC.
123420	RIOFUNDOPREVI-MP	FUNDO DO PLANO PREVIDENCIARIO DO ERJ -MP
123422	RIOPREV-SPSM	FUNDO SPSM - SEPM, CBMERJ E PENSÃO
123499	RIOFUNDOPREVI	FUNDO DO PLANO PREVIDENCIARIO DO ERJ
124100	CEPERJ	FUND CENTRO EST ESTAT PESQ E FORM SERVID PUB
124200	RJPREV	FUNDAÇÃO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR DO ERJ
130100	SEAPPA	SECRETARIA DE ESTADO DE AGRIC., PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
130200	FUNDEAGRO-RJ	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA
130900	PROJ. RIO RURAL/GEF-SEP	SEAPPA - PROJETO RIO RURAL / GEF-SEP
135300	EMATER-RIO	EMPRESA DE ASSIST TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTADO RJ
135400	PESAGRO-RIO	EMPRESA PESQUISA AGROPECUARIA DO ESTADO DO RJ
136200	FUNDEAGRO	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA
137100	CASERJ	COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO EST DO RJ
137200	CEASA	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RJ
140100	SECC	SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
144100	FENORTE - Em Extinção	FUNDAÇÃO ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE - EM EXTINÇÃO
146400	FEFOSP	FUNDO ESTADUAL DE FOMENTO À OPERAÇÃO SEGURANÇA PRESENTE
150100	SECEC	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
154100	FUNARJ	FUND. ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RJ
154300	FTMRJ	FUND. TEATRO MUNICIPAL DO RJ
154400	FMIS	FUNDAÇÃO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM
156100	FEC-RJ	FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - RJ
170100	SEELJE	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
173100	SUDERJ	SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DO RJ
180100	SEEDUC	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
180300	CEE	CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
190100	SEHAB-Em Extinção	SECRETARIA DE ESTADO DE HABITACAO - EM EXTINÇÃO
196200	FEHIS	FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
197100	CEHAB	COMPANHIA ESTADUAL DE HABITACAO DO RJ
200100	SEFAZ	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

UG'S QUE NÃO ENTREGARAM A DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATÉ A CONCLUSÃO DESTA PRESTAÇÃO DE CONTAS		
200399	SUBCONT	SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO
200900	SUBIFIN/SEFAZ	SUBSECRET. DE FINANÇAS - PGTO CONCESSIONARIAS
203100	LOTERJ	LOTERIA DO EST. RIO DE JANEIRO
206100	FAF	FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA
207100	CFSEC	COMPANHIA FLUMINENSE DE SECURITIZACÃO S.A.
210100	SEPLAG	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
210110	SUBGERAL	SUBSECRETARIA GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJ. E GESTÃO
210600	SSMGS	SUBSECRETARIA MILITAR DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
210700	DEGASE (NOVO DEGASE)	DEPTO GERAL DE ACOES SOCIO-EDUCATIVAS- DEGASE
213200	RioMetropole	INSTITUTO DE REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO
213600	PROCON	PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR
215300	SERVE	EMPRESA ESTADUAL DE VIACAO - EM LIQUIDACAO
216100	FUNDEP	FUNDO ESPECIAL DO DEPOSITO PUBLICO
216400	FUSPRJ	FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RJ
216500	FDRM	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA
217100	METRO	COMP.DO METROPOLITANO DO RJ EM LIQUIDACAO
217200	CTCRJ	CIA DE TRANSP COLETIVOS EST DO RJ EM LIQUID
217300	FLUMITRENS	COMP FLUMINENSE D/TRENS URBANOS-EM LIQUIDACAO
220100	SEDEERI	SEC ESTADO DESENV. ECON.ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
220200	FUNDES	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL.
223200	JUCERIA	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
226100	FREMF	FUNDO DE RECUP. ECONOMICA DE MUN.FLUMINENSES
226200	FEMPO	FUNDO EST. FOMENTO MICROCRÉDITO PROD. ORIENTADO EMPREEND.
227100	CODIN	COMPANHIA DE DESENV INDUSTRIAL DO EST.DO RJ
230100	SEDHSP-GS - Extinta	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS - EXTINTA
240100	SEA	SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE.
240200	SEA - PSAM	SEA-PROG.SANEAMENTO AMBIENTAL BAIA GUANABARA
240400	FECAM	SEMADUR-FDO ESTADUAL DE CONSERVACAO AMBIENTAL
243100	IEEA	INSTITUTO ESTADUAL DE ENGENH. E ARQUITETURA
243200	INEA	INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
244100	FEEMA - Em Extinção	FUNDACAO ESTADUAL DE ENG. DE MEIO AMBIENTE - EM EXTINÇÃO
244200	IEF - Em Extinção	FUND. INST. ESTADUAL DE FLORESTAS - EM EXTINÇÃO
244300	SERLA - Em Extinção	FUND. SUPER. EST. DE RIOS E LAGOAS - EM EXTINÇÃO
246200	FDM	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO
246300	FUNDRHI	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS
250100	SEAP	SECRETARIA DE ESTADO DE ADM. PENITENCIARIA
254100	FSCABRINI	FUNDACAO SANTA CABRINI
256100	FUESP	FUNDO ESPECIAL PENITENCIARIO
260100	SESEG	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA - EM EXTINÇÃO
260400	PCERJ	SSP - POLICIA CIVIL ESTADO DO RIO DE JANEIRO
261100	PMRJ	SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR - SEPM
263100	DETRAN-RJ	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO RIO DE JANEIRO
263200	RIOSEGURANCA	INST. DE SEGURANCA PUBLICA DO ESTADO DO RJ
266100	ACADEPOL	FUNDO ESPECIAL DA ACADEPOL
266200	SECSP-FUNESPOL	FUNDO ESPECIAL DA POLICIA CIVIL - FUNESPOL
266400	FUNESSP	FUNDO ESPECIAL DA SEC.SEG.PUBLICA-FUNESSP
266500	FUNNESPOLMILI	FUNDO DA POLICIA MILITAR DO ERJ
266600	FISED	FUNDO EST. DE INVEST.E AÇÕES DE SEG. PUB. E DESENV. SOCIAL
280100	SEJDC - Extinta	SEC.DE ESTADO DE JUSTICA DEFESA DO CONSUMIDOR - EXTINTA
290100	SES	SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE
293100	IASERJ	INSTITUTO DE ASSIST.DOS SERV. DO ESTADO DO RJ
294200	FSERJ	FUNDACAO SAUDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
296100	SECS-FES	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES
297100	IVB	INSTITUTO VITAL BRAZIL SA
300100	SETRAB	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E RENDA
300200	FUNRIO	FUNDO DE FOMENTO AO TRABALHO RENDA E CREDITO.
306100	FEFEPS	FUNDO ESTADUAL DE FOMENTO À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA
306200	FTRJ	FUNDO DO TRABALHO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
310100	SETRANS	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
313300	DETRORJ	DEPT. DE TRANSP. RODOV. DO EST. RJ
316100	FUND.EST.TRANSPORTE	FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE
317100	CODERTE	COMP DE DESENV RODOV E TERMINAIS DO EST DO RJ
317200	CENTRAL	COMP EST DE ENGENHARIA DE TRANSPS E LOGISTICA
320100	SEASDH - Em Extinção	SEC.EST.DE ASSIST. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - EM EXTINÇÃO

UG'S QUE NÃO ENTREGARAM A DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATÉ A CONCLUSÃO DESTA PRESTAÇÃO DE CONTAS		
320200	SUBSEC.JUST/DIR.HUM - Em Extinção	SUBSECRETARIA DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS - EM EXTINÇÃO.
324200	F.L.XIII	FUNDACAO LEAO XIII
326100	FEAS	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FEAS
326400	FUPDE	FDO DE POLIT.INTEGR. PESS. PORT. DEFICIENCIA
330100	SER- Extinta	SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - EXTINTA
350100	SEINPE-Extinta	SEC EST DE ENERGIA DA IND NAVAL E DO PETROLEO - EXTINTA
353100	DRM	DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS
370100	EGES-SEPLAG	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO SUPEVISAO - SEPLAG
370200	EGE-SEFAZ	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO - REC.S/SUP. SEFAZ
370300	EGE-PREC.JUDICIAIS.	ENCARGOS GERAIS - PRECATORIOS JUDICIAIS/SEFAZ
390100	SUBCOM	SUBSECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL
390200	SECOM - DESCENTRAL.	SUBSECRETARIA COMUNIC.SOCIAL DESCENTRALIZACAO
400100	SECTI	SEC.ESTADO DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
404100	FAPERJ	FUND.CARLOS CHAGAS FILHO DE AMP.A PESQUISA-RJ
404300	UERJ	FUNDACAO UNIV. DO EST. RIO DE JANEIRO
404310	A.C	ADMINISTRACAO CENTRAL
404320	CEPUERJ	CENTRO DE PRODUCAO DA UERJ.
404330	NUSEG	NUCLEO SUPERIOR DE ESTUDOS GOVERNAMENTAIS
404340	HUPE	HOSPITAL UNIVERSITARIO PEDRO ERNESTO
404400	FAETEC	FUNDACAO APOIO A ESCOLA TECNICA ESTADO RJ.
404500	UENF	FUND.UNIV.EST.NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO.
404700	UEZO	FUNDAÇÃO CENTRO UNIVERSITARIO ESTADUAL DA ZONA OESTE.
406100	FATEC	FUNDO DE APOIO AO DESENV. TECNOLOGICO-FATEC
410100	SEDEB - Extinta	SEC DE ESTADO DE DESENV DA BAIXADA FLUMINENSE - EXTINTA
420100	SEIJ - Extinta	SECRETARIA DE ESTADO INFANCIA E JUVENTUDE - EXTINTA
426100	FUNDO FIA	FUNDO PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA
437100	TURISRIO	COMPANHIA DE TURISMO DO EST. RJ
444100	FUNDACAO CIDE - Extinta	FUNDACAO CENTRO INFORMACAO E DADOS DO EST. RJ - EXTINTA
450100	SEDRAP - Em Extinção	SECRETARIA DE EST. DESENV.REG.ABAST. E PESCA - EM EXTINÇÃO
460100	SEC. ENV. QUAL.VIDA-Em Extinção	SECRETARIA DE ESTADO ENVELH. QUALID. DE VIDA.-EM EXTINÇÃO
470100	SEPROCON - Em Extinção	SECRETARIA ESTADO PROTECAO DEFESA CONSUMIDOR - EM EXTINÇÃO
476100	FEPROCON	FUNDO ESPEC.APOIO PROG. PROT/DEF.CONSUMIDOR
480100	SEPREVDEPQ - Em Extinção	SECRETARIA ESTADO PREV. DEPENDENCIA QUIMICA - EM EXTINÇÃO
486100	FESPREN	FUNDO DE PREV. FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES
490100	SEDESDH	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENV. SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
496420	FUNDEPI	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
500100	CGE	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
506100	FACI	FUNDO DE APRIMORAMENTO DO CONTROLE INTERNO
510100	SEPM	SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
520100	SEPOL	SECRETARIA DE ESTADO DE POLICIA CIVIL
530100	SECID	SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADES
540100	SERGB	SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRES. DO GOVERNO EM BRASÍLIA
550100	SEVARPD	SECRETARIA DOS VITIMADOS
550100	SEVIT	SECRETARIA DE ESTADO VITIMIZAÇÃO E AMPARO À PESSOA COM DEFIC.
570100	SEGOV	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
600100	SEENVS	SECRETARIA DE ESTADO DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL
999900	TESOURO ESTADUAL	TESOURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
999901	SUTES	SUTES
999902	SUCOMF	SUCOMF

Ainda no sentido de aprimorar as informações apresentadas, consoante o Decreto nº 46.566 de 01 de fevereiro de 2019, art. 20, §§ 3º e 4º, foi determinado aos órgãos da Administração Direta, Entidades Autárquicas e Fundacionais, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundos Especiais que, dentro do prazo estabelecido para o bloqueio de cada mês, devem estar com as Validações Contábeis referentes às inconsistências regularizadas, sendo que a não observância implica em suspensão automática no documento Nota de Empenho – NE do sistema SIAFE-Rio até a sua total regularização.

1.2. Introdução Conceitual das Demonstrações Contábeis

Com base nos dados extraídos do SIAFE-Rio são elaboradas as demonstrações contábeis consolidadas, por poder e por tipo de administração, que incluem além dos Órgãos e entidades do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

As demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (accountability) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados, fornecendo informações:

- a. sobre as fontes, as alocações e os usos de recursos financeiros;
- b. sobre como a entidade financiou suas atividades e como supriu suas necessidades de caixa;
- c. úteis na avaliação da capacidade de a entidade financiar suas atividades e cumprir com suas obrigações e compromissos;

Esses demonstrativos são acompanhados de Notas Explicativas onde são informados os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Este volume inclui as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), apresentadas de forma consolidada, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, 8ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06 de 18 de Dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07 de 18 de Dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877 de 18 de Dezembro de 2018, as demonstrações que estão enumeradas na Lei nº 4.320/64, com as estruturas alteradas através

da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012; e as demonstrações exigidas pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. São elas:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis consolidadas e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais.

Nas demonstrações consolidadas de 2021, as transações INTRA-OFSS não foram totalmente eliminadas, devido à dificuldade na compatibilização das transações recíprocas entre os diversos órgãos estaduais. Com vistas a viabilizar este processo, o PCASP especifica o 5º nível de codificação das contas como identificador de transações INTRA-OFSS, melhor descrito no item “o” das Principais Práticas Contábeis deste Volume.

Neste Volume, os saldos intragovernamentais que foram eliminados quando da consolidação dos balanços estão apresentados no item “n” das Principais Práticas Contábeis.

O Balanço Orçamentário é a única Demonstração Contábil em que não há exclusões INTRA-OFSS para fins de consolidação, pois o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento, e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

Para um maior entendimento das Demonstrações Contábeis, a seguir são apresentados conceitos constantes nas legislações citadas acima:

Balanço Patrimonial – Demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Ativo – Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Ativo Circulante – Devem ser assim classificados quando estiverem disponíveis para realização imediata e tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante – Compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Passivo – Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Passivo Circulante – Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Passivo Não Circulante – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante, sendo exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis

Patrimônio Líquido – Corresponde à participação residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Superávit/ Déficit Financeiro – Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Para fins de abertura de crédito adicional, devem-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei n º 4.320/1964.

Ativo Financeiro - Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente – Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro – Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Passivo Permanente – Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Patrimônio Social e Capital Social - Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Reservas de Capital - Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial - Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros - Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido, para finalidades específicas.

Demais Reservas - Compreende as reservas não classificadas como de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados - Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos das empresas, e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Participação de não Controladores - Compreende a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora.

Contas de Compensação – São contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, compreendendo as compensações do ativo e do passivo, ou seja, são contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle.

Demonstração das Variações Patrimoniais – Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – A DMPL evidencia a movimentação havida em cada componente do Patrimônio Líquido. Dentre as mutações, podemos citar:

- a) os ajustes de exercícios anteriores;
- b) as transações de capital com os sócios, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria e os juros sobre capital próprio;
- c) o superávit ou déficit patrimonial;
- d) a destinação do resultado, por exemplo: transferências para reservas e a distribuição de dividendos;
- e) outras mutações do patrimônio líquido.

Alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou diminuição da riqueza durante o período.

Balanço Orçamentário – Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário apurado no exercício.

Adicionalmente ao Balanço Orçamentário, são incluídos dois quadros demonstrativos de execução de restos a pagar, um relativo aos restos a pagar não processados, outro relativo aos restos a pagar processados, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos restos a pagar.

Balanço Financeiro – Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para

prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. A DFC deve ser elaborada pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade:

- a) das operações;
- b) dos investimentos; e
- c) dos financiamentos.

O Fluxo de Caixa das Operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimentos ou financiamentos.

O Fluxo de Caixa dos Investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O Fluxo de Caixa dos Financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas – Contêm informação adicional em relação àquela apresentada nas demonstrações contábeis. As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informação sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

1.3. Processo de Convergência aos Padrões Internacionais

O Estado do Rio de Janeiro vem trabalhando desde 2011 no processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais, implantando novos procedimentos de acordo com as orientações expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), alinhados às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Durante esse período, muito se avançou, e pode-se destacar a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 8ª edição (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e a identificação e mensuração dos bens pertencentes ao Ativo Imobilizado e Ativo Intangível. Diversas rotinas já foram modificadas, em consequência do reconhecimento de ativos e passivos pelo regime de competência, e outras ainda estão em processo de implantação.

Para a contabilização da execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é utilizado o regime de caixa para as receitas orçamentárias e o regime de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei 4.320/64, de forma integrada com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL de 23/09/2016 e com os normativos editados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, a fim de torná-las convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Dando sequência ao processo, a STN publicou a Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre os novos prazos - limite obrigatórios relativos à implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios brasileiros em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, e estabelece que os entes da federação deverão evidenciar em notas explicativas, o estágio de adequação ao PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais). Em atendimento à referida Portaria, segue o Cronograma dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais do Estado do Rio de Janeiro:

CRONOGRAMA DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (CRESCENTE) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PCP	Preparação de sistemas e outras providências de implantação	Obrigatoriedade dos registros contábeis	Verificação pelo Siconfi	Estágio Atual de Implantação no Estado do Rio de Janeiro*
De acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes	(até)	(a partir de)	(a partir de)	Status
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	
Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	A ser definido em ato normativo específico.	

LEGENDA:
Implantado - O procedimento encontra-se adotado e alinhado às regras estabelecidas nas NBC TSP e do MCASP vigentes.

Em implantação - Estudos estão sendo elaborados ou foram realizados e estão em processo de operacionalização.

Não iniciado - Estudos ainda serão iniciados.

02 – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – CONSOLIDADO

2.1. Balanço Orçamentário – Quadro Principal

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO
 ANEXO 12 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
 Valores em 31/12/2021

R\$ Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	67.683.954	88.138.755	91.271.560	3.132.805
Receita Tributária	38.120.772	43.838.167	43.214.140	(624.027)
Receita de Contribuições	5.850.115	5.850.115	5.892.493	42.379
Receita Patrimonial	13.428.159	27.415.907	29.097.441	1.681.535
Receita Agropecuária	162	162	886	724
Receita Industrial	297.169	297.169	673	(296.497)
Receita de Serviços	1.063.490	1.061.331	1.064.917	3.586
Transferências Correntes	6.740.952	7.208.388	8.289.963	1.081.574
Outras Receitas Correntes	2.183.134	2.467.516	3.711.046	1.243.530
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.564.404	509.916	151.911	(358.005)
Operações de Crédito	1.151.002	93.612	-	(93.612)
Alienação de Bens	7.000	7.000	336	(6.664)
Amortizações de Empréstimos	61.844	64.747	102.844	38.097
Transferências de Capital	344.557	344.557	48.724	(295.833)
Outras Receitas de Capital	-	-	7	7
RECURSOS ARRECADADOS EM EX. ANT. (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I+II+III)	69.248.357	88.648.672	91.423.471	2.774.799
REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	69.248.357	88.648.672	91.423.471	2.774.799
DÉFICIT (VII)	20.255.979	16.363.495	-	(16.363.495)
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	89.504.337	105.012.167	91.423.471	(13.588.696)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	3.327.848	-	-
Superávit Financeiro	-	3.327.848	-	-
Reabertura de créditos adicionais	-	-	-	-

R\$ Mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	79.594.337	92.270.736	74.828.834	74.205.131	71.698.738	17.441.903
Pessoal e Encargos Sociais	47.744.720	54.767.131	46.663.226	46.609.325	45.676.816	8.103.905
Juros e Encargos da Dívida	6.424.033	4.614.631	1.056.601	1.052.971	1.052.971	3.558.031
Outras Despesas Correntes	25.425.584	32.888.974	27.109.007	26.542.835	24.968.951	5.779.967
DESPESAS DE CAPITAL (X)	7.658.971	10.493.340	2.683.866	2.499.000	2.276.153	7.809.475
Investimentos	4.782.619	8.159.917	1.917.101	1.740.236	1.521.559	6.242.816
Inversões Financeiras	93.201	539.348	331.617	331.617	327.611	207.731
Amortização da Dívida	2.783.151	1.794.075	435.147	427.147	426.984	1.358.928
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	472.984	470.046	-	-	-	470.046
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)	87.726.293	103.234.123	77.512.700	76.704.132	73.974.892	25.721.423
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / FINANCIAMENTO (XIV)	1.778.044	1.778.044	163.611	163.611	163.611	(1.614.433)
Amortização da Dívida Interna	1.778.044	1.778.044	163.611	163.611	163.611	(1.614.433)
Dívida Mobiliária	1.778.044	1.778.044	163.611	163.611	163.611	(1.614.433)
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ FINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	89.504.337	105.012.167	77.676.311	76.867.743	74.138.503	27.335.856
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	13.747.160	-	-	(13.747.160)
TOTAL (XVII) = (XV+XVI)	89.504.337	105.012.167	91.423.471	76.867.743	74.138.503	13.588.696

Fonte: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.2. Balanço Orçamentário – Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - CONSOLIDADO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2021

R\$ Mil

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2020 (b)				
DESPESAS CORRENTES	3.752	467.713	234.686	228.672	234.957	7.837
Pessoal e Encargos Sociais	77	16.714	6.706	6.699	10.000	92
Outras Despesas Correntes	3.675	450.999	227.979	221.973	224.957	7.744
DESPESAS DE CAPITAL	21.621	106.446	70.276	70.267	57.790	9
Investimentos	21.621	106.385	70.276	70.267	57.729	9
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	0	61	0	0	61	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	25.373	574.159	304.962	298.940	292.747	7.846

Fonte: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.3. Balanço Orçamentário – Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - CONSOLIDADO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2021


R\$ Mil

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2020 (b)			
DESPESAS CORRENTES	10.261.785	2.943.357	3.158.621	2.388.409	7.658.113
Pessoal e Encargos Sociais	693.960	2.350.357	2.329.622	378.946	335.749
Juros e Encargos da Dívida	8	277	277	-	8
Outras Despesas Correntes	9.567.817	592.723	828.721	2.009.463	7.322.356
DESPESAS DE CAPITAL	524.983	105.991	73.129	403.054	154.790
Investimentos	523.167	46.458	70.320	351.170	148.134
Inversões Financeiras	811	59.376,10	2.495	51.293	6.400
Amortização da Dívida	1.005	156	314	591	257
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-
TOTAL	10.786.768	3.049.348	3.231.750	2.791.463	7.812.903

Fonte: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Os Restos a Pagar inscritos na condição de Não Processados que tenham sido liquidados em exercício anterior estão incluídos neste quadro na coluna de inscritos (b).


Elaine Conceição Alparone Gião
Coordenadora - ID: 5.015.424-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronald Major Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Márcio da Costa Monteiro
Subsecretário de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

2.4. Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 13 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2021 e 31/12/2020

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receita Orçamentária (I)	91.423.471	67.149.719	Despesa Orçamentária (VI)	77.676.311	64.525.575
Ordinária	56.512.695	40.674.256	Ordinária	46.473.174	39.538.947
Auxílio Financeiro da União para Mitigação dos Efeitos Financeiros da Covid-19	-	2.008.224	Auxílio Financeiro da União para Mitigação dos Efeitos Financeiros da Covid-19	-	2.008.056
Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	-	244.369	Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	-	237.746
Fundo Orçamentário Temporário	293.930	-	Fundo Orçamentário Temporário	277.255	-
GRE SEFAZ	0	386	Ordinários Não Provenientes de Impostos	589.766	622.918
Ordinários Não Provenientes de Impostos	885.666	783.263	Ordinários Provenientes de Impostos	34.325.330	29.038.771
Ordinários Provenientes de Impostos	35.475.657	29.372.904	Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	2.721.404	1.987.946
Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	2.767.834	2.068.934	Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotam	2.201.786	-
Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotam	9.628.502	-	Recursos Próprios	1.890.076	1.811.864
Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção - Tesouro	567	-	Ressarcimento de Pessoal	48.795	56.415
Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	4.740	-	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	2.212.600	1.892.848
Recursos Próprios	2.385.098	2.106.588	Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	2.206.162	1.789.410
Ressarcimento de Pessoal	96.439	88.637	Transferências Legais Recebidas da União	-	92.974
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	2.626.663	1.985.696			
Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	2.347.599	1.824.336			
Transferências Legais Recebidas da União	-	190.919			
Vinculada	34.910.776	26.475.464	Vinculada	31.203.137	24.986.628
Adicional do ICMS - FECF	2.736.064	3.440.248	Adicional do ICMS - FECF	2.392.303	3.273.221
Alienação de Bens	8.441	24	Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	1.390	105.526
Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	138	106.494	Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19	-	400.256
Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19	-	411.024	Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	16.082.942	428.754
Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	646.568	-	Conservação Ambiental	1.483	1.486
Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	302.971	-	Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	672.878	416.591
Fundo Estadual de Investim e Ações de Segurança Pública e Desenv Social - FISE	629.165	-	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	9.164	27.517
Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	16.651.379	689.258	Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	183.105	-
Conservação Ambiental	27.355	167.594	Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	-	-
Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	674.738	428.323	Fundo Estadual de Investim e Ações de Segurança Pública e Desenv Social - FI	467.676	-
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	15.245	24.411	Operações de Crédito	904	909
Operações de Crédito	376	335	Operações Oficiais de Fomento	3.006	10.870
Operações Oficiais de Fomento	2.231	2.280	Receita própria do Rorprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	11.919	8.340
Receita própria do Rorprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	384.158	450.244	Recursos Próprios do Rorprevidência	4.531.822	15.141.401
Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto S	88.600	-	Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	-	402.451
Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	162	-	Salário Educação	288.335	148.808
Recursos Próprios do Rorprevidência	5.552.485	14.958.333	Sistema de Proteção Social dos Militares	970.376	606.399
Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	-	531.313	Sistema Único de Saúde- SUS	970.050	909.908
Salário Educação	512.667	392.577	Transferências do FUNDEB	4.074.449	2.786.549
Sistema de Proteção Social dos Militares	1.119.539	607.886	Transferências do PAC	23.790	6.938
Sistema Único de Saúde- SUS	973.868	1.221.260	Transferências Intraorçamentárias	57.646	82.261
Transferências do FUNDEB	4.106.766	2.860.133	Transferências Legais Recebidas da União	150.701	-
Transferências do PAC	44.425	8.590	Transferências Voluntárias	187.262	147.441
Transferências Intraorçamentárias	61.233	49.055			
Transferências Legais Recebidas da União	191.644	-			
Transferências Voluntárias	180.558	126.083			
Transferências Financeiras Recebidas (II)	-	-	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	193.501.990	179.032.527	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	193.686.932	179.038.139
DÍVIDA FLUTUANTE	34.895.874	34.615.628	DÍVIDA FLUTUANTE	34.552.555	34.271.171
Consignações	10.524.368	9.852.946	Consignação	10.495.285	9.100.703
Depósito de Diversas Origens	20.832.047	21.137.319	Depósitos de Diversas Origens	20.524.817	20.870.045
Credores - Entidade e Agentes	1.651	1.857	Credores - Entidades e Agentes	1.763	1.757
Restos a Pagar Processados - Inscrição	2.729.240	3.049.348	Restos a Pagar Processados	3.231.750	4.061.514
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição	808.568	574.159	Restos a Pagar - Dec. 40.874/07 e 41.377/08	298.940	237.151
			Restos a Pagar - Dec. 40.874/07 e 41.377/08	-	-
			Sentenças Judiciais Anteriores a 2015	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES	158.606.116	144.416.899	OUTRAS OPERAÇÕES	159.134.377	144.766.969
Valores em Trânsito Realizáveis	96.438.471	56.551.736	Valores em Trânsito Realizáveis	96.732.002	56.457.437
Recursos Vinculados	65.977	2.370	Recursos Vinculados	29.491	1.756
Incorporação Disponibilidade Financeira	-	-	Incorporação Disponibilidade Financeira	37.027	62.901
Depósito de Diversas Origens	215.814	263.908	Recursos Vinculados - Contas "A" e "B"	135.694	55.915
Recursos Vinculados - Contas "A" e "B"	134.088	137.170	Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	233.844	534.468
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	-	33.615.807	Conversão de DDO em Receitas e Baixas	1.823	5.681
Investimentos e Aplicações Temporárias	-	-	Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	-	33.534.703
Recursos a Ressarcir	-	-	Depósitos de Diversas Origens	219.306	268.230
VPA a Classificar	61.751.670	53.842.300	VPA a Classificar	61.745.080	53.842.292
Recursos a Receber - Arrestos e Sequestros Judiciais	-	-	Tributos a Compensar	109	3.587
Tributos a Compensar	97	3.587			
Extinção de UG	-	20			
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	15.567.138	12.948.606	Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	29.129.357	15.567.138
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.850.573	10.046.914	Caixa e Equivalentes de Caixa	22.876.058	11.850.573
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.404.114	1.061.703	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.880.319	1.404.114
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	2.312.451	1.839.989	Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	4.372.979	2.312.451
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	300.492.599	259.130.852	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	300.492.599	259.130.852

OBS.1: As linhas "Recursos a Liberar por Vinculação de pagamento", tanto no lado dos ingressos quanto no lado dos dispêndios, apresentaram saldo zerado em 2021 tendo em vista a consolidação intraorçamentária em sua totalidade. Na coluna dos INGRESSOS foi expurgado o valor total levado à crédito nas contas 2.1.8.9.2.40.02 e 2.1.8.9.2.40.03 no montante de R\$ 3.193.461 mil e no lado dos DISPÊNDIOS o total levado à débito no montante de R\$ 3.050.460 mil destas mesmas contas. Para fins de melhor entendimento, a diferença entre estes dois montantes corresponde a mesma diferença que se pode apurar entre os valores contidos nas OBS.2 e OBS.3, pois aquelas são as contas contábeis de contrapartida.

OBS.2: Da coluna 2021, grupo "Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)", na linha "Caixa e Equivalente de Caixa" foi expurgado o saldo de inicial da conta 1.1.1.1.2.20.02 no valor de R\$ 585.709 mil e da conta 1.1.1.1.2.20.03 no valor de R\$ 119.223 mil, totalizando R\$ 704.932 mil.

OBS.2: Da coluna 2021, grupo "Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)", na linha "Caixa e Equivalente de Caixa" foi expurgado o saldo de final da conta 1.1.1.1.2.20.02 no valor de R\$ 728.710 mil e da conta 1.1.1.1.2.20.03 no valor de R\$ 119.223 mil, totalizando R\$ 847.933 mil.


Elaine Conceição Ribeiro
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.556/O-0


Ronaldo Magalhães Mendes
Superintendente - ID: T-943.564-3
Contador - CRC-RJ-0799208/O-8


Yara de Souza Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.426/O-0

2.5. Balanço Patrimonial – Quadro Principal

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 14 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2021 e 31/12/2020

R\$ Mil

ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	Notas	2021	2020	AH (%)	ESPECIFICAÇÃO	Notas	2021	2020	AH (%)
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1	22.876.058	11.850.573	93,04	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	4.13	2.946.829	5.666.447	(48,00)
Créditos a Curto Prazo	4.2	17.770.139	19.034.800	(6,64)	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	4.14	35.197.606	38.943.605	(9,62)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	4.3	4.372.979	2.312.451	89,11	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.15	10.577.658	9.776.081	8,20
Estoques	4.4	1.050.425	837.142	25,48	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	4.16	546.276	880.499	(37,96)
VPD Pagas Antecipadamente	4.5	8.276	6.054	36,71	Obrigações de Repartição a Outros Entes	4.17	4.061	130.936	(96,90)
Total do Ativo Circulante		46.077.878	34.041.020	35,36	Provisões a Curto Prazo	4.18	288.558	247.804	16,45
					Demais Obrigações a Curto Prazo	4.19	10.100.977	9.723.273	3,88
					Total do Passivo Circulante		59.661.965	65.368.646	(8,73)
ATIVO NÃO-CIRCULANTE					PASSIVO NÃO-CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo		47.843.786	50.141.705	(4,58)	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	4.22	4.471.008	4.882.939	(8,44)
Créditos a Longo Prazo	4.6	40.499.986	45.633.698	(11,25)	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	4.23	144.278.252	147.604.667	(2,25)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	4.7	7.286.928	4.451.136	63,71	Fornecedores a Longo Prazo	4.24	2.752.539	1.947.090	41,37
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	4.8	473	473	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	4.25	907.280	867.837	4,54
Estoques	4.9	56.399	56.399	0,00	Provisões a Longo Prazo	4.26	8.960.386	4.524.192	98,05
Investimentos	4.10	11.425.117	11.771.089	(2,94)	Demais Obrigações a Longo Prazo	4.27	9.618.202	9.480.716	1,45
Imobilizado	4.11	31.337.919	31.731.097	(1,24)	Resultado Diferido	4.28	23.941.975	10.997.364	117,71
Intangível	4.12	226.721	175.900	28,89	Total do Passivo Não-Circulante		194.929.643	180.304.806	8,11
Total do Ativo Não-Circulante		90.833.543	93.819.790	(3,18)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.29			
					Patrimônio Social e Capital Social		(33.359.030)	(33.258.925)	0,30
					Reservas de Capital		487.856	487.856	-
					Ajustes de Avaliação Patrimonial		(2.153.910)	2.929.025	(173,54)
					Reservas de Lucros		10.546	10.339	2,01
					Demais Reservas		5.072.643	46.384	10.836,10
					Resultados Acumulados		(87.722.001)	(88.127.918)	(0,46)
					Resultado do Exercício		7.030.426	(10.682.022)	(165,82)
					Resultados de Exercícios Anteriores		(87.395.088)	(78.201.951)	11,76
					Ajustes de Exercícios Anteriores	4.30	(7.357.338)	756.055	(1.073,12)
					Participação de Não Controladores		(16.292)	100.597	(116,20)
					Total do Patrimônio Líquido		(117.680.187)	(117.812.641)	(0,11)
TOTAL DO ATIVO		136.911.421	127.860.811	7,08	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		136.911.421	127.860.811	7,08

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.6. Balanço Patrimonial – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - CONSOLIDADO
ANEXO 14 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2021 e 31/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	2021	2020	R\$ Mil AH(%)
ATIVO (I)				
ATIVO FINANCEIRO		29.173.805	15.698.116	85,84
ATIVO PERMANENTE		107.737.616	112.162.695	(3,95)
TOTAL ATIVO		136.911.421	127.860.811	7,08
PASSIVO (II)				
PASSIVO FINANCEIRO		15.129.226	18.037.988	(16,13)
PASSIVO PERMANENTE		240.266.463	228.226.997	5,28
TOTAL PASSIVO		255.395.689	246.264.985	3,71
SALDO PATRIMONIAL (I-II)		(118.484.267)	(118.404.174)	0,07

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.7. Balanço Patrimonial – Quadro das Contas de Compensação

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - CONSOLIDADO
ANEXO 14 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2021 e 31/12/2020

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	2021	2020	R\$ Mil AH(%)
ATOS POTENCIAIS ATIVOS				
Garantias e Contragarantias recebidas		77	77	-
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		1.553.808	1.513.727	2,65
Total dos Atos Potenciais Ativos		1.553.885	1.513.804	2,65
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS				
Garantias e Contragarantias concedidas		101.902	95.408	6,81
Obrigações contratuais		52.560.162	50.353.353	4,38
Total dos Atos Potenciais Passivos		52.662.063	50.448.760	4,39

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.8. Balanço Patrimonial – Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Lei Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)


Valores em 31/12/2021 e 31/12/2020

R\$ Mil

FONTES DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		2021	2020
081	DDO - Depósitos de Diversas Origens	(822.000)	(822.140)
085	Fonte Genérica	61.034	57.220
089	GRE SEFAZ	0	335
100	Ordinários Provenientes de Impostos	(9.209.550)	(11.245.975)
101	Ordinários Não Provenientes de Impostos	240.859	(576.768)
102	Recursos Provenientes do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF.	(32.745)	(50.228)
103	Fundo Estadual de Investim e Ações de Segurança Pública e Desenv Social - FISE	324.908	207.315
104	Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo	2.513.194	1.768.993
105	Salário Educação	680.698	452.846
107	Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	134.117	(7.956)
108	Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	108.925	64.208
111	Operações de Crédito	1.491.852	1.458.687
120	Ressarcimento de Pessoal	345.353	297.327
122	Adicional do ICMS - FECP	(914.689)	(1.824.146)
126	Contrib de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	6.588	509
132	Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	37.332	22.108
133	Alienações de Bens	(48.765)	(49.200)
140	Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	567	-
145	Recursos da Concessão de Serv.Público de Abastecimento de Água e Esgot. San	7.426.715	-
150	Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	181.529	-
151	Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	458.530	-
188	Repasse constitucionais aos municípios.	(468)	3
190	Depósitos Judiciais Tributários	49.021	49.021
191	Depósitos Judiciais não Tributários	363.228	363.228
192	Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	21.997	13.266
193	Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	21.100	21.100
195	Operações Oficiais de Fomento	3.209	3.174
196	Auxílio Financeiro da União para Mitigação dos Efeitos Financeiros da Covid-19	367	367
198	Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19	10.768	10.768
211	Operações de Crédito	0	0
212	Transferências Voluntárias	143.737	149.939
214	Transferências do PAC	84.691	52.999
215	Transferências do FUNDEB	117.922	108.479
218	Transferências Intraorçamentárias	96.877	91.842
223	Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	7.694	4.173
224	Transferências Legais Recebidas da União	341.405	300.450
225	Sistema Único de Saúde - SUS	622.585	575.388
227	Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	17	968
230	Recursos Próprios	4.035.007	3.363.634
231	Recursos Próprios do Rioprevidência	1.380.932	67.441
232	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.777.081	1.269.131
233	Alienações de Bens	39.509	31.356
234	Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	1.284.743	912.121
237	Sistema de Proteção Social dos Militares	166.216	1.487
240	Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	4.740	-
245	Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto	88.600	-
251	Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	5.084	-
297	Conservação Ambiental	393.840	369.453
999	A definir	225	351
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		14.044.579	(2.486.725)

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Elayne Conceição Albarone Gilão
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronald Mairino Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.594-3
Contador - CRC-RJ-079.208/O-8


Yasmim da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

2.9. Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO
ANEXO 15 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2021 e 31/12/2020


R\$ Mil


VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
DESCRIÇÃO	2021	AV%	2020	AV%	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	69.684.139	17,98%	57.819.498	39,81%	20,52%
Contribuições	3.204.306	0,83%	3.027.968	2,09%	5,82%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.416.812	0,37%	585.708	0,40%	141,90%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	13.997.692	3,61%	12.318.524	8,48%	13,63%
Transferências e Delegações Recebidas	31.634.630	8,16%	27.286.798	18,79%	15,93%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	18.099.372	4,67%	1.828.074	1,26%	890,08%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	249.472.993	64,38%	42.356.967	29,17%	488,98%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	387.509.945	100,00%	145.223.538	100,00%	166,84%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS					
Pessoal e Encargos	22.609.774	5,94%	21.876.453	14,03%	3,35%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	22.308.076	5,86%	21.148.204	13,56%	5,48%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	9.917.261	2,61%	7.463.632	4,79%	32,87%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	22.280.280	5,86%	28.643.692	18,37%	-22,22%
Transferências e Delegações Concedidas	30.635.949	8,05%	32.199.817	20,65%	-4,86%
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	11.335.935	2,98%	14.319.212	9,18%	-20,83%
Tributárias	960.030	0,25%	701.058	0,45%	36,94%
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	106	0,00%	18.766	0,01%	-99,43%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	260.432.107	68,45%	29.534.727	18,94%	781,78%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	380.479.519	100,00%	155.905.560	100,00%	144,04%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	7.030.426		(10.682.022)		


Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)


Elayne Conceição Albarone Glão
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronald Marcos Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

2.10. Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO
ANEXO 19 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2021

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Participação de não Controladores	Total
Saldos Iniciais	(33.258.925)	487.856	2.929.025	10.339	46.384	(88.127.918)	100.597	(117.812.641)
Ajustes de Exercícios Anteriores				207		(7.357.338)		(7.357.131)
Redução de Capital	(100.105)					100.105		-
Reserva de Reavaliação					5.026.259	-		5.026.259
Ajuste de Avaliação Patrimonial			(5.082.935)			-		(5.082.935)
Resultado do Exercício						7.030.426		7.030.426
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas						632.724		632.724
Ajuste Participação dos não Controladores							(116.889)	(116.889)
Saldos Finais	(33.359.030)	487.856	(2.153.910)	10.546	5.072.643	(87.722.001)	(16.292)	(117.680.187)

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Elayne Conceição Alparone Gallo
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronaldo Mazaro Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079205/O-8


Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

2.11. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Quadro Principal

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
 ANEXO 18 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
 Valores em 31/12/2021 e 31/12/2020

R\$ Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2021	2020
INGRESSOS	255.912.670	185.218.757
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	43.214.140	36.565.487
Receita de Contribuições	5.892.493	5.638.656
Receita Patrimonial	28.920.174	11.618.967
Receita Agropecuária	886	8
Receita Industrial	673	22.422
Receita de Serviços	1.064.917	819.342
Remuneração das Disponibilidades	177.267	159.056
Transferências recebidas	8.338.687	9.357.936
Outras Receitas	3.711.053	2.853.393
Outros ingressos operacionais	164.592.379	118.183.492
DESEMBOLSOS	242.625.638	182.214.439
Pessoal e demais despesas	64.561.003	55.883.788
Juros e encargos da dívida	1.053.248	385.077
Transferências concedidas	9.690.214	7.616.757
Outros desembolsos operacionais	167.321.173	118.328.818
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)	13.287.032	3.004.318
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2021	2020
INGRESSOS	103.180	114.314
Alienação de Bens	336	0
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	102.844	114.314
DESEMBOLSOS	1.773.818	864.374
Aquisição de Ativo Não Circulante	1.078.549	711.960
Concessão de empréstimos e financiamentos	303.400	11.658
Outros Desembolsos de Investimentos	391.869	140.757
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	(1.670.638)	(750.060)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2021	2020
INGRESSOS	-	140
Operações de Crédito	-	140
DESEMBOLSOS	590.908,93	450.739
Amortização / Refinanciamento da Dívida	358.307	326.800
Outros Desembolsos de Financiamento	232.602	123.939
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	(590.909)	(450.599)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	11.025.485	1.803.659
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	11.850.573	10.046.914
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	22.876.058	11.850.573

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OBS.1.: Na linha "Outros Ingressos Operacionais" foi expurgado o total levado à crédito nas contas 2.1.8.9.2.40.02 e 2.1.8.9.2.40.03 no montante de R\$ 3.193.461 mil e na linha "Outros Desembolsos Operacionais" foi expurgado o total levado à débito no montante de R\$ 3.050.460 mil. Para fins de melhor entendimento, a diferença entre este dois montantes corresponde a mesma diferença que se pode apurar entre os valores contidos nas OBS.2. e OBS.3, pois aquelas são as contas contábeis de contrapartida.

OBS.2: Da linha "Caixa e Equivalente de Caixa INICIAL" foi expurgado o saldo de inicial da conta 1.1.1.1.2.20.02 no valor de R\$ 585.709 mil e da conta 1.1.1.1.2.20.03 no valor de R\$ 119.223 mil, totalizando R\$ 704.932 mil.

OBS.2: "Caixa e Equivalente de Caixa FINAL" foi expurgado o saldo de final da conta 1.1.1.1.2.20.02 no valor de R\$ 728.710 mil e da conta 1.1.1.1.2.20.03 no valor de R\$ 119.223 mil, totalizando R\$ 847.933 mil.

2.12. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

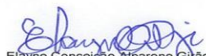
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2021	2020
Intergovernamentais	4.230.513	6.484.861
da União	4.128.573	6.401.820
de Estados e Distrito Federal	1.889	9
de Municípios	100.051	83.032
Intragovernamentais	0	-
Outras transferências correntes recebidas	4.108.174	2.873.075
Total das Transferências Recebidas	8.338.687	9.357.936
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2021	2020
Intergovernamentais	3.515.139	2.548.249
da União	10.199	189.137
de Municípios	3.504.939	2.359.112
Intragovernamentais	5.723.920	4.679.061
Outras transferências concedidas	451.155	389.447
Total das Transferências Concedidas	9.690.214	7.616.757

2.13. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNCAO	2021	2020
Legislativa	1.447.358	1.262.241
Judiciaria	4.596.183	3.874.240
Essencial a Justica	2.592.070	2.368.956
Administracao	3.687.294	2.762.512
Seguranca Publica	9.965.986	9.260.608
Assistencia Social	394.473	132.795
Previdencia Social	25.038.273	23.126.373
Saude	4.685.573	4.672.861
Trabalho	41.596	24.331
Educacao	6.838.053	5.477.861
Cultura	137.825	177.131
Direitos da Cidadania	260.237	219.442
Urbanismo	58.199	44.942
Habitacao	72.941	55.676
Saneamento	40	-
Gestao Ambiental	145.809	149.677
Ciencia e Tecnologia	468.417	258.562
Agricultura	319.785	302.513
Organizacao Agraria	12.137	9.209
Industria	79.126	51.616
Comercio e Servicos	198.708	153.734
Comunicacoes	6.833	22.998
Energia	20,81183	
Transporte	465.296	349.961
Desporto e Lazer	21.620	17.693
Encargos Especiais	3.027.149	1.107.854
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	64.561.003	55.883.788

2.14. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Quadro de Juros e Encargos da Dívida

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2021	2020
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	1.014.222	293.750
Outros Encargos da Dívida	39.026	91.326
Total dos Juros e Encargos da Dívida	1.053.248	385.077


Elaine Conceição Alparone Gilão
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronald Marcelo Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

03 – Principais Práticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Incluem as aplicações financeiras de liquidez imediata que são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente, enquanto os pós-fixados são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Adiantamentos Concedidos

O adiantamento concedido é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento constitui uma despesa orçamentária, ou seja, para conceder o recurso ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento.

Apesar disso, não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido. Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.

Com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, com ênfase no Patrimônio, os valores concedidos a título de Suprimento de Fundos deverão ser reconhecidos no Ativo

a título de adiantamento. O registro em Variação Patrimonial Diminutiva-VPD será efetuado quando ocorrer o ato da prestação de contas do suprido, tendo como contrapartida a conta do ativo que registrou o adiantamento, em atendimento aos princípios contábeis da competência e da oportunidade. Essa adequação atende ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

d) Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. Os custos de estoques abrangem todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção. Os custos posteriores de armazenagem ou entrega ao cliente não são absorvidos pelos estoques.

O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado, conforme Resolução CFC n.º 1.437/13.

e) Investimentos Permanentes

As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

f) Imobilizado

Os bens móveis estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição, produção ou construção e para os bens sem contraprestação (exemplo: doação) a recomendação é de realização de avaliação inicial antes de seu reconhecimento quando são transferidos com valores que não condizem com o valor justo.

Já os bens imóveis estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição ou construção e para os bens recebidos sem contraprestação (exemplo: doação) são reconhecidos pelo valor do termo de transferência.

A Subsecretaria de Patrimônio Imóvel da Secretaria de Estado de Fazenda encaminhou à Subsecretaria de Contabilidade Geral as avaliações dos imóveis próprios estaduais extraída do Sistema de Patrimônio

Imobiliário – SISPAT em atendimento o inciso VI, do artigo 12, do Decreto nº 47.836, de 22 de novembro de 2021.

Para fins de início dos procedimentos relativos ao Ajuste Inicial e a Depreciação dos bens móveis, a Portaria CGE nº 179 de 27 de março de 2014 definiu como data corte 1º de Janeiro de 2014 para a Administração Direta, Autarquias e Fundações. Logo, os bens móveis adquiridos a partir desta data passam a ser depreciados de acordo com os prazos de vida útil e valor residual previstos no Anexo I desta Portaria e atualizações posteriores, não sendo necessário submetê-los previamente ao procedimento de ajuste inicial. Para os bens adquiridos e postos em operação anteriormente a 1º de janeiro de 2014, ficou estabelecido cronograma limite para implantação do ajuste inicial, de acordo com a tabela disposta no Anexo II desta Portaria.

O método de depreciação utilizado é o linear (quotas constantes) em conformidade com o item 5.2 do Manual do Tratamento Inicial dos Bens Patrimoniais Móveis.

g) Intangível

Compreende o ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais. Estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição menos a amortização acumulada.

Com a publicação do Decreto Estadual nº 44.489/2013, que institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão, foi editada a Portaria CGE nº 192/2015 que orienta a realização do ajuste inicial e o registro da amortização dos bens intangíveis do Estado, alterada pela Portaria CGE nº 201/2016. Também foi publicado o Manual de Tratamento Inicial dos Bens Intangíveis.

h) Créditos

A Dívida Ativa Tributária do Estado é avaliada pelo valor de recebimento e atualizada pela UFIR/RJ do final do exercício. Conforme os ditames do Decreto de Encerramento do Exercício, a Procuradoria Geral do Estado deve encaminhar anualmente a esta Subsecretaria de Contabilidade Geral os Relatórios Gerais do Estoque da Dívida, bem como o Relatório dos cálculos do Ajuste a Valor Recuperável, para fins de verificação dos registros contábeis.

i) Restos a Pagar

Os Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores constam das demonstrações contábeis de 2021, exceto aqueles referentes ao exercício de 2016, cancelados por força do Decreto Estadual nº

47.836 de 22/11/21, do art. 8º, concordante com o Art. 206, § 5º, inciso I, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

Os Restos a Pagar Não Processados, em 2021, foram inscritos até o limite das disponibilidades de caixa apuradas no encerramento do exercício, por fonte de recursos, obedecida a ordem cronológica dos empenhos correspondentes. Os Restos a Pagar foram processados de acordo com o que estabelece os incisos, I, II, III e IV do art. 7º do Decreto de Encerramento do Exercício de 2021 e os procedimentos operacionais solicitados através do SIAFE-Rio.

Quanto à autorização da inscrição dos Restos a Pagar do exercício de 2021, a Subsecretaria de Contabilidade Geral publicou a Portaria SUBCONT nº 016 de 01 de Fevereiro de 2022, aprovando as inscrições.

j) Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, nos termos do inciso II, § 1º, do art. 97 do ADCT, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos.

Com a eminência da publicação da decisão do STF, de março de 2013, que declarou inconstitucional parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, atingindo a vigência do regime especial, o Estado se tornaria inadimplente perante o seu passivo de precatórios.

Porém, em cumprimento às Leis Complementares Estaduais de nº 147, de 27 de junho de 2013 e nº 163, de 31 de março de 2015 o Estado do Rio de Janeiro foi autorizado a utilizar até 25% do saldo dos depósitos judiciais junto ao Banco do Brasil para o pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor, observada a ordem prevista na Constituição Federal. Os valores depositados nas contas judiciais de precatórios serão levantados pelos beneficiários mediante autorização do Tribunal de Justiça – TJ.

k) Dívida Fundada Interna e Externa

Foram avaliadas por seus saldos devedores acrescidos dos juros de competência de cada obrigação. No caso da Dívida Externa, apurou-se o equivalente em moeda estrangeira, que foi convertido para Reais (R\$) pela cotação de fechamento do dia 31 de dezembro de 2021.

l) Outras Obrigações

Foram avaliadas pelos valores a pagar em 31 de dezembro de 2021, incluídos os juros e encargos, por competência, devidos até o fechamento do ano.

m) Apuração do Resultado

Os resultados patrimonial e orçamentário foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes.

n) Consolidação de Balanços

A consolidação das demonstrações contábeis consiste em somar saldos ou grupos de contas, com o objetivo de ter uma visão global dos resultados do Estado do Rio de Janeiro. As transações ocorridas entre as próprias Unidades Gestoras são excluídas destes demonstrativos, com o intuito de eliminar duplicidades, formando uma unidade consolidada de maneira mais precisa possível.

Este não é um processo plenamente seguro, tendo em vista a dificuldade em manter paridade dos saldos dos diversos entes que compõem o resultado macroagregado. As contas patrimoniais, em especial, geram maior complexidade no momento da exclusão, pois trazem saldos antigos, obstando as devidas análises.

Do saldo do “Caixa e Equivalentes de Caixa” apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, neste exercício, foram expurgados os saldos INTRA.

Os ajustes realizados no processo de consolidação não originam nenhum tipo de lançamento contábil nos entes que formam a unidade contábil. Tais ajustes devem ser disponibilizados apenas em arquivos auxiliares, para resguardar os valores apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base na técnica de consolidação apresentada, estão expostos nos quadros abaixo, os montantes das contas excluídas das referidas demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial:

A Parte I do quadro engloba os saldos ativos e passivos de Órgãos/Entidades intragovernamentais, que são eliminados com a finalidade de evitar duplicidades. Cabe destacar que foram realizados apenas os expurgos dos saldos das contas com atributo “Permanente”.

PARTE I							
CONTAS PATRIMONIAIS COM INDICADOR DE SUPERÁVIT FINANCEIRO - ISF IGUAIS = "P"							
Conta	ISF	Descrição	2021	Conta	ISF	Descrição	2021
1.1.1.1.2.20.02	P	LIMITE DE SAQUE SUJEITO A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	728.710	2.1.8.9.2.40.02	P	RECURSOS BLOQUEADOS (A LIBERAR) POR VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	728.710
1.1.1.1.2.20.03	P	VALORES A RECEBER POR ARRESTO	119.223	2.1.8.9.2.40.03	P	RECURSOS A LIBERAR POR MANDADO DE ARRESTO	119.223
1.1.3.2.2.01.01	P	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS RPPS A COMPENSAR	15.688	2.1.4.2.2.14.01	P	REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RPPS A COMPENSAR - CIVIL	15.688
1.1.3.5.2.01.02	P	BLOQUEIOS BANCÁRIOS A RECEBER	6.423	2.1.8.9.2.01.07	P	OBRIGAÇÕES C/ TESOURO ESTADUAL - BLOQUEIO BANCÁRIO DE CONVÊNIO	6.423
1.1.3.8.2.01.36	P	VALORES A RECEBER DA DEVOLUÇÃO DO FECAM	6.538	2.1.8.9.2.03.02	P	RESTITUIÇÕES FECAM E FISED - LEI 3.189/99	21.775
1.1.3.8.2.01.37	P	VALORES A RECEBER ROYALTIES & PE (FISED)	15.237				
1.2.1.1.2.01.01	P	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER LP - INTRA OFSS	778.522	2.2.8.9.2.01.05	P	CREDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS A TRANSFERIR	778.522
1.2.1.1.2.09.01	P	CRÉDITO DE DUODÉCIMO A RECEBER	13.676	2.2.8.9.2.01.04	P	DUODÉCIMO A TRANSFERIR	13.676
1.2.1.1.2.10.01	P	RECURSOS A RECEBER DECRETO ESTADUAL Nº 46.495/2018	1.308.945	2.2.8.9.2.01.13	P	RECURSOS A RESSARCIR DECRETO ESTADUAL Nº 46.495/2018	1.308.945
1.2.1.2.2.98.06	P	CREDITOS A RECEBER ORIUNDOS DO FDP A LONGO PRAZO	198.217	2.2.8.9.2.01.06	P	CREDORES ENTIDADES/AGENTES DO FDP NO LONGO PRAZO	198.217
1.2.1.2.2.98.01	P	CREDITOS PELA ASSUNCAO DE DIVIDAS	1.979.169	2.2.2.3.2.99.01	P	DIVIDAS ASSUMIDAS PELO GOVERNO DO ESTADO	1.979.169
TOTAL DO ATIVO EXPURGADO			5.170.348	TOTAL DO PASSIVO EXPURGADO			5.170.348

Já a Parte II do quadro apresenta as exclusões referentes aos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial, onde foram eliminados tanto os valores de investimentos quanto a parcela do Patrimônio Líquido das controladas, as quais pertencem ao orçamento fiscal e da seguridade social.

EXPURGOS INVEST. AVALIADOS PELA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL / PARCELA DO PL DAS CONTROLADAS

Parte II					
Ativo			Passivo		
Conta	Descrição	2021	Conta	Descrição	2021
1.2.2.1.1.01.01	Tit. Represent. De Capital Integralizado	1.142.666	2.2.8.9.1.01.03	Perdas e Desajustos em Investimentos	1.817.845
1.2.2.9.1.01.01	Ajustes para Perdas em Investimentos	(576.229)		Expurgos do PL das Sociedades Investidas	(1.267.700)
	Ajuste CEHAB	-	2.3.1.0.0.00.00	Patrimônio Social e Capital Social	10.212.028
			2.3.3.0.0.00.00	Reservas de Capital	1.908.752
			2.3.4.0.0.00.00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	42.842
			2.3.5.0.0.00.00	Reservas de Lucros	14.556
			2.3.6.0.0.00.00	Demais Reservas	46.457
			2.3.7.0.0.00.00	Resultados Acumulados	(12.826.451)
				Resultado do exercício (VPA-VPD)	(665.885)
				Participações Minoritárias	16.292
TOTAL		566.437			566.437

Fonte: SIAFE-Rio

Algumas contas já conciliadas não foram eliminadas do Balanço Patrimonial, pois seus atributos diferem entre Financeiro e Permanente. Este expurgo comprometeria a correspondência dos saldos apresentados nos anexos do Balanço Patrimonial (Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial), tendo em vista que somente o Balanço Patrimonial é apresentado através de saldos das contas patrimoniais enquanto os outros são executados através de contas patrimoniais e de controle. Segue o quadro com as devidas contas conciliadas e não expurgadas no exercício de 2021.

Quadro das Contas Conciliadas e não expurgadas

Quadro das Contas Conciliadas e não Expurgadas

RS M8

CONTAS PATRIMONIAIS COM INDICADOR DE SUPERÁVIT FINANCEIRO - ISF DIFERENTES = (AF - PP) E (AP - PF)							
Conta	ISF	Descrição	2021	Conta	ISF	Descrição	2021
1.1.1.2.20.01	F	LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	81.473	2.1.8.9.2.40.01	P	RECURSOS A LIBERAR POR VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	109.142
1.1.1.2.20.06	F	LIMITE DE SAQUE SUJEITO A LIBERAÇÃO	27.669				
1.1.3.8.2.01.28	P	VALORES A RECEBER EC Nº 93/2016 - DRE	150.557	2.1.8.9.2.01.11	F	VALORES A PAGAR EC Nº 93/2016 - DRE	150.557
1.1.2.1.2.01.01	P	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - INTRA OFSS	288.528	2.1.8.9.2.01.01	F/P	CREDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS A TRANSFERIR	288.528
1.1.3.8.2.01.14	P	CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO - SPSM	155.122	2.1.8.8.2.99.01	F	RETENÇÃO SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS - SPSM	155.122
1.1.3.8.2.01.32	P	RESTITUIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS A RECEBER	21.106	2.1.8.9.2.01.16	F/P	RESTITUIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS AO RIOPREVIDÊNCIA	21.106
1.1.3.8.2.01.27	P	VALORES A RECEBER TAXA E IMOLUMENTOS EXTRAJUDICIAIS - ATO CONJUNTO Nº 9/201	0	2.1.4.2.2.02.01	F/P	IPVA A RECOLHER (PARCIAL)	0
1.2.2.1.2.01.01	P	PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS	228.066	2.3.1.2.2.01.01	P	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	228.066
TOTAL			952.521	TOTAL			952.521

Neste contexto, as análises seguem em desenvolvimento, inclusive com relação às diferenças de atributos entre as contas. Os quadros a seguir evidenciam o andamento das análises:

Quadro das Contas em Conciliação

Quadro das Contas em Conciliação

RS M8

ATIVO INTRA X PASSIVO INTRA - CONCILIANDO							
Conta	ISF	Descrição	2021	Conta	ISF	Descrição	2021
1.1.3.6.2.01.03	P	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL PLANO PREVIDENCIÁRIO - ATIVO CIVIL	21.864	2.1.1.4.2.01.03	F/P	CONTRIBUICAO PATRONAL-RPPS PLANO PREVIDEN	21.146
1.1.3.6.2.01.06	P	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL PLANO PREVIDENCIÁRIO - ATIVO CIVIL	5.884	2.1.1.4.2.01.05	F/P	RPPS - PLANO PREV S/13 SALARIO	5.749
1.1.3.6.2.01.01	P	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - ATIVO CIVIL	231.989	2.1.1.4.2.01.02	F/P	CONTRIBUICAO PATRONAL - RPPS PLANO FINANCEIRO	221.712
1.1.3.6.2.01.02	P	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - ATIVO MILITAR A REGULARIZAR	44	2.1.1.4.2.01.04	F/P	RPPS S/13 - SALARIO	72.883
1.1.3.6.2.01.04	P	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - ATIVO CIVIL - 13º SALÁRIO	70.907				
1.1.3.6.2.01.05	P	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - ATIVO MILITAR - 13º SALÁRIO A REGU	2.183				
1.1.3.8.2.01.11	P	INDENIZACOES E RESTITUICOES A RECEBER - INTRA	19	2.1.8.9.2.03.01	F/P	INDENIZACOES E RESTITUICOES DIVERSAS - INTRA OFSS	9.522
1.2.1.1.2.03.01	P	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	89.231	2.2.8.9.2.03.01	P	INDENIZACOES E RESTITUICOES DIVERSAS - INTRA OFSS	87.242
1.2.1.2.2.98.17	P	VALORES A RECEBER BENS CEDIDOS - INTRA OFSS	717	2.2.8.9.2.01.14	P	BENS MÓVEIS E IMÓVEIS RECEBIDOS EM CESSÃO DE USO	324
1.1.3.8.2.01.30	P	VALORES A RECEBER BENS CEDIDOS	74	2.1.8.9.2.01.13	P	BENS MÓVEIS E IMÓVEIS RECEBIDOS EM CESSÃO DE USO	123
1.1.3.1.2.99.01	P	ADANTAMENTO A ÓRGÃOS - PRECATÓRIOS	413.923	2.1.8.9.2.01.08	F/P	OBRIGACOES C/ TESOURO ESTADUAL - PRECATORIO	412.907
1.1.2.3.2.04.01	P	CONTRIBUICAO P/FUNDO DE SAUDE MILITAR	168.011	2.1.1.4.2.01.01	F/P	CONTRIB PATRONAL - FUNDO DE SAUDE/INTRA	131.684
				2.1.2.3.2.99.01	F/P	DIVIDAS ASSUMIDAS PELO GOVERNO DO ESTADO	5
TOTAL ATIVO INTRA			1.004.846	TOTAL PASSIVO INTRA			963.295

Quadro das Contas a Conciliar

Quadro das Contas a Conciliar

RS M8

ATIVO INTRA X PASSIVO INTRA - A CONCILIAR							
Conta	ISF	Descrição	2021	Conta	ISF	Descrição	2021
1.1.2.3.2.09.01	P	CESSAO SERVIDORES - DEC. 32.532/02	1	2.1.1.1.2.01.01	F/P	PESSOAL CEDIDO - DEC. 32.532/02	3.606
1.1.2.3.2.09.02	P	CESSAO SERVIDORES - DEC. 41.687/09	266.548	2.1.1.1.2.01.02	F/P	PESSOAL CEDIDO - DEC. 41.687/09	10.566
1.1.2.3.2.09.03	P	CESSAO SERVIDORES - DEC. 42.791/11	112.236	2.1.1.1.2.01.03	F/P	PESSOAL CEDIDO - DEC. 42.791/11	2.899
1.1.3.8.2.12.01	P	CESSAO SERVIDORES - DEC. 32.532/02 (Demais Áreas) - INTRA	35.169	2.1.1.1.2.02.01	F/P	PESSOAL A PAGAR - SALDOS MIGRADOS DO SIAFEM	133.786
1.1.2.2.2.01.01	P	DUPLICATAS A RECEBER - POR ANO/MES	267.235	2.1.3.1.2.01.01	F/P	CREDORES INTRAGOVERNAMENTAIS	95.419
1.1.3.3.2.01.01	P	CONCESSOES A RECEBER	2.903	2.1.8.9.2.01.02	F/P	OBRIGACOES C/ ORGAOS E ENTIDADES ESTADUAIS	32.756
1.1.3.3.2.01.02	P	PERMISSIONARIOS INTRA	144	2.1.4.2.2.02.01	F/P	IPVA A RECOLHER	0
1.1.3.8.2.01.05	P	CRÉDITOS DE ORGAOS E ENTIDADES ESTADUAIS	114.972				
1.1.3.8.2.01.07	P	CREDA RECEBP/COMPENSAÇÃO PASSIVO AMBIENTA	1.130				
1.1.3.8.2.01.25	P	ALUGUEIS A RECEBER - POR ANO/MES	9.108				
1.1.3.8.2.01.03	P	CREDITOS A RECEBER PELA COMPENSAÇÃO BERJ	502.423	2.1.8.9.2.01.05	P	BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BERJ	370
				2.1.8.9.2.01.06	P	OBRIGACOES PELA COMPENSAÇÃO BERJ	72
				2.1.8.9.2.02.01	F/P	OBRIGACOES P/CONVENIOS RECEBIDOS	2.735
				2.1.8.5.2.02.01	F/P	DIVIDENDOS A DISTRIBUIR TERCEIROS - INTRA OFSS	0
TOTAL ATIVO INTRA			1.311.869	TOTAL PASSIVO INTRA			282.208

Quadro da Evolução das Conciliações

R\$ Mil

Ativo X Passivo Intra	2021		2020	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Ativo Intra - Conciliado	6.122.869	83%	4.219.841	63%
Passivo Intra - Conciliado	6.122.869		4.219.841	
Diferença	-		-	
Ativo Intra - Conciliando	1.004.846	13%	2.163.671	32%
Passivo Intra - Conciliando	963.295		2.148.949	
Diferença	41.550		14.722	
Ativo Intra - A Conciliar	1.311.869	4%	1.343.299	5%
Passivo Intra - A Conciliar	282.208		337.799	
Diferença	1.029.661		1.005.500	
TOTAL ATIVO	8.439.584		7.726.811	
TOTAL PASSIVO	7.368.373		6.706.589	
DIFERENÇA TOTAL	1.071.211		1.020.221	

Demonstração das Variações Patrimoniais:

As exclusões efetuadas na Demonstração das Variações Patrimoniais somam R\$ 94.524.162 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo.

EXPURGOS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INTRAGOVERNAMENTAIS

Variações Patrimoniais Diminutivas			Variações Patrimoniais Aumentativas		
Conta	Descrição	2021	Conta	Descrição	2021
421120101	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR AT/CIVIL - RPPS	2.383.640	312120101	OBRIGACOES PATRONAIS - PESSOAL CIVIL	2.383.640
421129901	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SERV ATIVO MILITAR	85.276	312920101	FUNDO DE SAUDE DOS MILITARES	85.276
421120103	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR - PLANO PREVIDENCIÁRIO	206.157	312120103	CONTRIBUC PATR-PESSOAL CIVIL/PLANO PREVIDE	206.157
443920101	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	300.541	343920101	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	300.541
451120101	COTA RECEBIDA	38.728.580	351120101	COTA CONCEDIDA	38.728.580
451120201	REPASSE RECEBIDO	18.962.317	351120201	REPASSE CONCEDIDO	18.962.317
451120301	SUB-REPASSE RECEBIDO	54.935	351120301	SUB-REPASSE CONCEDIDO	54.935
451120601	CREDITOS ENVIADOS	558.076	351120601	CREDITOS RECEBIDOS	558.076
451120701	DEBITOS RECEBIDOS	172.335	351120701	DEBITOS ENVIADOS	172.335
451220101	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	133.055	351220101	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	133.055
451220102	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITO - SALDOS NAO FINANCEIROS	447.423	351220102	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	447.423
451220103	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS - SALDOS FINANCEIROS	1.344.879	351220103	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	1.344.879
451220110	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA - DUODÉCIMO	6.179.745	351220110	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA CONCEDIDA - DUODÉCIMO	6.179.745
451220112	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS NAO FINANCEIROS	4.433.604	351220112	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS NAO FINANCEIROS	4.433.604
451220113	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.015.359	351220113	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.015.359
451220198	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	159.649	351220198	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	159.649
451220199	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	58	351220199	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	58
451220201	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS IMÓVEIS	108.734	351220201	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS IMÓVEIS	108.734
451220204	DOAÇÕES RECEBIDAS DE BENS IMÓVEIS	22.495	351220204	DOAÇÕES CONCEDIDAS DE BENS IMÓVEIS	22.495
451220207	DOAÇÕES RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	21.893	351220207	DOAÇÕES CONCEDIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	21.893
451220208	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	185.628	351220208	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	185.628
451220209	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	23.655	351220209	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	23.655
451220210	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	132	351220210	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	132
451220299	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	50.067	351220299	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	50.067
451320101	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	18.897.078	351320101	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	18.897.078
464020103	OBRIGAÇÕES COM ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS	48.851	365020103	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	48.851
TOTAL		94.524.162	TOTAL		94.524.162

Fonte: SIAFE-Rio

Balanço Financeiro / Demonstração do Fluxo de Caixa:

As exclusões das transferências intragovernamentais foram efetuadas no Balanço Financeiro e na DFC no mesmo montante, conforme demonstrado no quadro abaixo.

EXPURGOS DAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

Ingressos			Dispêndios		
Conta	Descrição	2021	Conta	Descrição	2021
451120101	COTA RECEBIDA	38.728.580	351120101	COTA CONCEDIDA	38.728.580
451120201	REPASSE RECEBIDO	18.962.317	351120201	REPASSE CONCEDIDO	18.962.317
451120301	SUB-REPASSE RECEBIDO	54.935	351120301	SUB-REPASSE CONCEDIDO	54.935
451120601	CREDITOS ENVIADOS	558.076	351120601	CREDITOS RECEBIDOS	558.076
451120701	DEBITOS RECEBIDOS	172.335	351120701	DEBITOS ENVIADOS	172.335
451220101	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	133.055	351220101	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	133.055
451220103	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS - SALDOS FINANCEIRO	1.344.879	351220103	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIRO	1.344.879
451220110	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA - DUODÉCIMO	6.179.745	351220110	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA CONCEDIDA - DUODÉCIMO	6.179.745
451220113	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.015.359	351220113	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.015.359
451220198	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	159.649	351220198	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	159.649
451220199	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORI	58	351220199	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAI	58
451320101	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	18.897.078	351320101	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	18.897.078
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		86.206.066	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		86.206.066

Fonte: SIAFE-Rio

Balanco Orçamentário

Conforme descrito na “Introdução Conceitual das Demonstrações Contábeis” deste Volume, para o Balanco Orçamentário o MCASP não prevê exclusões de contas “INTRAs” quando da elaboração do Consolidado, uma vez que o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento, e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

o) PCASP - 5º Nível Consolidação

Com o objetivo de viabilizar o processo de convergência aos padrões contábeis e possibilitar a consolidação das contas públicas, em âmbito nacional, a STN editou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

Uma das finalidades do PCASP é padronizar os registros contábeis, permitindo a consolidação das entidades do setor público, nos diversos níveis de governo. Para tal, foi criado um método a fim de distinguir os valores que serão incluídos ou excluídos das demonstrações consolidadas.

O método consiste na utilização do 5º nível das contas de Ativo (1), Passivo (2), Variações Patrimoniais Diminutivas (3) e Variações Patrimoniais Aumentativas (4), para distinguir os saldos recíprocos, como demonstrados a seguir:

5º Nível – Consolidação		
x.x.x.x.1.xx.xx	CONSOLIDAÇÃO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).
x.x.x.x.2.xx.xx	INTRA OFSS	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.
x.x.x.x.3.xx.xx	INTER OFSS – UNIÃO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União.
x.x.x.x.4.xx.xx	INTER OFSS – ESTADO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um estado.
x.x.x.x.5.xx.xx	INTER OFSS – MUNICÍPIO	O Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.

Fonte: MCASP - 7ª Edição

04 – Aspectos Relevantes das Demonstrações Contábeis

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

O saldo é composto pelos itens demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 001 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV %	AH %
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.876.058	100,00%	11.850.573	100,00%	93,04%
Caixa e Equivalentes de Caixa - Consolidação	22.766.916	99,52%	11.707.204	98,79%	94,47%
Caixa	2	0,00%	3	0,00%	-48,61%
Conta Única	554.361	2,43%	360.506	3,08%	53,77%
Conta Única RPPS	57.108	0,25%	55.913	0,48%	0,00%
Bancos	2.724.950	11,97%	1.507.318	12,88%	80,78%
Rede Bancária - Arrecadação	6	0,00%	6	0,00%	0,00%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	19.430.489	85,35%	9.783.458	83,57%	98,61%
Caixa e Equivalentes de Caixa - Intra OFSS	109.142	0,48%	143.369	1,21%	-23,87%
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	109.142	100,00%	143.369	100,00%	-23,87%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Em 2021, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 22.876.058 mil. Na comparação com o exercício de 2020, verifica-se um acréscimo de 93,04%. Esse aumento deve-se principalmente a variação positiva 98,61 % do saldo de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata devido a aplicação dos recursos recebidos pela outorga da concessão dos serviços de saneamento da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE.

Na conta Bancos, os valores mais relevantes do grupo (representando 86,86%) estão demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 001.1 – Bancos
Detalhamento - Estado do Rio de Janeiro - 2021

	R\$ Mil	
Detalhamento por Unidade Gestora	2021	AV %
Bancos	2.724.950	100,00%
Gestão do Índice Educação	581.859	21,35%
Fundo Especial do Corpo de Bombeiros	556.913	20,44%
Tesouro do Estado do Rio de Janeiro	378.789	13,90%
Departamento de Trânsito do Rio de Janeiro	318.908	11,70%
Fundo Estadual de Saude - FES	264.328	9,70%
Tribunal de contas	94.099	3,45%
Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana	88.600	3,25%
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.	83.403	3,06%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical (2021/2020)

A conta Rede Bancária - Arrecadação registra os valores recebidos pelos agentes bancários autorizados pelo Estado a coletar os tributos, multas e demais créditos dos contribuintes, porém ainda indisponíveis para utilização do Tesouro Estadual.

A conta Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata é composta majoritariamente pela Poupança e pelos Fundos de Investimento e representa 85,35% do total do grupo Caixa e Equivalente de Caixa - Consolidação.

Dentro de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata, o saldo de maior representatividade é a rubrica de Fundos de Investimento (98,38%), que são aplicações em título do mercado aberto de contas não únicas, cujo montante era de R\$ 9.492.715 mil em 2020 e apresenta em 2021 o valor de R\$ 19.115.108 mil.

Tais Fundos de Investimento têm seus valores mais relevantes (representando 84,70%) demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 001.2 – Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata
Detalhamento - Estado do Rio de Janeiro - 2021

	R\$ Mil	
Detalhamento por Unidade Gestora	2021	AV %
Fundos de Investimentos	19.115.108	100,00%
Tesouro do Estado do Rio de Janeiro	9.834.207	51,45%
Secretaria de Estado de Educação	1.849.272	9,67%
Tribunal de Justiça	1.342.828	7,02%
Fundo Especial do Tribunal de Justiça	1.257.565	6,58%
Fundo Estadual de Saúde	865.617	4,53%
Fundo Especial do Ministério Público do ERJ	529.336	2,77%
Fundo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	511.154	2,67%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical (2021/2020)

Os Recursos Vinculados se referem integralmente a depósitos à disposição do Judiciário para pagamento de precatórios.

A conta Limites de Saque com Vinculação de Pagamento, classificada no Caixa e Equivalentes de Caixa – Intra OFSS, está composta também por limite de saque sujeito à programação financeira e valores a receber por arresto.

Os valores a receber por arresto representam os valores arrestados nas contas bancárias dos órgãos para cobrir despesas do Tesouro, guardando correspondência com uma conta de passivo contabilizada no Tesouro Estadual.

4.2. Créditos a Curto Prazo

A rubrica Créditos a Curto Prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.

Tabela 002 – Créditos a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	17.770.139	100,00%	19.034.800	15,38%	-6,64%
Créditos Tributários a Receber	288.528	1,62%	26.131	0,14%	1004,16%
Clientes	312.917	1,76%	406.066	2,13%	-22,94%
Créditos de Transferências a Receber	782.153	4,40%	1.878.131	9,87%	-58,35%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	531.983	2,99%	363.979	1,91%	46,16%
Dívida Ativa Tributária	1.246.698	7,02%	215.081	1,13%	479,64%
Dívida Ativa Não Tributária	124.957	0,70%	47.529	0,25%	162,91%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(8.500,79)	-0,05%	(8.481,55)	-0,04%	0,23%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	14.491.405	81,55%	16.106.365	84,62%	100,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

A) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER

Compreende os valores relativos a créditos a receber oriundos das variações patrimoniais aumentativas tributárias, realizáveis no curso do exercício social subsequente. Os tributos são: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições e empréstimos compulsórios.

O saldo da conta de Créditos Tributários a Receber está composto integralmente por créditos tributários INTRA OFSS, registrado no Rioprevidência, tendo como contrapartida a Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado do Rio de Janeiro.

O montante a receber teve um acréscimo significativo de 1.004,16%, em relação ao exercício anterior devido ao registro da reavaliação positiva dos valores a receber do Fluxo ICMS Parcelado a Curto Prazo, nos termos da Nota Técnica constante do processo SEI-040161/000941/2020, passando de um saldo de R\$ 26.131 mil em 2020 para R\$ 288.528 mil ao final de 2021.

B) CLIENTES

Compreende os valores das faturas/duplicatas a receber decorrentes das vendas a prazo de mercadorias ou serviços que ocorram no curso normal das operações da entidade, representando um direito a cobrar de seus clientes.

Em 2021, esta rubrica apresentou um decréscimo de 22,94% em relação ao ano anterior, sendo a principal causa a desincorporação de direitos INTRA - Duplicatas a Receber realizada pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – FATEC, conforme Notas Explicativas 001/2021 e 002/2021.

O saldo da conta de Clientes está registrado em sua maioria na Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 100.821 mil e no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – FATEC no montante de R\$ 82.417mil.

C) CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER

Compreende os valores relativos a créditos a receber decorrentes de transferências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Consórcios Públicos e outras Instituições.

Essa rubrica apresentou um decréscimo de 58,35% em relação ao exercício anterior, motivado pela reclassificação do saldo da conta 1.1.2.3.2.04.02 - ADIANTAMENTO A ORGAOS – PRECATORIOS para a conta 1.1.3.1.2.99.01 - ADIANTAMENTO A ÓRGÃOS – PRECATÓRIOS para adequação ao PCASP.

Também contribui para a redução destes créditos a programa de redução de passivos do Estado com foco em Restos a Pagar. O programa tem como alvo a redução do estoque através de medidas de ajustes contábeis e leilão de pagamento para reduzir o passivo existente do ERJ com seus fornecedores, entre outras ações realizadas conjuntamente de modo a diminuir o passivo de Restos a Pagar.

Os Créditos de Transferências a Receber representam 4,40% dos Créditos a Curto Prazo, sendo grande parcela referente à Polícia Militar no valor de R\$ 219.590 mil, à Secretaria de Estado de Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar no valor de R\$ 167.907 mil, à Secretaria de Estado de Educação no valor de R\$ 118.556 mil e ao Fundo da Polícia Militar do ERJ no valor de R\$ 113.583 mil ao final de 2021.

D) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

São os recursos provenientes de empréstimos e financiamentos concedidos, majoritariamente registrados no Fundo Est. Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado Para Empreendedores no montante de R\$ 279.553 mil, na Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro – CEHAB no montante de R\$ 170.881 mil e no Fundo de Recup. Econômica de Mun. Fluminenses no montante de R\$ 45.483 mil.

O aumento de 46,16% observado em 2021 em relação ao ano anterior foi decorrente sobretudo da concessão de financiamento com recurso da fonte 103 – FISED, no âmbito do programa SUPERA-RJ,

de enfrentamento e combate a crise econômica causada pelas medidas de contenção da pandemia do novo coronavírus.

E) DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA

A Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez já foram apuradas, porém não foram efetivamente recebidos nas datas aprazadas, contendo inclusive, juros e atualização monetária, ou quaisquer outros encargos aplicados sobre o valor inscrito. A Dívida Ativa pode ser de natureza tributária ou não tributária.

A **Dívida Ativa Tributária** corresponde aos créditos dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Já a **Dívida Ativa não Tributária** é composta pelos demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

Os valores da Dívida Ativa do Longo Prazo, por serem mais expressivos, terão maior grau de detalhamento, no item 4.7 “B” deste Relatório.

F) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

A rubrica Ajustes de Perdas de Créditos de Curto Prazo registra valores para cobrir as perdas estimadas na cobrança de créditos a receber. É composta integralmente pela conta Perdas Estimadas em Cliente Faturas/Duplicatas a Receber e está registrada na Central de Abastecimento do Estado do RJ - CEASA no montante de R\$ 5.965 mil, na Companhia Estadual de Habitação do RJ – CEHAB no montante de R\$ 1.213 mil, na Companhia de Transporte sobre Trilhos do ERJ – RIOTRILHOS no montante de R\$ 706 mil, na Companhia Estadual de Engenharia de Transporte e Logística – CENTRAL no montante de R\$ 598 mil e na Companhia de Armazens e Silos do Est do RJ no montantes de R\$ 19 mil.

4.2.1 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Tabela 002.1 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	14.491.405	100,00%	16.106.365	100,00%	-10,03%
Adiantamentos Concedidos	2.899.893	20,01%	4.899.693	30,42%	-40,81%
Tributos a Recuperar / Compensar	63.344	0,44%	9.922	0,06%	538,39%
Créditos a Receber por Desc. da Prest. de Serv. Públicos	1.142.253	7,88%	47.456	0,29%	2306,97%
Créditos por Danos ao Patrimônio	1.946.984	13,44%	1.721.657	10,69%	13,09%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.873.896	12,93%	1.402.039	8,70%	33,66%
Créditos Previdenciários do RPPS a Receber CP	810.148	5,59%	0	0,00%	0,00%
Outros Cred. a Receber e Valores a Curto Prazo	7.913.667	54,61%	10.184.379	63,23%	-22,30%
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créd. e Val. a Curto Prazo	(2.158.781)	-14,90%	(2.158.781)	-13,40%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

A) ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

Compreende as antecipações concedidas a pessoal, tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias, suprimento de fundos, adiantamentos a fornecedores, pesquisadores e pessoas físicas. Em suma, adiantamentos concedidos consistem na entrega de numerário, sempre precedida de empenho na dotação própria, com a finalidade de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Esta rubrica está composta em sua maioria por concessões em regime de desembolso descentralizado no valor de R\$ 1.200.830 mil e por Adiantamento a Pesquisadores no valor de R\$ 1.167.194 mil.

O recuo da ordem de 40,81% no saldo de ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS ocorreu devido a redução do saldo das concessões em regime de desembolso descentralizado, cujo montante passou de R\$ 3.997.27 mil em 2020 para R\$ 1.200.830 mil em 2021.

A referida descentralização objetiva dotar os componentes organizacionais de meios eficientes, capazes de proporcionar maior êxito na gestão e realização das metas, minimizar os entraves administrativos e burocráticos, bem como agilizar a execução de recursos para compra de materiais, prestação de serviços e despesas afins.

Contabilmente, esta descentralização de recursos gera um ativo, já que no momento da concessão não há redução do patrimônio líquido. Tal redução será verificada por ocasião da apresentação dos documentos comprobatórios das despesas realizadas.

B) TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR

Registra valores a recuperar de impostos e contribuições, tais como: Imposto de Renda, Contribuição Social, Contribuições Patronais e Previdenciárias, entre outros.

Em 2021, o valor de R\$ 15.688 mil, referente às Contribuições Patronais RPPS, foi eliminado desta conta para fins de consolidação, por se tratar de transação INTRA OFSS dos diversos órgãos do estado cuja contrapartida reflete a conta de repasses previdenciários RPPS a compensar no passivo do Rioprevidência.

O saldo remanescente desta conta, em 2021, é composto por transações INTER-OFSS com a União, no montante de R\$ 63.344 mil. Este saldo é composto por valores a compensar referentes ao Imposto de Renda, Contribuição Social sobre Lucro Líquido, PIS/PASEP, COFINS, Contribuições Previdenciárias, ICMS compensação e IRRF a compensar.

C) CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Compreende os créditos a receber decorrentes da descentralização de serviços públicos, tanto por meio de outorga a entidades da administração indireta como por meio de delegação, nas formas de concessão, inclusive parcerias público-privada - PPP, permissão ou autorização ao particular do direito de exploração de serviços públicos.

O acréscimo de 2.306,97% deve-se ao registro do valor a receber referente a outorga da concessão dos serviços de saneamento da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE.

As Unidades Gestoras com valores mais relevantes são: Tesouro do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 1.099.062 mil, Centrais de Abastecimento do Estado do RJ no montante de R\$ 18.999 mil e Fundo Especial Penitenciário no montante de R\$ 10.584 mil.

D) CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO

Compreende a apuração e o respectivo registro de responsabilidade por danos ao erário, regulamentada pela legislação pertinente, abrangendo os possíveis créditos em favor do Estado que ainda se encontram em fase de apuração, bem como aqueles que, uma vez apurados, configuram-se como direito em favor da Administração Pública.

Tais créditos são originados por atos, comissivos ou omissivos, que comprovadamente ou potencialmente – no caso de responsabilidade ainda em fase de apuração – vieram a causar prejuízos ao erário, tais como: ausência de prestação de contas, desvios ou desfalques de bens, valores ou dinheiros públicos e a prática de atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que possam acarretar prejuízos aos cofres públicos.

Tabela 002.1.1 – Créditos por Danos ao Patrimônio

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	1.946.984	100,00%	1.721.657	100,00%	13,09%
Pagamentos Indevidos	114.781	5,90%	115.782	6,73%	-0,86%
Desvio/Extravio de Bens	32.563	1,67%	32.525	1,89%	0,12%
Desfalques ou Desvios	5.528	0,28%	5.446	0,32%	1,50%
Responsáveis por Danos	566.596	29,10%	308.563	17,92%	83,62%
Despesa sem Prévio Empenho	14	0,00%	14	0,00%	0,00%
Falta de Licitação	10.160	0,52%	10.160	0,59%	0,00%
Por Adiantamentos Concedidos	150	0,01%	158	0,01%	-5,10%
Ausência de Outras Prestações de Contas	40.921	2,10%	71.500	4,15%	-42,77%
Multas e Juros	33	0,00%	26	0,00%	25,40%
Por Convênios, Acordos e Ajustes celebrados	814.128	41,81%	815.494	47,37%	-0,17%
Pela Ocorrência de Sinistros	19	0,00%	19	0,00%	0,00%
Créditos por Danos ao Patrimônio - Credores por Acordo	0	0,00%	3	0,00%	100,00%
Outras Responsabilidades	362.092	18,60%	361.966	21,02%	0,03%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O saldo da conta Créditos por Danos ao Patrimônio apresentou um acréscimo de 13,09% em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 1.721.657 mil em 2020 para R\$ 1.946.984 mil em 2021.

Os créditos por danos causados ao patrimônio referentes aos Convênios, Acordos e Ajustes celebrados totalizam R\$ 814.128 mil, constituindo 41,81% do grupo. Deste montante, os saldos mais representativos são: R\$ 388.864 mil pertencem à Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ e R\$ 292.554 mil pertencem à Secretaria de Estado de Saúde. Os saldos dessas duas unidades gestoras, somados, perfazem 83,70% do total do grupo.

Os Responsáveis por Danos também apresentam saldo relevante, totalizando R\$ 566.596 mil, que constitui 29,10% do grupo de créditos por danos ao patrimônio. Deste total, R\$ 240.244 pertencem ao Proderj-Centro de Tecnol. de Inf. Comun. ERJ e R\$ 220.621 ao Fundo Estadual de Saúde - FES. Os saldos dessas duas unidades gestoras, somados, perfazem 81,34% do total.

E) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo.

Tabela 002.1.2 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.873.896	100,00%	1.402.039	100,00%	33,66%
Depósitos e Cauções	28.500	1,52%	335	0,02%	8413,24%
Depósitos Judiciais	161.519	8,62%	141.762	10,11%	13,94%
Depósitos Recursais	2.371	0,13%	2.720	0,19%	-12,82%
Bloqueios Bancários	404.391	21,58%	367.066	26,18%	10,17%
Cauções Contratuais	4.800	0,26%	5.236	0,37%	-8,33%
Bloq. Bancários - DDO Cred. Entid. e Agentes	1.529	0,08%	1.947	0,14%	-21,48%
Precatórios - EC 62/2009	47.085	2,51%	47.085	3,36%	0,00%
Depósitos de Diversas Origens - DDO	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Bloqueios Bancários Sequestrados	65	0,00%	79	0,01%	-18,24%
Depósitos a Disposição no Tesouro Estadual	0			0,00%	0,00%
Outros Depósitos	58	0,00%	58	0,00%	0,00%
Conta Especial Precatórios	1.223.579	65,30%	835.750	59,61%	46,40%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Esta rubrica apresentou um acréscimo de 33,66% em relação ao ano anterior, variando de R\$ 1.402.039 mil em 2020 para R\$ 1.873.896 mil em 2021.

O saldo da Conta Especial Precatórios tem uma representatividade significativa em relação ao grupo, representando 65,30% do total. O valor de R\$ 1.223.579 mil está registrado em sua integralidade na unidade gestora Encargos Gerais – Precatórios Judiciais/SEFAZ e o relevante aumento observado se deve as transferências judiciais efetuadas para cumprimento do Ofício GABPRES/DIPRE/SECCE nº 67/2020 do Tribunal de Justiça do Estado do RJ, no qual foi solicitada a retenção mensal de R\$ 102.228 mil, durante o ano de 2021, até o dia 30 de cada mês, sobre o valor do repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE) devido ao Estado do Rio de Janeiro, efetuando, o depósito do referido valor em conta judicial destinada ao pagamento de precatórios.

O saldo de Bloqueios Bancários apresenta uma representatividade de 21,58% no grupo, somando o valor de R\$ 404.391 mil. O valor mais significativo encontra-se registrado no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 309.657 mil.

Já o saldo de Bloqueios Bancários a Receber - INTRA OFSS presente no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, registrados no valor de R\$ 6.423 mil, foi eliminado do quadro acima para fins de consolidação.

F) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO
Tabela 002.1.3 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo
 Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CP	7.913.667	100,00%	10.184.379	100,00%	-22,30%
Outros Créditos a Receber	3.997.297	50,51%	6.702.772	65,81%	-40,36%
Adiantamentos por Transferências Voluntárias	1.220.949	30,54%	3.841.555	57,31%	-68,22%
Restos a Receber	41.104	1,03%	41.104	0,61%	0,00%
Ressarcimento de Pessoal Cedido - Consolidação	1.246	0,03%	1.401	0,02%	-11,11%
Cheques Devolvidos em Cobrança	14	0,00%	14	0,00%	0,00%
Taxas e Multas a Receber	5.610	0,14%	40.957	0,61%	-86,30%
Créditos com Empresas Estaduais	2.124	0,05%	2.124	0,03%	0,00%
Indenizações e Restituições a Receber	130.294	3,26%	123.392	1,84%	5,59%
Cotas Financeiras a Receber	152.155	3,81%	161.648	2,41%	-5,87%
Créditos a Receber de Promissários	320	0,01%	320	0,00%	0,00%
Operações de Crédito a Receber	804	0,02%	804	0,01%	0,00%
Contrib. Do Servidor p/ Fundo de Saúde Militar	68.186	1,71%	71.306	1,06%	-4,38%
Agentes Devedores Diversos	1.102	0,03%	1.102	0,02%	-0,04%
Outras Entidades Devedoras	2.552	0,06%	2.552	0,04%	0,00%
Alugueis a Receber	46.407	1,16%	34.450	0,51%	34,71%
Taxa de Ocupação de Imóveis	4.498	0,11%	4.485	0,07%	0,30%
Repasses Previdenciários RPPS Consolidação	581	0,01%	581	0,01%	0,00%
Serv. Hosp. e Exames Laborator. a Receber	10.256	0,26%	14.565	0,22%	-29,59%
Valores a Receber Lei nº 7.391 / 2016 (7,5% DUDA DETRAN)	9.194	0,23%	8.269	0,12%	11,19%
Valores em Trânsito - Precatórios	97.694	2,44%	149.934	2,24%	-34,84%
Demais Créditos a Receber	2.202.208	55,09%	2.202.208	32,86%	0,00%
Valores em Trânsito Realizáveis	1.173.530	14,83%	1.221.831	12,00%	-3,95%
Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago	402	0,01%	700	0,01%	-42,59%
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamento de Despesa de Terceir	13.178	0,17%	14.379	0,14%	-8,35%
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	0	0,00%	288.958	2,84%	-100,00%
Dividendos Propostos a Receber	54.551	0,69%	54.551	0,54%	0,00%
Créditos Intragovernamentais	954.511	12,06%	870.207	8,54%	9,69%
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal - INTRA	35.169	0,44%	0	0,00%	0,00%
Outros Créditos a Receber e Valores a CP	1.685.030	21,29%	1.030.980	10,12%	63,44%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O total desta rubrica ao final de 2021 soma R\$ 7.913.667 mil. Em relação ao ano de 2020, apresentou um decréscimo de 22,30%.

Nesta conta, estão registrados outros créditos a receber pelos órgãos do Estado, tais como adiantamento de transferências voluntárias; cotas financeiras a receber; valores em trânsito realizáveis; entre outros.

Seguem abaixo os comentários dos valores mais relevantes do grupo:

ADIANTAMENTOS POR TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Esta conta apresentou um decréscimo de 68,22% em relação ao exercício anterior, decorrente da baixa de R\$ 2.755.351 mil relacionado a registros contábeis de repasses financeiros do Fundo Estadual de Transporte - FET para a empresa Riocard Tecnologia da Informação S/A, visando à realização de despesas relativas ao Programa Bilhete Único, operacionalizado por meio do Convênio nº 01/2013.

Esta baixa obedeceu ao Relatório de Auditoria Governamental - Auditoria Financeira – Ordinária conforme Processo TCE RJ nº 102.171-8/2020 - TSID Nº 05.335.2020, tendo em vista que o valor não preenchia a definição de ativo, isto é, expectativa de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER

Os Demais Créditos a Receber representam 55,09% do total do grupo Outros Créditos a Receber. A maior parte deste saldo pertence ao Rioprevidência, no montante de R\$ 2.150.631 mil, referentes aos direitos inscritos em dívida ativa, tendo como contraparte a Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, conforme Determinação do TCE-RJ nº 41/2013, Proc. Nº 105.879-8/14.

VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS

O saldo, em sua maioria, é referente aos valores a conciliar no montante de R\$ 501.223 mil, ao aporte de recursos para regularização de pagamentos – mandado de arresto no montante de R\$ 229.640, ao mandado de arresto no montante de R\$ 224.296 mil e aos Pagamentos a Regularizar - ICMS Compensação no montante de R\$ 99.959 mil.

Cabe informar que não deveriam existir saldos nestas contas transitórias, por isso existem as equações de inconsistências contábeis (Validações Contábeis / LISCONTIR), que apontam a necessidade de análise e regularização das mesmas.

DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER

Dividendos são parcelas do lucro apurado por uma Sociedade Anônima, e distribuída aos seus acionistas por ocasião do encerramento do exercício social. No Brasil, os dividendos obrigatórios estão estabelecidos no § 2º do art. 202 da lei das sociedades anônimas.

Os Dividendos Propostos a Receber estão registrados em sua maioria no Tesouro do Estado no montante de R\$ 54.551 mil, representam a parcela que o Estado do Rio de Janeiro tem a receber dos dividendos da CEDAE.

CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS

Neste grupo está registrado o montante dos créditos a receber oriundos de transações ocorridas entre órgãos ou entidades integrantes da estrutura do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Abaixo, demonstramos os saldos que o compõem:

Tabela 002.1.3.1 – Créditos Intragovernamentais

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS	954.511	100,00%	870.207	100,00%	9,69%
Créditos a Receber pela Compensação BERJ	502.423	52,64%	463.892	53,31%	8,31%
Créditos de Órgãos e Entidades Estaduais	114.972	12,05%	114.972	13,21%	0,00%
Créditos a Receber para Compensação Passivo Ambiental	1.130	0,12%	1.130	0,13%	0,00%
Indenizações e Restituições a Receber - Intra	19	0,00%	9	0,00%	114,44%
Créditos a Receber decorrentes de Folha de Pagamento - SPSM	155.122	16,25%	243.641	28,00%	-36,33%
Aluguéis a Receber por Ano/Mês	9.108	0,95%	9.360	1,08%	-2,70%
Valores a Receber Tx. e Imolumentos Extraj. - Ato Conjunto Nº 9/2016 FUNPERJ	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Valores a Receber EC nº 93/2016 - DRE	150.557	15,77%	16.096	1,85%	835,34%
Valores a Receber Bens Cedidos	74	0,01%	0	0,00%	100,00%
Restituição de Participações Especiais a Receber	21.106	2,21%	21.106	2,43%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Inicialmente, considera-se que ainda é inviável eliminar a totalidade dos Ativos e Passivos intragovernamentais, devido à dificuldade na compatibilização dos saldos entre os Órgãos, no entanto o corpo técnico de Contabilidade continua juntando esforços para aperfeiçoar o processo de consolidação dos saldos.

Este grupo apresentou uma variação positiva de 9,69%. A rubrica Valores a Receber EC nº 93/2016 – DRE que contribuiu com a maior parte para esta variação.

Do montante total dos Créditos a Receber pela Compensação do BERJ, R\$ 502.351 mil estão registrados no ativo do Rioprevidência e R\$ 72 mil no Tesouro Estadual.

O saldo dos Créditos de Órgãos e Entidades Estaduais está registrado integralmente no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, sendo de R\$ 66.130 mil referentes ao Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN e 48.842 mil referentes ao Rioprevidência.

G) AJUSTES DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

A rubrica Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo soma R\$ 2.158.781 mil, dos quais R\$ 2.150.431 mil (99,61%) correspondem ao montante registrado Fundo Unico de Previdencia do Estado do RJ.

4.3 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

TABELA 003 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV%	AH%
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	4.372.979	100,00%	2.312.451	100,00%	89,11%
Títulos e Valores Mobiliários	4.372.979	100,00%	2.312.451	100,00%	89,11%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Este grupo apresentou um saldo de R\$ 4.372.979 em 2021, um acréscimo de 89,11% em relação ao exercício de 2020. Este acréscimo foi resultado dos Fundos de Investimento em Renda Fixa ou Referenciados registrados em sua maioria no Fundo Unico de Previdencia do Estado do RJ.

4.4 Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Tabela 004 – Estoques

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV%	AH%
ESTOQUES	1.050.425	100,00%	837.142	100,00%	25,48%
Mercadorias para Revenda	-	0,00%	0	0,00%	0,00%
Produtos e Serviços Acabados	-	0,00%	0	0,00%	0,00%
Produtos e Serviços em Elaboração	516	0,05%	910	0,11%	-43,32%
Matérias-primas	993	0,09%	1.915	0,23%	-48,16%
Almoxarifado	902.060	85,88%	681.175	81,37%	32,43%
Outros Estoques	146.857	13,98%	153.142	18,29%	-4,10%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O Estoque apresentou um saldo de R\$ 1.050.425 mil em 2021, um acréscimo de 25,48% em relação ao exercício de 2020.

O almoxarifado está registrado em sua maioria na Secretaria de Estado de Saúde, no montante de R\$ 238.473 mil e na Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 169.252 mil.

4.5 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo.

Tabela 005 – VPD Pagas Antecipadamente
 Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV%	AH%	R\$ Mil
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	8.276	100,00%	6.054	100,00%		36,71%
Prêmios de Seguros a Apropriar	176	2,13%	189	3,12%		-6,77%
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	798	9,64%	674	11,13%		18,42%
Aluguéis Pagos a Apropriar	-	0,00%	-	0,00%		0,00%
Benefícios a Pessoal a Apropriar	7.239	87,47%	5.141	84,92%		40,81%
Demais VPD a Apropriar	64	0,77%	50	0,83%		26,02%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Em 2021 a conta de VPD Pagas Antecipadamente apresentou um acréscimo de 36,71% em relação ao exercício de 2020, perfazendo o saldo de R\$ 8.276 mil.

Os Prêmios de Seguros a Apropriar estão registrados em sua maioria no Tribunal de Contas no montante de R\$ 68 mil e na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão no montante de R\$ 67 mil.

As Assinaturas e Anuidades a Apropriar estão registradas em sua maioria na Administração Central no montante de R\$ 136 mil, na Fund.Carlos Chagas Filho de Amp. a Pesquisa - RJ no montante de R\$ 130 mil e na Procuradoria Geral do Estado no montante de R\$ 118 mil.

Em 2021, os Benefícios a Pessoal a Apropriar apresentou um acréscimo de 40,81% em relação ao exercício de 2020 e o saldo de maior representatividade esta registrado na Secretaria de Estado de Polícia Civil no montante de R\$ 7.114 mil.

4.6 Créditos a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimentos de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis após doze meses da publicação das demonstrações contábeis deduzido os ajustes de perdas de créditos a longo prazo.

Tabela 006 – Créditos a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	40.499.986	100,00%	45.633.698	100,00%	-11,25%
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	40.410.367	99,78%	45.544.467	99,80%	-11,27%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	287.599	0,71%	138.432	0,30%	107,75%
Dívida Ativa Tributária	118.230.189	292,57%	115.838.904	254,34%	2,06%
Dívida Ativa Não Tributária	2.387.695	5,91%	2.349.964	5,16%	1,61%
Outros Créditos a Longo Prazo	17	0,00%	0	0,00%	100,00%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(80.495.133)	-199,19%	(72.782.833)	-159,81%	10,60%
Créditos de Longo Prazo INTRA OFSS	89.231	0,22%	89.231	0,20%	0,00%
Créditos de Longo Prazo Inter OFSS - Municípios	389	0,00%	-	0,00%	100,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Seguem abaixo os comentários dos itens deste grupo:

A) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos somam R\$ 287.599 mil, apresentando um acréscimo de 107,75% em relação ao exercício anterior. Esse substancial aumento ocorreu devido a regularização no montante de R\$ 135.609 mil, por meio de lançamento contábil de Ajustes de Exercícios Anteriores – AJEA, da nota de lançamento 2015NL00130, efetuada, à época, com valor incorreto e referente ao leilão de carteira de recebíveis do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES no ano de 2015.

O maior saldo do grupo, no montante de R\$ 155.775 mil, está no Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social.

B) DÍVIDA ATIVA

Conforme explicitado no item 4.2 E deste Volume, a Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez já foram apuradas, porém não foram efetivamente recebidos nas datas aprazadas.

A tabela a seguir demonstra o estoque da Dívida Ativa:

Tabela 006.1 – Dívida Ativa
 Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV%	AH%
DÍVIDA ATIVA - CURTO E LONGO PRAZO	41.524.624	100,00%	45.668.644	100,00%	-9,07%
Dívida Ativa Tributária - Curto e Longo Prazo	119.476.887	287,73%	116.053.984	254,12%	2,95%
Créditos Inscritos a Curto Prazo	1.246.698	1,04%	215.081	0,19%	479,64%
Créditos Inscritos a Longo Prazo	119.053.205	99,65%	116.661.558	100,52%	2,05%
Créditos em Processo de Inscrição a Longo Prazo	3	0,000%	408	0,000%	-99,37%
Comp. Prec. Judic. c/ Div. Ativa Trib a Longo Prazo	(823.019)	-0,69%	(823.063)	-0,71%	-0,01%
Dívida Ativa Não Tributária - Curto e Longo Prazo	2.512.652	6,05%	2.397.492	5,25%	4,80%
Creditos Inscritos a Curto Prazo	124.957	4,97%	47.529	1,98%	162,91%
Créditos Inscritos a Longo Prazo	2.394.092	95,28%	2.356.361	98,28%	1,60%
Créditos em Processo de Inscrição a Longo Prazo	11.926	0,47%	11.926	0,50%	0,00%
Comp. Prec. Judic. c/ Div. Ativa não Trib a Longo Prazo	(18.324)	-0,73%	(18.324)	-0,76%	0,00%
Ajustes para Perdas - Curto e Longo Prazo	(80.464.915)	-193,78%	(72.782.833)	-159,37%	10,55%
Ajustes para Perdas - Longo Prazo	(80.464.915)	100,00%	(72.782.833)	100,00%	10,55%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O saldo da Dívida Ativa Tributária e não Tributária, deduzido o Ajuste para Perdas apresentou um decréscimo de 9,07% em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 45.668.644 mil em 2020 para R\$ 41.524.624 mil em 2021.

Em 27/12/2012, o Estado do Rio de Janeiro editou o Decreto nº 44.006/2012, revogando o Decreto nº 37.050 de 10 de março de 2005, tratando da transferência do estoque da Dívida Ativa após 1997 para o Tesouro Estadual, permanecendo no patrimônio da autarquia, apenas os recebíveis anteriores a 1997.

O Art.12, inciso III do Decreto nº 47.836 de 22/11/2021, determinou que a Procuradoria da Dívida Ativa, da Procuradoria Geral do Estado enviasse até o dia 14 de janeiro de 2022 os Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa referentes ao exercício de 2021.

O estoque da dívida foi atualizado em conformidade com o Demonstrativo do Estoque da PGE/2021. A variação dos créditos inscritos em Dívida Ativa está evidenciada na Tabela 006.1 – DÍVIDA ATIVA deste volume.

Segue abaixo o detalhamento da Dívida Ativa Tributária de longo prazo, no qual pode se observar que está composta, em grande maioria, pela Dívida Ativa referente ao ICMS:

Tabela 006.1.1 – Dívida Ativa Tributária LP

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - LONGO PRAZO	118.230.189	134,05%	115.838.904	100,00%	2,06%
ICMS	93.233.762	78,86%	91.487.727	78,98%	1,91%
ICMS - Compensação Precatórios	(812.712)	-0,69%	(812.712)	-0,70%	0,00%
ICM	2.143.610	1,81%	2.249.611	1,94%	-4,71%
ICM - Compensação Precatórios	(823)	0,00%	(823)	0,00%	0,00%
FECP	2.897.652	2,45%	2.664.184	2,30%	8,76%
FECP - Compensação Precatórios	(4.414)	0,00%	(4.414)	0,00%	0,00%
ITD	213.422	0,18%	148.757	0,13%	43,47%
ITD - Compensação Precatórios	(5.012)	0,00%	(5.012)	0,00%	0,00%
ITBI	972	0,00%	982	0,00%	-1,06%
IPVA	729.973	34,05%	963.749	0,83%	-24,26%
IPVA - Compensação Precatórios	(58)	0,62%	(58)	0,00%	0,00%
Outros Tributos	3	0,00%	677	0,00%	-99,49%
Outros Tributos - Compensação Precatórios	-	0,00%	(45)	0,00%	-100,00%
Taxas Diversas	287.064	0,24%	219.741	0,19%	30,64%
Multas Diversas	19.546.749	16,53%	18.926.538	16,34%	3,28%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

C) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS DE LONGO PRAZO

Compreende o ajuste de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a créditos de longo prazo, por inadimplência de terceiros e outros. Nem sempre é possível assegurar que os valores registrados efetivamente serão recebidos, existindo sempre um percentual de incerteza sobre a realização dos créditos.

Assim, com o objetivo de evidenciar essa margem de incerteza, utilizam-se contas redutoras referentes às contas de Ativos, permitindo que o valor final dos créditos a receber esteja de acordo com o valor provável de realização dos mesmos. Este montante também sofre atualização baseado nos Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa enviados pela Procuradoria da Dívida Ativa – PG-5.

D) CRÉDITOS DE LONGO PRAZO INTRA-OFFS

O valor total dos Créditos de Longo Prazo Intra-Ofss permaneceu inalterado em relação ao exercício de 2020, apresentando o saldo de R\$ 89.231 mil.

4.7 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações, com vencimento no longo prazo, conforme demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 007 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	7.286.928	100%	4.451.136	100%	63,71%
Demais Créditos e Valores a LP - Consolidação	7.283.377	99,95%	2.770.515	62,24%	162,89%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	451	0,01%	451	0,02%	0,00%
Créditos a Receber p/ Desc. Prest. De Serv. Públicos	5.200.819	71,41%	663.019	23,93%	684,41%
Créditos por Danos ao Patrimônio Prov. de Créditos Administrativos	25	0,00%	25	0,00%	0,00%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	138.108	1,90%	118.431	4,27%	16,62%
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	1.943.973	26,69%	1.988.590	71,78%	-2,24%
Demais Créditos e Valores a LP - INTRA OFSS	717	0,01%	1.679.360	37,73%	-99,96%
Demais Créditos e Valores a LP - INTER OFSS	2.835	0,04%	1.261	0,03%	124,82%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Em 2021, os Demais Créditos e Valores a Longo Prazo apresentaram um acréscimo de 63,71% em relação ao exercício anterior. Esse aumento significativo ocorreu devido a variação ocorrida em Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos.

A) CRÉDITOS A RECEBER P/ DESC. PREST. DE SERV. PÚBLICOS

Este montante comporta os Direitos sobre Outorgas líquido, no valor de R\$ 4.629.898 mil e os Direitos sobre Concessões, no valor de R\$ 570.921 mil.

Direitos sobre Concessões

O Poder Público pode realizar, de forma centralizada, seus próprios serviços, por meio de órgãos da Administração Direta, ou prestá-lo, de forma descentralizada, por meio das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista e consórcios públicos de direito público, sendo todas essas, pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta. Mais ainda, pode prestar serviços públicos através de entidades paraestatais, consideradas entes de colaboração, que se situam ao lado do Estado, sem a ele pertencer; e finalmente, por empresas privadas e particulares individualmente consideradas, como as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos.

O Estado do Rio de Janeiro, por ato administrativo, facultou ao setor empresarial privado por determinado tempo, finalidade e condição expressa mediante autorização ou concessão, as outorgas dos serviços públicos de transporte ferroviário, metroviário, aquaviário e exploração de rodovias, fiscalizados pelas agências reguladoras.

Tabela 007.1 – Direitos sobre Concessões

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO						R\$ Mil
	2020	INGRESSOS	ATUALIZAÇÕES	CEBIMENT	BAIXAS	2021
DIREITOS SOBRE CONCESSÕES	570.921	-	-	-	-	570.921
Concessionária Rota 116 S/A	185.792	-	-	-	-	185.792
Metrô - OPPORTANS ³	349.176	-	-	-	-	349.176
Metrô - Trecho Arco Verde/S. Campos	17.636	-	-	-	-	17.636
Ceg Rio S/A ¹	11.194	-	-	-	-	11.194
Cia. Distrib. de Gas do RJ - CEG ²	7.124	-	-	-	-	7.124

¹ - Atende aos municípios de Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu

² - Atende aos municípios de Mangaratiba e Maricá

³ - Contrato original de serviço de transporte metroviário concedido a Opportans

Fontes: SIAFE-Rio

O saldo a receber proveniente das Concessões de Serviços Públicos não sofreu alteração em relação ao ano anterior, mantendo o saldo no montante de R\$ 570.921 mil.

Os Direitos sobre Concessões se referem ao DER-RJ no montante de R\$ 185.792 mil (referentes à Concessionária Rota 116), à Secretaria de Estado de Transportes - SETRANS no montante de R\$ 366.811 mil (referentes à concessão do Metrô à Opportans no montante de R\$ 349.176 mil e R\$ 17.636 mil referentes à concessão do Metrô à Opportans para execução do Arco Verde/Siqueira Campos) e à Secretaria de Estado Desenv. Econ. Energia Ind. e Serviço no montante de R\$ 18.318 mil (sendo desmembrados entre a CEG RIO S/A no montante de R\$ 11.194 mil e a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG no montante de R\$ 7.124 mil).

Direitos sobre Outorgas

Quanto ao valor de R\$ 4.629.898 mil corresponde ao valor a receber pelas seguintes outorgas:

- Complexo Maracanã Entretenimento S.A. R\$ 181.500 mil
- Águas do Rio 1 SPE S.A. R\$ 1.640.000 mil
- Águas do Rio 4 SPE S.A. R\$ 1.440.600 mil
- IGUA Rio de Janeiro S.A. R\$ 1.457.200 mil ____ R\$ 4.719.300 mil

O total dos Direitos Sobre Outorgas sofreu a redução de R\$ 89.402 mil referente ao saldo da conta 121210398 - (-) Juros Ativos a Vencer S/Outorgas.

B) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Deste grupo, a unidade gestora com saldo mais significativo é a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do ERJ – RIOTRILHOS, no montante de R\$ 90.690mil.

C) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO

Compreendem os outros créditos e valores realizáveis após os doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, tais como os demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 007.2 – Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo
 Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil					
	2021	AV %	2020	AV%	AH%	
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	1.943.973	100,00%	1.988.590	100,00%	-2,24%	
Valores a Receber de Outras Empresas	5.652	0,29%	5.652	0,28%	0,00%	
Devedores p/ Financiamentos - FCVS	401.135	20,63%	401.135	20,17%	0,00%	
Fluxo do FUNDES - Decreto nº 40.155/2006	603.840	31,06%	649.069	32,64%	-6,97%	
Contratos Validados RCV	18.162	0,93%	17.549	0,88%	3,49%	
Cheques Devolvidos em Cobrança	6	0,00%	6	0,00%	0,00%	
Multas a Receber	3.308	0,17%	3.308	0,17%	0,00%	
Dação em Pagamento por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	872.297	44,87%	872.297	43,87%	0,00%	
Créditos a Receber do RJPREV - Aporte LEI Nº 6243/2012	25.096	1,29%	25.096	1,26%	0,00%	
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	14.477	0,74%	14.477	0,73%	0,00%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O saldo referente à Dação em Pagamento por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos (representando 44,87% do grupo) está registrado integralmente na Secretaria de Estado de Transportes, no montante de R\$ 872.297 mil.

Já a conta Fluxo do FUNDES – Decreto 40.155/2006 representa o fluxo do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES, instituído pelo Decreto-Lei nº 8/75, ingressados no Tesouro Estadual a partir de janeiro de 2007 e incorporados ao RIOPREVIDÊNCIA por meio da publicação do Decreto Estadual n.º 40.155/2006.

Em 2021, este ativo de longo prazo apresentou saldo de R\$ 603.840 mil, sendo o montante do FUNDES atualizado de acordo com as notas técnicas do Rioprevidência.

Os Devedores p/Financiamentos – FCVS no montante de R\$ 401.135 mil corresponde a contratos de financiamentos concedidos aos mutuários da Companhia Estadual de Habitação – CEHAB, com cláusulas de cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS.

4.8 Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Compreende as aplicações de recursos em títulos, valores mobiliários e imobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no longo prazo.

Tabela 008 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	473	100,00%	473	100,00%	0,00%
Títulos e Valores Mobiliários	473	100,00%	473	100,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O valor total dos Títulos e Valores Mobiliários permaneceu inalterado em relação ao exercício de 2020, apresentando o saldo de R\$ 473 mil.

Deste montante, R\$ 173 mil pertence à Companhia de Desenvolvimento Rodov. e Terminais do ERJ, R\$ 150 mil pertence à Companhia de Armazéns e Silos do ERJ e os outros 150 mil pertence ao Instituto Vital Brazil S/A.

4.9 Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Tabela 009 – Estoques

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
ESTOQUES	56.399	100,00%	56.399	100,00%	0,00%
Outros Estoques	56.399	100,00%	56.399	100,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O montante da conta outros estoques referem-se integralmente a Imóveis para Venda no valor de R\$ 56.399 mil e pertence à Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro.

4.10 Investimentos

Os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Realizável a Longo Prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade.

Tabela 010 – Investimentos

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
INVESTIMENTOS	11.425.117	100,00%	11.770.758	100,00%	-2,94%
Participações Permanentes	7.711.381	67,49%	8.579.983	72,89%	-10,12%
Propriedades para Investimentos	562.310	4,92%	562.310	4,78%	0,00%
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	316.540	2,77%	369.000	3,13%	-14,22%
Demais Investimentos Permanentes	2.856.481	25,00%	2.962.349	25,17%	-3,57%
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	(20.813)	-0,18%	(20.813)	-0,18%	0,00%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(783)	-0,01%	(682.071)	-5,79%	-99,89%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

A) PARTICIPAÇÕES PERMANENTES

Esta rubrica engloba a participação societária do Estado em Sociedades de Economia Mista, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos são apresentados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2021.

Na Tabela 011 – Investimentos, as **Participações Permanentes** englobam as **Participações Societárias** do Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 010.1 – Participações Societárias
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV%	AH%
Investimentos do Estado	8.128.096	100,00%	7.893.402	100,00%	2,97%
Investimentos pela Equivalência Patrimonial	7.702.360	94,76%	7.890.334	99,96%	-2,38%
Outros Investimentos	426.519	5,25%	3.851	0,05%	10976,34%
(-) Provisão p/ Perdas em Investimentos	(782)	-0,01%	(782)	-0,01%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

No exercício de 2021, os Investimentos do Estado tiveram uma variação nominal positiva de 2,97% em relação ao ano anterior.

Investimentos abrangidos pela Equivalência Patrimonial

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária do Estado no patrimônio líquido das sociedades por ele investido, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício, conforme o item 16 da NBC TSP 18 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Nas tabelas a seguir, pode-se verificar a participação acionária do Estado no patrimônio das sociedades e analisar os cálculos efetuados referentes à equivalência patrimonial.

Tabela 010.2 – Demonstrativo da Equivalência Patrimonial
SOCIEDADES INTEGRANTES DO ORÇAMENTO DO ESTADO

R\$ Mil

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	TOTAL DO PATRIMÔNIO	% PART. NO CAPITAL	RESULTADO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	INVESTIMENTOS SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	PROV. P/ PERDAS INVESTIMENTOS (122910101)	PERDAS E DESÁGIOS INVESTIMENTOS (228910103)
CASERJ	951	99,99952%	951	951	-	-
CEASA	38.151	99,96820%	38.139	38.139	-	-
CEHAB	117.866	99,97000%	117.831	265.148	(147.318)	-
METRO	(607.732)	92,25900%	(560.688)	386.795	(386.795)	(560.688)
CTC	(5.856)	99,99860%	(5.856)	985	(985)	(5.856)
FLUMITRENS	(1.075.636)	100,00000%	(1.075.636)	6.147	(6.147)	(1.075.636)
CODIN	42.541	99,99876%	42.541	42.541	-	-
IVB	(6.757)	99,60000%	(6.730)	21.885	(21.885)	(6.730)
CODERTE	(168.835)	99,99520%	(168.826)	12.873	(12.873)	(168.827)
RIOTRILHOS	397.765	92,25935%	366.976	366.976	-	-
TURISRIO	(159)	68,48560%	(109)	227	(227)	(109)
TOTAL	(1.267.700)		(1.251.408)	1.142.666	(576.229)	(1.817.845)

SOCIEDADES NÃO INTEGRANTES DO ORÇAMENTO DO ESTADO

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA / EMPRESA PÚBLICA	TOTAL DO PATRIMÔNIO	% PART. NO CAPITAL	RESULTADO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	INVESTIMENTOS SOC. ECON. MISTA / EMPRESA PÚBLICA	PROV. P/ PERDAS INVESTIMENTOS (122910101)	PERDAS E DESÁGIOS INVESTIMENTOS (228910103)
CEDAE	7.054.608	99,99960%	7.054.580	7.054.580	-	-
DIVERJ	681	99,97200%	681	681	-	-
BDRIO	2.613	99,95000%	2.612	2.612	-	-
AGERIO	498.024	99,99000%	497.974	497.974	-	-
CFSEC	(171)	99,79000%	(171)	782	(782)	(170)
IMPrensa OFICIAL	145.732	100,00000%	145.732	145.732	-	-
TOTAL	7.701.486		7.701.407	7.702.360	(782)	(170)

TOTAL INVESTIMENTOS SOC. ECON. MISTA / EMPRESA PÚBLICA

8.845.026

Tabela 010.3 – Comparativos dos Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial Soc. Não Integrantes do Orçamento

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

R\$ Mil

SOCIEDADE ANONÔNIMA	2021	AV%	2020	AV%	AH%
CEDAE	7.054.580	91,59%	7.796.439	92,83%	-9,52%
DIVERJ	681	0,01%	679	0,01%	0,31%
BDRIO	2.612	0,03%	963	0,01%	171,17%
CELF	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
AGERIO	497.974	6,47%	474.749	5,65%	4,89%
CFSEC	782	0,01%	782	0,01%	0,00%
IMPrensa OFICIAL	145.732	1,89%	124.665	1,48%	16,90%
TOTAL	7.702.360	100,00%	8.398.278	100,00%	-8,29%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

A Tabela 011.3 demonstra que em 2021 o saldo dos investimentos das Sociedades não integrantes do orçamento do Estado reduziu em R\$ 695.918 mil, o que representa uma variação nominal negativa de 8,29% em relação ao ano anterior.

Provisão para Perdas em Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial

Nesta rubrica estão registradas as perdas estimadas nos investimentos das Sociedades de Economia Mista avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, ocasionadas pelo prejuízo contábil apurado e que resultaram em patrimônio líquido negativo nessas Sociedades.

Tabela 010.4 – Comparativos da Provisão p/ Perdas em Investimentos
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

SOCIEDADE ANONÔNIMA	R\$ Mil				
	2021	AV%	2020	AV%	AH%
CFSEC	782	0,14%	782	0,11%	0,00%
CEHAB	147.318	26,11%	265.251	38,89%	-44,46%
FLUMITRENS	6.147	1,09%	6.147	0,90%	0,00%
METRÔ	386.795	68,56%	386.795	56,71%	0,00%
C.T.C.	985	0,17%	985	0,14%	0,00%
IVB	21.885	3,88%	21.885	3,21%	0,00%
TURISRIO	227	0,04%	227	0,03%	0,00%
TOTAL	564.138	100,00%	682.072	100,00%	-17,29%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

A Tabela 11.4 evidencia variação de 17,29% no exercício em 2021 em comparação com 2020, que se refere à reversão da provisão para perdas no valor de 117.933 mil relacionada à Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro – CEHAB.

A **Provisão para Perda em Investimentos** está registrada em conta retificada do Ativo Não Circulante, no subgrupo Investimentos. Quando a variação negativa no Patrimônio Líquido das controladas ultrapassa o valor do Investimento na Controladora o valor remanescente fica evidenciado em conta do Passivo Não Circulante - **Perdas ou Deságio em investimentos**.

Tabela 010.5 – Comparativos das Perdas e Deságios em Investimentos
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

R\$ Mil					
SOCIEDADE ANÔNIMA	2021	AV%	2020	AV%	AH%
CFSEC	170	0,01%	170	0,01%	0,00%
CODERTE	168.827	9,29%	-	0,00%	100,00%
FLUMITRENS	1.075.636	59,17%	879.386	64,06%	22,32%
METRÔ	560.688	30,84%	466.961	34,01%	20,07%
C.T.C.	5.856	0,32%	6.172	0,45%	-5,12%
IVB	6.730	0,37%	19.900	1,45%	-66,18%
TURISRIO	109	0,01%	264	0,02%	-58,71%
TOTAL	1.818.015	100,00%	1.372.853	100,00%	32,43%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

A Tabela 011.5 – Comparativos das Perdas e Deságios em Investimentos demonstra os valores registrados no Passivo Não Circulante. No exercício de 2021 foi apurada uma variação nominal aumentativa nas perdas de R\$ 445.162 mil em relação ao exercício anterior.

Consolidação dos Investimentos – Metodologia

Conforme o item 40 (b) da NBC TSP 17 – Demonstrações Contábeis Consolidadas, na elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, foram efetuados ajustes nos investimentos, a fim de que fossem eliminadas todas as relações de movimentação entre órgãos e entidades pertencentes ao mesmo ente controlador e já incluídas no Balanço Consolidado. Assim, demonstra-se a efetiva situação patrimonial do conjunto de entidades como se fosse um todo.

Procedimentos do Cálculo de Consolidação:

1. Totalizar os investimentos do Estado nas Sociedades de Economia Mista e nas Empresas Públicas, integrantes e não integrantes do Orçamento do Estado, inclusive de Outros Investimentos;
2. Deduzir a provisão para perdas em investimentos, constituída até o valor do investimento;
Ajustes:
3. Deduzir os investimentos em sociedades integrantes do Orçamento do Estado;
4. Reverter o valor da provisão das perdas em investimentos das sociedades integrantes do Orçamento do Estado.

Tabela 010.6.1 – Cálculos de Consolidação – Participação Societária

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		R\$ Mil
INVESTIMENTOS EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		8.845.026
OUTROS INVESTIMENTOS		422.668
PROVISÃO P/ PERDAS EM INVESTIMENTOS		(577.011)
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		8.690.683
AJUSTES		
SOCIEDADES DEPENDENTES		(1.142.666)
PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS		576.229
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - CONSOLIDADO		8.124.246

Tabela 010.6.2 – Cálculos de Consolidação – Perdas e Deságios em Investimentos

PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS		R\$ Mil
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		1.818.015
AJUSTE		
PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS		(1.817.845)
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO - CONSOLIDADO		170

A conta **Perdas e Deságios em Investimentos** registra os investimentos negativos do Estado. O ajuste demonstrado na Tabela 011.6.2, lançado em conta do Passivo Não Circulante, foi compensado no Balanço Patrimonial Consolidado.

Tabela 010.6.3 – Cálculos de Consolidação – Participação de Não Controladores

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		R\$ Mil
A - PL DAS SOCIEDADES INTEGRANTES SIAFE-Rio		(1.267.700)
B - INVESTIMENTO LÍQUIDO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		(566.437)
* SOCIEDADES DEPENDENTES	(1.142.666)	
* PROVISÃO P/ PERDAS EM INVESTIMENTOS	576.229	
C - PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS		1.817.845
D = A + B + C PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		(16.292)

O Balanço Patrimonial Consolidado evidencia a **Participação de Não Controladores** – antes denominado Minoritários, que é a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível direta ou indiretamente à controladora.

Tabela 010.6.4 – Cálculo da Participação dos Não Controladores

R\$ Mil

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA		Total do Patrimônio - Soc. Integrantes do Orçamento	Investimentos	Prov. p/ Perdas Investimentos	Prov.p/ Perdas e Deságios	Participação dos não Controladores
		A				
137100	CASERJ	951	951	-	-	0
137200	CEASA	38.151	38.139	-	-	12
197100	CEHAB	117.866	265.148	(147.318)	-	35
217100	METRO	(607.732)	386.795	(386.795)	(560.688)	(47.045)
217200	CTC	(5.856)	985	(985)	(5.856)	(0)
217300	FLUMITRENS	(1.075.636)	6.147	(6.147)	(1.075.636)	(0)
227100	CODIN	42.541	42.541	-	-	1
297100	IVB	(6.757)	21.885	(21.885)	(6.730)	(27)
317100	CODERTE	(168.835)	12.873	(12.873)	(168.827)	(8)
317300	RIOTRILHOS	397.765	366.976	-	-	30.790
437100	TURISRIO	(159)	227	(227)	(109)	(50)
TOTAL		(1.267.700)	1.142.666	(576.229)	(1.817.845)	(16.292)

Fonte: SIAFE-Rio

B) PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Esta rubrica apresentou saldo de R\$ 562.310 mil e representa 4,92% do total dos Investimentos.

Todo o saldo é composto por Edifícios, destacando-se o valor de R\$ 539.383 mil referentes à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL.

C) INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO

Os Investimentos do RPPS de Longo Prazo compreendem os investimentos efetuados pelo RPPS em títulos e valores mobiliários e aplicações em segmentos de imóveis.

Tais recursos estão registrados integralmente no Rioprevidência e se referem aos terrenos no montante de R\$ 163.014 mil, às edificações de uso comercial no montante de R\$ 113.087 mil, aos imóveis no montante de R\$ 35.745 mil e às edificações de uso residencial no montante de R\$ 4.693 mil.

D) DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES
Tabela 010.7 – Demais Investimentos Permanentes

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	2.856.481	100,00%	2.962.349	100,00%	-3,57%
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	59	0,00%	59	0,00%	0,00%
Bens Móveis Não Destinados a Uso	1.421.655	49,77%	1.421.655	47,99%	0,00%
Projetos em Andamento	559.341	19,58%	598.746	20,21%	-6,58%
Atividades em Andamento	339.270	11,88%	349.298	11,79%	-2,87%
Investimentos - Aplicações Diretas	50.967	1,78%	50.967	1,72%	0,00%
Investimentos - Material de Consumo	73.314	2,57%	73.314	2,47%	0,00%
Outros Investimentos	411.876	14,42%	468.310	15,81%	-12,05%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Os Demais Investimentos Permanentes somam R\$ 2.856.481 mil e representam 25% do total dos Investimentos do Estado.

Os Bens Móveis não Destinados a Uso estão registrados na Secretaria de Estado de Transportes no montante de R\$ 956.952 mil e na Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL no montante de R\$ 464.703 mil.

Dos Projetos em Andamento, os saldos mais significativos são de R\$ 165.487 mil referentes à Fundação Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC, R\$ 97.598 mil referentes ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, R\$ 77.218 mil à Secretaria de Estado de Ambiente, R\$ 49.733 mil à SEA – Prog. Saneamento Ambiental Baía Guanabara e R\$ 32.050 mil à Administração Central.

Das Atividades em Andamento, os saldos mais significativos referem-se à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão no montante de R\$ 220.195 mil e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras no montante de R\$ 58.915 mil.

Dentre os Outros Investimentos, os montantes mais relevantes referem-se à Companhia Estadual de Engenharia de Transporte e Logística – CENTRAL no valor de R\$ 398.755 mil.

E) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS

Esta rubrica está integralmente composta pelas perdas estimadas nos investimentos das Sociedades de Economia Mista avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, ocasionadas pelo prejuízo contábil apurado e que resultaram em patrimônio líquido negativo nessas Sociedades.

A Provisão p/ Perda em Investimentos registra o mesmo valor do investimento em conta retificadora e o saldo negativo do Patrimônio Líquido das controladas fica evidenciado em grupo de conta do Passivo Não Circulante - Perdas ou Deságio em investimentos.

4.11 Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada, conforme quadro a seguir:

Tabela 011 – Imobilizado

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
IMOBILIZADO	31.337.919	100,00%	31.731.097	100,00%	-1,24%
Bens Móveis	6.972.093	22,25%	6.717.743	21,17%	3,79%
Bens Móveis	8.574.386	122,98%	8.239.347	122,65%	4,07%
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas Bens Móveis	(1.602.293)	-22,98%	(1.521.604)	-22,65%	5,30%
Bens Imóveis	24.365.826	77,75%	25.013.354	78,83%	-2,59%
Bens Imóveis	26.149.667	107,32%	26.743.448	106,92%	-2,22%
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas Bens Imóveis	(1.783.841)	-7,32%	(1.730.095)	-6,92%	3,11%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

4.11.1 Bens Móveis

Compreende o valor das aquisições ou incorporações de bens corpóreos, que tenham existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social e que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

Conforme já explanado na letra “F” das Principais Práticas Contábeis, estabeleceu-se o ajuste inicial e a depreciação dos bens móveis do Estado, em conformidade com o Manual do Tratamento Inicial dos Bens Patrimoniais Móveis, que orienta quanto ao registro inicial desses bens da Administração Direta e Indireta (excluídas as empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações públicas de direito privado). Estes procedimentos foram iniciados em 2014, de forma a refletir uma melhor posição nos saldos do Balanço Patrimonial.

Em 2021 os Bens Móveis do Estado totalizaram o valor de R\$ 8.574.386 mil. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R\$ 335.039 mil, sem contar o valor retificador da depreciação acumulada.

Os valores mais significativos neste grupo se referem aos Veículos de Tração Mecânica no montante de R\$ 1.580.581 mil, Bens Móveis em Andamento no montante de R\$ 1.177.334 mil, Aparelhos e Utensílios Médico-Odontológico, Laboratoriais e Hospitalares no montante de R\$ 761.513 mil, Correção Monetária de Bens Móveis – Lei 8.200/91 no montante de R\$ 752.447 mil, Equipamentos de TIC – Computadores e Periféricos Permanentes no montante de R\$ 520.986 mil, Mobiliário em Geral no montante de R\$ 452.042 mil e Veículos Diversos no montante de R\$ 411.490 mil.

Dos Veículos de Tração Mecânica, de um total de R\$ 1.580.581 mil, temos o saldo concentrado em três Órgãos. São eles: Secretaria de Estado de Polícia Militar no montante de R\$ 763.730 mil, Secretaria de Estado de Polícia Civil no montante de R\$ 305.301 mil e Secretaria de Estado da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar no montante de R\$ 231.513 mil.

Dos Bens Móveis em Andamento, o valor mais significativo refere-se à Secretaria de Estado de Transportes no montante de R\$ 1.172.867 mil.

Dos Aparelhos e Utensílios Médico-Odontológico, Laboratoriais e Hospitalares, R\$ 343.264 mil se referem à Secretaria de Estado de Saúde, R\$ 162.940 mil se referem à Administração Central – UERJ, R\$ 73.974 mil se referem ao Hospital Universitário Pedro Ernesto e R\$ 49.522 mil se referem à Fundação Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Dos valores de Correção Monetária de Bens Móveis – Lei 8.200/91, R\$ 752.089 mil se referem à Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS e R\$ 358 mil se

referem à Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE.

4.11.2 Bens Imóveis

Compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

A contabilidade deve espelhar a realidade patrimonial quando da elaboração do Balanço Geral do Estado. Neste sentido, o inciso VI, do artigo 12, do Decreto nº 47.836, de 22 de novembro de 2021, determinou que a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, encaminhasse até 04 de Março de 2022 à Subsecretaria de Contabilidade Geraldo Estado, a relação dos imóveis de propriedade do Estado, com a indicação de seus ocupantes e da sua utilização, fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, com a indicação da Unidade Gestora, preferencialmente extraído do SISPAT 2.0.

A Secretaria de Estado de Fazenda encaminhou a esta SUBCONT, em atendimento ao citado Decreto, que se encontra inserida no Volume 7 - Relação dos Imóveis Próprios Estaduais desta prestação de Contas de Governo, informando o endereçamento, titularidade, ocupação ou utilização e valores de avaliação de todos os imóveis inscritos no seu cadastro.

Tabela 011.1 – Bens Imóveis
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
BENS IMÓVEIS	26.149.667	100,00%	26.743.448	100,00%	-2,22%
Bens de Uso Especial	5.420.326	20,73%	5.029.994	18,81%	7,76%
Imóveis Dominiais/Dominicais	1.021.343	3,91%	723.695	2,71%	41,13%
Bens de Uso Comum do Povo	1.548.181	5,92%	-	0,00%	100,00%
Bens Imóveis em Andamento	14.396.531	55,05%	17.427.964	65,17%	-17,39%
Instalações	418.203	1,60%	418.200	1,56%	0,00%
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	1.643.308	6,28%	1.643.592	6,15%	-0,02%
Demais Bens Imóveis	1.701.776	6,51%	1.500.003	5,61%	13,45%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Os Bens Imóveis contribuíram com 77,75% para a formação do Ativo Imobilizado.

Bens de Uso Especial

Compreendem os bens de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas.

Tabela 011.1.1 – Bens de Uso Especial

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
BENS DE USO ESPECIAL	5.420.326	100,00%	5.029.994	100,00%	7,76%
Salas Comerciais	54.546	1,01%	51.621	1,03%	5,67%
Edifícios	5.192.826	95,80%	4.829.451	96,01%	7,52%
Imóveis de Uso Educacional	55.349	1,02%	35.066	0,70%	57,84%
Terrenos/Glebas/Lotes	80.099	1,48%	76.350	1,52%	4,91%
Bens em Poder de Terceiros	3.599	0,07%	3.599	0,07%	0,00%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	33.907	0,63%	33.907	0,67%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Os bens de uso especial estão compostos majoritariamente por edifícios, totalizando R\$ 5.420.326 mil. Dentre os seus montantes, os mais significativos pertencem à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS, no total de R\$ 2.003.364 mil e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no total de R\$ 967.340 mil.

Bens Imóveis em Andamento

Tabela 011.1.2 – Bens Imóveis em Andamento

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	14.396.531	100,00%	17.427.964	100,00%	-17,39%
Obras em Andamento	14.396.531	100,00%	17.427.964	100,00%	-17,39%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Os Bens Imóveis em Andamento estão registrados integralmente em Obras em Andamento, cujos valores se referem às obras, desde sua construção até o término das mesmas. Em 2021, o saldo totalizou R\$ 14.396.531 mil. Na comparação com o exercício de 2020, verifica-se um decréscimo de 17,39%.

Os valores mais significativos estão registrados na Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 9.618.543 mil, na Fundação Depart. Estr. de Rod. Est. - DER-RJ no

montante de R\$ 1.651.751 mil, na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras no montante de R\$ 1.091.534 mil, e no Instituto Estadual do Ambiente – INEA no montante de R\$ 892.326 mil.

Benefitorias em Propriedades de Terceiros

As Benefitorias englobam as Construções em Terrenos Arrendados de Terceiros e Instalações e Outras Benefitorias em Prédios Alugados. São considerados somente os gastos com construção e instalação que se incorporam ao imóvel e reverterem ao proprietário do imóvel ao final da locação.

Em 2021, o saldo totalizou R\$ 1.643.308 mil. O valor mais significativo está registrado no Tribunal de Justiça, no montante de R\$ 1.607.966 mil.

Demais Bens Imóveis

Os Demais Bens Imóveis estão classificados como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 011.1.3 – Demais Bens Imóveis
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV%	AH%	R\$ Mil
DEMAIS BENS IMÓVEIS	1.701.776	100,00%	1.500.003	100,00%	13,45%	
Edifícios a Cadastrar	1.900	0,11%	1.900	0,13%	0,00%	
Terrenos a Cadastrar	388	0,02%	388	0,03%	0,00%	
Obras em Andamento a Cadastrar	507.914	29,85%	306.141	20,41%	65,91%	
CM de Bens Imóveis - Lei nº 8.200/91	1.191.575	70,02%	1.191.575	79,44%	0,00%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Os valores das Obras em Andamento a Cadastrar e a Correção Monetária de Bens Imóveis – Lei nº 8.200/91 somados totalizam R\$ 1.699.489 mil, o equivalente a 99,87% dos Demais Bens Imóveis.

As Obras em Andamento a Cadastrar têm seus valores mais significativos registrados no Programa de Saneamento da Baía de Guanabara no montante de R\$ 141.779 mil, na Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Est. RJ no montante de R\$ 125.877, na Secretaria de Estado de Saúde no montante de R\$ 124.071 mil, e na CEDAE – Ações Descentralizadas no montante de R\$ 55.250 mil.

Os valores de Correção Monetária de Bens Imóveis – Lei 8.200/91 estão registrados integralmente na Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS no montante de R\$ 1.191.575 mil.

4.12 Intangível

Os Bens Intangíveis compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esta rubrica é composta por softwares, marcas, direitos e patentes industriais, deduzidas as amortizações acumuladas.

Tabela 012 – Intangível
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
INTAGÍVEL	226.721	100,00%	175.900	100,00%	28,89%
Softwares	263.735	116,33%	205.734	116,96%	28,19%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	15.911	7,02%	15.929	9,06%	-0,11%
(-) Amortização Acumulada	(52.925)	-23,34%	(45.762)	-26,02%	15,65%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O Intangível totalizou R\$ 226.721 mil em 2021, apresentando um acréscimo de 28,89% em relação ao exercício anterior.

A conta de Softwares compreende os valores de softwares pertencentes à entidade e não integrantes a um hardware, englobando os valores referentes à sua construção, implementação e instalação. Os valores mais significativos estão registrados na Secretaria de Estado de Fazenda no montante de R\$ 55.462 mil, no Rioprevidência no montante de R\$ 45.947 mil, no Ministério Público no montante de R\$ 29.971 mil, no Proderj-Centro de Tecnol. de Inf. Comun. ERJ no montante de R\$ 22.860 mil e na DPGE - Defensoria Publica Geral do Estado no montante de R\$ 21.923 mil.

4.13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios dos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Tabela 013 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. e ASSIST. A PAGAR A CP	2.946.829	100,00%	5.666.447	100,00%	-48,00%
Pessoal a pagar	2.385.224	80,94%	4.364.563	77,02%	-45,35%
Benefícios Previdenciários a Pagar	23.339	0,79%	684.444	12,08%	-96,59%
Encargos sociais a pagar	538.266	18,27%	617.440	10,90%	-12,82%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo sofreram um decréscimo de 48%, variando de R\$ 5.666.447 mil em 2020 para R\$ 2.946.829 mil em 2021.

A) PESSOAL A PAGAR

O pessoal a pagar contribuiu com 80,94% para a formação destas obrigações e está segregado conforme quadro abaixo:

Tabela 013.1 – Pessoal a Pagar
 Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
PESSOAL A PAGAR	2.385.224	100,00%	4.364.563	100,00%	-45,35%
Pessoal a Pagar - Consolidação	2.231.439	93,55%	4.208.068	96,41%	-46,97%
Pessoal a Pagar - INTRA OFSS	150.857	6,32%	152.672	3,50%	-1,19%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - União	1.640	0,07%	2.432	0,06%	-32,55%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - Estados	245	0,01%	258	0,01%	-5,07%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - Municípios	1.042	0,04%	1.133	0,03%	-8,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

A rubrica de Pessoal a Pagar – Consolidação compõe 93,55% do total do pessoal a pagar. As demais rubricas – INTRAOFFSS, INTEROFFSS União, Estados e Municípios são compostas por valores de pessoal cedido. A redução observada na rubrica Pessoal a Pagar – Consolidação ocorreu devido a antecipação dos salários dos servidores referente a competência dez/2021 que foram pagos dentro do próprio exercício, fato que não ocorreu em 2020.

B) BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR

Tabela 013.2 – Benefícios Previdenciários a Pagar

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	23.339	100,00%	684.444	100,00%	-96,59%
Benefícios Previdenciários	23.339	100,00%	684.444	100,00%	-96,59%
Benefícios Previdenciários	22.740	97,43%	409.365	59,81%	-94,45%
Décimo Terceiro Salário	599	2,57%	275.079	40,19%	-99,78%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Os Benefícios Previdenciários a pagar pertencem, em grande parcela, ao Fundo Único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – Executivo no montante de R\$ 22.006 mil.

Esta rubrica contribui com 0,79 % das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo e sua redução, assim como a rubrica Pessoal a Pagar – Consolidação, está relacionada a antecipação dos benefícios previdenciários referente a competência dez/2021.

C) ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

Já a rubrica de encargos sociais a pagar, que contribuiu com 18,27% do total do grupo, apresentou um decréscimo de 12,82% em relação ao ano anterior.

Tabela 013.3 – Encargos Sociais a Pagar

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	538.266	100,00%	617.440	100,00%	-12,82%
Encargos Sociais a Pagar - Consolidação	2.868	0,53%	5.507	0,89%	-47,91%
Encargos Sociais a Pagar - INTRA OFSS	453.173	84,19%	467.294	75,68%	-3,02%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - União	82.204	15,27%	144.622	23,42%	-43,16%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - Estados	2	0,00%	8	0,00%	-71,30%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - Municípios	18	0,00%	10	0,00%	87,27%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

4.14 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo.

Tabela 014 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV%	AH%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	35.197.606	100,00%	38.943.605	100,00%	-9,62%
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	30.704.965	87,24%	36.199.123	92,95%	-15,18%
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	945.069	2,69%	1.848.105	4,75%	-48,86%
Financiamentos a curto prazo - Interno	5	0,00%	5	0,00%	-
Juros e Encargos a pagar de Emp. e Financ. CP - Interno	13.962.770	39,67%	16.548.607	42,49%	-15,63%
Juros e Encargos a pagar de Emp. e Financ. CP - Externo	244.682	0,70%	685.615	1,76%	-64,31%
Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	(10.415.203)	-29,59%	(15.652.235)	-40,19%	-33,46%
Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	(244.682)	-0,70%	(685.615)	-1,76%	-64,31%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O saldo da conta **Empréstimos a Curto Prazo – Interno** se destaca com uma representatividade de 87,24% do grupo, somando o valor de R\$ 30.704.965 mil, integralmente registrado na unidade gestora 370200 - Encargos Gerais do Estado/SEFAZ nas seguintes contas:

2.1.2.1.1.00. 00 – Empréstimos a Curto Prazo Interno - Consolidação

2.1.2.1.1.02.00 – Empréstimos Internos - Em Contratos R\$ 5.261.951 mil

2.1.2.1.3.00. 00 – Empréstimos a Curto Prazo Interno – INTER OFSS - UNIÃO

2.1.2.1.3.02. 01 - Contratos de Empréstimos Internos R\$ 7.513.685 mil

2.1.2.1.3.02. 02 - Contratos de Empréstimos Internos – RRF R\$ 17.826.231 mil

2.1.2.1.3.02. 03 - Contratos de Empréstimos Internos - LC nº 173/2020 R\$ 103.098 mil

Os **Empréstimos a Curto Prazo – Interno** apresentaram um decréscimo de 15,18% em relação ao exercício anterior (- R\$ 5.494.158). Contribui para essa redução a contabilização de R\$ 14.252.916 mil, referente ao retorno de parte do saldo do passivo circulante para o passivo não circulante da dívida relacionada a *Contratos de Empréstimos Internos* conforme demonstrativo elaborado pela Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida Pública Estadual – SUCADP da Subsecretaria do Tesouro.

Por outro lado, também pode ser observado a transferência de valores do passivo não circulante para o passivo circulante ocorrida na conta de *Contratos de Empréstimos Internos - Regime de Recuperação Fiscal* da ordem de R\$ 12.351.430 mil, elevando desta forma o saldo da rubrica ao final do exercício para R\$ 17.826.231 mil, dos quais, conforme informações da SUCADP, R\$ 8.338.870 mil serão transferidos ao PRF-2017 e somente R\$ 9.487.361 mil serão executados através de movimentação financeira.

Cabe informar que por conta de liminar concedida em 22/04/2021 no âmbito da ACO-3457, o total financeiro acima apurado, também é passível de dedução do valor total do Curto Prazo, visto que na data de apuração dos saldos para o encerramento do exercício as liminares concedidas continuavam vigentes, suspendendo os pagamentos de dívidas junto à União, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal da qual destacamos os trechos abaixo:

“ a ampliação dos efeitos da tutela de urgência, para que Vossa Excelência determine a suspensão do pagamento das dívidas com a União, até que o Novo Regime de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei Complementar 178/21, seja regulamentado.

... Ante o exposto, defiro o pedido de extensão da liminar formulado pelo Estado do Rio de Janeiro, até que o Novo Regime de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei Complementar nº 178/21, seja regulamentado.”

De acordo com o MCASP, uma vez que já se sabe o valor dos juros e encargos financeiros a apropriar no decorrer da operação, é prudente que sejam registrados. No entanto, esse procedimento apenas estará de acordo com o Princípio da Competência se, concomitantemente, for escriturada uma conta retificadora pelo valor dos encargos financeiros a serem apropriados, visto que tais encargos ainda não são devidos e, portanto, seu valor deve ser abatido do valor total da dívida registrada. No decorrer da operação, os encargos devem ser apropriados em razão do prazo de vencimento das parcelas da operação. Vale ressaltar que tal procedimento só é possível se os juros em questão forem pré-fixados.

Em consonância com tal procedimento, foi criada a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 026/2016 que trata do controle da Dívida Pública Fundada ou Consolidada Estadual Interna e Externa. Com base na nova rotina são apropriados os Juros e Encargos Financeiros contratuais ainda não devidos, mas que serão executados até o término do exercício seguinte abatendo o mesmo montante em conta retificadora.

Os comentários sobre este item também estão desenvolvidos no item 10 - Dívida Consolidada do Volume 1 desta Prestação de Contas.

4.15 Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Tabela 015 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	10.577.658	100,00%	9.776.081	100,00%	8,20%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidaç	3.182.298	30,09%	4.182.265	42,78%	-23,91%
Fornecedores e Credores	2.814.106	88,43%	3.509.263	83,91%	-19,81%
Precatórios e Sentenças Judiciais - Fornecedores Nacionais	46.514	1,46%	350.340	8,38%	-86,72%
Fornecedores e Credores - Saldos Migrados do SIAFEM	321.678	10,11%	322.662	7,72%	-0,31%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTRA OFSS	95.419	0,90%	149.963	1,53%	-36,37%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - União	2.281	0,02%	9.558	0,10%	-76,14%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - Estado:	76	0,00%	-	0,00%	100,00%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - Municí	7.297.585	68,99%	5.434.296	55,59%	34,29%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

A conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo teve uma variação positiva de 8,20% quando comparado com o exercício anterior.

Na rubrica Fornecedores e Credores, dentro de Consolidação, as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos foram a Fundação Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC no montante de R\$ 835.646 mil, a Secretaria de Estado de Educação no montante de R\$ 614.843 mil e o Fundo Estadual de Saúde – FES no montante de R\$ 394.843 mil.

Já na rubrica Fornecedores e Credores – Saldos migrados do SIAFEM, também dentro de Consolidação, o saldo mais expressivo está no Fundo Estadual de Saúde – FES no montante de R\$ 132.560 mil.

A conta de Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP – INTER OFSS – Municípios refere-se em sua maioria ao Fundo Estadual de Saúde – FES, no montante de R\$ 4.883.477 mil.

4.16 Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

No grupo de Obrigações Fiscais a Curto Prazo, temos um saldo INTRA referente as contas de Repasses Previdenciários RPPS a Compensar no montante de R\$ 15.688 mil que foi deduzido do grupo Obrigações Fiscais a Curto Prazo com o Estados.

Tabela 016 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV%	AH%	R\$ Mil
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	546.276	100,00%	880.499	100,00%	-37,96%	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	393.948	72,12%	583.981	66,32%	-32,54%	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	28.084	5,14%	61.614	7,00%	-54,42%	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	124.244	22,74%	234.904	26,68%	-47,11%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O decréscimo de 37,96% em relação ao ano anterior deve-se ao pagamento de Darf de IRPJ, conforme processos SEI 220010/000061/20 e SEI 080005/000745/2021.

4.17 Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidas com os municípios fluminenses.

Tabela 017 – Obrigações de Repartições a Outros Entes
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV%	AH%	R\$ Mil
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	4.061	100,00%	130.936	100,00%	-96,90%	
Obrigações de Repartição a Outros Entes - INTER OFSS - Municípios	4.061	100,00%	130.936	100,00%	-96,90%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Em 2021, os principais saldos estão representados nas contas de Repartição da Cota do IPI e Repartição da Cota de ICMS no montante de R\$ 3.653 mil registrados integralmente no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro.

4.18 Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com prazo provável em até doze meses.

Tabela 018 – Provisões a Curto Prazo
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV%	AH%
PROVISÕES A CURTO PRAZO	288.558	100,00%	247.804	100,00%	16,45%
Provisões para Riscos Trabalhistas Curto Prazo	224.836	77,92%	209.419	84,51%	7,36%
Provisões para Riscos Fiscais Curto Prazo	653	0,23%	653	0,26%	0,00%
Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	40.405	14,00%	18.111	7,31%	123,10%
Outras Provisões a Curto Prazo	22.665	7,85%	19.622	7,92%	15,51%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Nas Provisões para Riscos Trabalhistas a maior parte do saldo refere-se à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS, no montante de R\$ 211.150 mil.

As Provisões para Riscos Fiscais referem-se em sua totalidade às Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro – CEASA no montante de R\$ 653 mil.

As Provisões para Riscos Cíveis referem-se em sua maioria à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 28.819 mil.

Por fim, as Outras Provisões a Curto Prazo referem-se em grande parcela à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 11.013 mil, à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 5.250 mil, à Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP no montante de R\$ 3.366 mil e à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL no montante de R\$ 2.308 mil.

4.19 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Tabela 019 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	10.100.977	100,00%	9.723.273	100,00%	3,88%
Adiantamentos de Clientes	11.711	0,12%	12.098	0,12%	-3,20%
Dividendos a Pagar	1.747	0,02%	1.747	0,02%	0,00%
Valores Restituíveis	3.296.933	32,64%	3.337.188	34,32%	-1,21%
Outras Obrigações a Curto Prazo	6.790.586	67,23%	6.372.240	65,54%	6,57%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Seguem os comentários abaixo acerca dos itens mais relevantes das Demais Obrigações a Curto Prazo:

A) VALORES RESTITUÍVEIS

Compreende os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, exigíveis no curto prazo.

Tabela 019.1 – Valores Restituíveis

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
VALORES RESTITUÍVEIS	3.296.933	100,00%	3.337.188	100,00%	-1,21%
Valores Restituíveis - Consolidação	3.141.810	95,29%	3.093.347	92,69%	1,57%
Consignações	1.447.754	46,08%	1.639.316	52,99%	-11,69%
Depósitos Judiciais	838.300	26,68%	840.488	27,17%	-0,26%
Depósitos Não Judiciais	765.597	24,37%	536.901	17,36%	42,60%
Outros Valores Restituíveis	90.159	2,87%	76.642	2,48%	17,64%
Valores Restituíveis - INTRA OFSS	155.122	4,71%	243.841	7,31%	-36,38%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

As consignações apresentam os valores retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores e em serviços contratados de fornecedores. A conta está composta em grande parcela por Retenções - Empréstimos e Financiamentos no montante de R\$ 367.263 mil, por imposto sobre a renda retido na fonte – IRRF no montante de R\$ 299.291 mil, por outros consignatários no montante de R\$ 225.114 mil, por RPPS – retenções sobre vencimentos e vantagens no montante de R\$ 192.493 mil e por INSS no montante de R\$ 175.482 mil.

Os depósitos judiciais estão registrados em sua maioria no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 761.319 mil e no Tribunal de Justiça no montante de R\$ 68.450 mil.

Já os depósitos não judiciais estão registrados em sua maioria no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 575.483 mil, no Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN no montante de R\$ 78.067 mil e no Rioprevidência no montante de R\$ 30.092 mil.

B) OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Tabela 019.2 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV%	AH%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.790.586	100,00%	6.372.240	100,00%	6,57%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	3.516.476	51,78%	3.186.427	50,00%	10,36%
Indenizações e Restituições	1.025.883	29,17%	675.199	21,19%	51,94%
Obrigações p/ Convênios Recebidos	922.355	26,23%	904.787	28,40%	1,94%
Diárias a Pagar	470	0,01%	237	0,01%	98,70%
Créditos de Terceiros	11	0,00%	123	0,00%	-91,20%
Bens de Terceiros	7.328	0,21%	10.843	0,34%	-32,41%
Obrigações de Fundos de Investimentos	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outras Obrigações a Pagar	1.560.430	44,37%	1.595.239	50,06%	-2,18%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTRA OFSS	1.027.816	15,14%	933.012	14,64%	10,16%
Obrigações Intragovernamentais - Intra OFSS	906.417	88,19%	678.830	72,76%	33,53%
Obrigações p/ Convênios Recebidos - Intra OFSS	2.735	0,27%	1.386	0,15%	97,32%
Indenizações e Restituições - Intra OFSS	9.522	0,93%	109.426	11,73%	-91,30%
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento - Intra OFSS	109.142	10,62%	143.369	15,37%	-23,87%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - União	1.801.882	26,54%	1.839.302	28,86%	-2,03%
Cessão de Direitos	464.985	25,81%	475.111	25,83%	-2,13%
Obrigações p/ Convênios Recebidos	1.335.906	74,14%	1.363.435	74,13%	-2,02%
Indenizações e Restituições - Inter OFSS	991	0,06%	755	0,04%	31,24%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - Estados	110.046	1,62%	84.896	1,33%	29,62%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - Municípios	334.366	4,92%	328.603	5,16%	1,75%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO

A conta de Indenizações e Restituições está registrada em sua maioria na Unidade Gestora Encargos Gerais, no montante de R\$ 980.071mil. Seu saldo sofreu um acréscimo de R\$ 350.684 mil decorrente, principalmente, do reconhecimento da dívida com o Banco do Brasil no montante de R\$ 386.558 mil, referente as tarifas do período compreendido entre junho/2020 e dezembro/21, suspensas devido ao estado de calamidade pública

A conta de Obrigações p/ Convênios Recebidos integra 26,23% do total das “Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação”. Seus valores mais significativos estão registrados na Secretaria de Estado de Polícia Militar no montante de R\$ 386.142 mil, na Secretaria de Estado de Polícia Civil no montante de R\$ 145.000 mil e na Secretaria de Estado da Casa Civil no montante de R\$ 93.657 mil.

As Outras Obrigações a Pagar correspondem a 44,37% do total das “Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação”. Estão compostas em sua maioria por Credores de Contratos Renegociação no montante de R\$ 872.115 mil, Seguros a Pagar de Financiamentos no montante de R\$ 216.123 mil,

Auxílios Financeiros a Estudantes e Pesquisadores no montante de R\$ 176.876 mil e Depósitos de Diversas Origens – Sem Disponibilidade Financeira no montante de R\$ 149.081 mil.

O montante dos Credores de Contratos Renegociação está integralmente registrado na Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS. Esta dívida de investimento vem sendo atualizada regularmente.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTRA OFSS

Entre as Obrigações Intragovernamentais – Intra OFSS se destacam as Obrigações c/Tesouro Estadual – Precatório no montante de R\$ 412.907 mil, referentes aos valores de precatórios de órgãos e entidades do Estado pagos pelo Tesouro do Estado.

Ainda entre as Obrigações Intragovernamentais – Intra OFSS temos os Créditos Tributários Parcelados a Transferir no montante de R\$ 288.528 mil, referente a operações intragovernamentais registradas na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado, tendo como contrapartida o Rioprevidência. A incorporação do direito à percepção da receita dos Créditos Tributários Parcelados do Estado do Rio de Janeiro ao patrimônio desta Autarquia Previdenciária foi estabelecida pelos Decretos 36.994/2005 e 37.047/2005.

Por fim, destacamos o valor de R\$ 150.557 mil registrados em Valores a Pagar EC nº 93/2016 - DRE por conta da aplicação do art. 2º da citada Emenda Constitucional:

“...São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes”.

A conta de Indenizações e Restituições – Intra OFSS está registrada em sua maioria no Fundo Único de Previdência do Estado do RJ, no montante de R\$ 21.775 mil.

Os Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento – Intra OFSS se referem integralmente ao Tesouro do Estado do Rio de Janeiro e os saldos discriminados estão compostos por Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento no total de R\$ 109.142 mil. Esses valores têm como contrapartida

as Unidades Gestoras com recursos depositados na Conta Única do Tesouro e representam os valores dos recursos a liberar destinado a atender despesas com vinculação de pagamento específica.

Já as demais contas deste grupo, que são os Recursos Bloqueados (a liberar) por Vinculação de Pagamento e por Recursos a Liberar por Mandado de Arresto, por serem contas permanentes, são expurgadas do Balanço Consolidado do Estado.

O total deste grupo deve manter paridade com contas de ativo, para que sejam eliminadas quando da consolidação dos balanços ao final do exercício. Esta Subsecretaria de Contabilidade vem interagindo junto aos Órgãos/Entidades para tentar compatibilizar os saldos das contas contábeis referentes às operações INTRA OFSS.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS UNIÃO

A conta de Cessão de Direitos está composta integralmente por cessão de direitos – royalties do petróleo, representando as obrigações do Estado devidas à União, com relação ao contrato de cessão de crédito nas modalidades de royalties e participação especial. A variação negativa de 2,13% no montante de R\$ 10.126 mil, ocorreu principalmente devido às transferências do Estado para a União.

As Obrigações p/ Convênios Recebidos pertencem em grande parcela à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras no montante de R\$ 589.760 mil, ao Instituto de Pesos e Medidas do Rio de Janeiro – IPEM no montante de R\$ 299.183 mil e ao Instituto Estadual do Ambiente no montante de R\$ 106.330 mil.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS ESTADOS

A conta de Outras Obrigações a CP – Inter OFSS – Estados está composta por obrigações para convênios recebidos no montante de R\$ 4.541 mil e por obrigações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB no montante de R\$ 105.505 mil.

O FUNDEB é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, formado na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, DF e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além destes recursos, também compõe o FUNDEB, uma parcela de recursos federais, quando o estado não alcançar o valor mínimo definido por aluno. Todo recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS MUNICÍPIOS

A conta de Outras Obrigações a CP – Inter OFSS – Municípios está composta integralmente por obrigações para convênios recebidos. Os montantes mais significativos estão registrados na Secretaria de Estado de Polícia Militar no montante de R\$ 237.862 mil, na Secretaria de Estado de Transportes no montante de R\$ 54.240 mil e na Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa no montante de R\$ 16.549 mil.

4.20 Dívida Flutuante

Os componentes da dívida fluante são aqueles contraídos por período limitado de tempo, que não ultrapassam o período de um ano, quer na sua condição de administrador de bens de terceiros confiados a sua guarda, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária.

Tabela 020 – Demonstrativo da Dívida Flutuante

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

RS Mil

DESCRIÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	AH %
	31/12/2020	INSCRIÇÃO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	31/12/2021	
Restos a Pagar	14.435.648	3.537.808	3.530.690	3.084.210	11.358.556	-21,32%
Exercícios Anteriores	14.435.648	-	3.530.690	3.084.210	7.820.748	-45,82%
Restos a Pagar	14.433.102	-	3.530.690	3.084.210	7.818.203	-45,83%
Restos a Pagar Processados	13.833.570	-	3.231.750	2.791.463	7.810.358	-43,54%
Restos a Pagar Não Processados	599.532	-	298.940	292.747	7.846	-98,69%
Restos a Pagar - DEC 40.874/07 E 41.377/08	2.545	-	-	-	2.545	0,00%
Exercício Atual	-	3.537.808	-	-	3.537.808	0,00%
Sentenças Judiciais anteriores a 2015	28.879	-	-	121,32	28.758	-0,42%
Depósitos	3.693.448	31.356.415	31.020.102	311.119	3.718.641	0,68%
Consignações	1.882.958	10.524.368	10.495.285	309.164	1.602.876	-14,87%
Depósitos de Diversas Origens	1.810.490	20.832.047	20.524.817	1.955	2.115.765	16,86%
Cretores Entidades e Agentes	23.382	1.651	1.763	-	23.270	-0,48%
Total da Dívida Flutuante	18.181.357	34.895.874	34.552.555	3.395.450	15.129.226	-16,79%

A Dívida Flutuante de 2021 totalizou em R\$ 15.129.226 mil, conforme o total do Passivo Financeiro contido no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, anexo do Balanço Patrimonial Consolidado, apresentando um decréscimo de 16,79% em relação ao ano anterior. Esta diminuição deve-se principalmente ao fato de as inscrições efetuadas terem sido menores que o somatório dos pagamentos e cancelamentos dos restos a pagar. Os valores apresentados nos campos “Inscrição” e “Pagamento” estão demonstrados também na Dívida Flutuante do Balanço Financeiro.

4.21 Restos a Pagar

Os Restos a Pagar compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de dezembro de cada exercício financeiro, distinguindo-se os processados dos não processados. Os entes devem comprovar que possuem recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação.

Segundo o MCASP, a Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, separando o Ativo e o Passivo em dois grandes grupos, financeiro e permanente, em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem. Neste contexto, o Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Para fins de compreensão dessa sistemática, ressalta-se que nos Restos a Pagar estão inseridos os créditos empenhados a liquidar, verificados na conta 631710101- RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCR. NO EXERCICIO e os créditos empenhados em liquidação, verificados na conta 631720101 – RP NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO, contidos na Demonstração da Dívida Flutuante – DDF e no PASSIVO FINANCEIRO.

As despesas liquidadas e não pagas referentes ao Serviço da Dívida e às Sentenças Judiciais posteriores a 2016 também estão inscritas e incluídas em “Restos a Pagar”.

Quanto ao estoque de restos a pagar em 31/12/2021, somou R\$ 11.358.556 mil, apresentando um decréscimo em relação ao ano anterior de 21,32% (quando somou R\$ 14.435.648 mil).

Segue demonstração do estoque de 2021 por Poder e Tipo de Administração:

Tabela 021.1 – Restos a Pagar por Poder e Tipo de Administração

PODER / TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	POSIÇÃO ACUMULADA EM 31/12/2021			
	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	AV%
PODER LEGISLATIVO (I)	358.231	143.184	501.415	4,41%
01000 Assembléia Legislativa	210.874	35.521	246.394	2,17%
01610 Fundo Especial da Assembleia Legislativa ERJ	271	73.716	73.987	0,65%
02000 Tribunal de Contas	146.953	31.815	178.768	1,57%
02610 Fdo Esp.de Mod. do Cont. Ext. do TCE-RJ	134	2.133	2.266	0,02%
PODER JUDICIÁRIO (II)	64.122	151.857	215.979	1,90%
03000 Tribunal de Justiça	37.918	18.593	56.511	0,50%
03610 Fundo Especial do Tribunal de Justiça	26.205	127.681	153.886	1,35%
03620 Fundo Especial da Escola de Magistratura (FEMERJ)	-	620	620	0,01%
03630 Fdo de Apoio aos Reg. Cíveis PN ERJ	-	4.962	4.962	0,04%
MINISTÉRIO PÚBLICO E AUTÔNOMOS (III)	167.002	114.311	281.313	2,48%
10000 Ministério Público	156.806	95.538	252.344	2,22%
10610 Fundo Especial do Ministério Público do ERJ	29	11.843	11.873	0,10%
11000 Defensoria Pública Geral do Estado	8.576	5.720	14.296	0,13%
11610 Fundo Especial da Defensoria Pública do ERJ	1.590,20	1.209,46	2.800	0,02%
PODER EXECUTIVO (IV)	9.952.788	407.061	10.359.849	91,21%
Administração Direta	2.960.724	36.264	2.996.988	26,39%
Autarquias*	209.043	156.434	365.478	3,22%
Fundações	14.532	0	14.532	0,13%
Empresas Públicas	1.260.462	75.942	1.336.404	11,77%
Fundos*	5.461.272	138.083	5.599.355	49,30%
Sociedades de Economia Mista	46.755	338	47.093	0,41%
TOTAL GERAL (V = I+II+III+IV)	10.542.143	816.413	11.358.556	100,00%

Fonte: SIAFE-Rio

Nota: AV - Análise Vertical

*Obs.: Os Fundos 02610 (TCE), 03610, 03620 e 03630 (Tribunal de Justiça) e 10610 (Ministério Público) estão em seus respectivos poderes.

A Subsecretaria de Contabilidade Geral aprovou as inscrições de Restos a Pagar do exercício financeiro de 2021, dos Órgãos e Entidades integrantes do Sistema SIAFE-Rio, através da Portaria SUBCONT nº 016 de 01 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial de 03 de fevereiro de 2022. Cabendo observar a redução do montante dos Restos a Pagar que apresentava o saldo de exercícios anteriores no valor de R\$ 14.435.648 mil.

Na tabela a seguir está demonstrado um comparativo dos Restos a Pagar por Tipo de administração:

Tabela 021.2 – Restos a Pagar por Tipo de Administração

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV%	AH%	R\$ Mil
Poder Executivo	10.359.849	91,21%	13.982.256	96,86%		-25,91%
Administração Direta	2.996.988	28,93%	3.915.183	28,00%		-23,45%
Autorarquias	365.478	3,53%	1.808.020	12,93%		-79,79%
Fundações	1.336.404	12,90%	31.851	0,23%		4095,80%
Empresas Públicas	14.532	0,14%	1.863.439	13,33%		-99,22%
Sociedades de Economia Mista	47.093	0,45%	6.324.153	45,23%		-99,26%
Fundos Especiais	5.599.355	54,05%	39.610	0,28%		14036,20%
Poder Legislativo	501.415	4,41%	125.383	0,87%		299,91%
Poder Judiciário	215.979	1,90%	201.717	1,40%		7,07%
Ministério Público	281.313	2,48%	126.292	0,87%		122,75%
TOTAL	11.358.556	100,00%	14.435.648	100,00%		-21,32%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

A tabela a seguir, demonstra os Restos a Pagar Não Processados do Poder Executivo, inscritos em virtude da suficiência financeira apurada, por fontes de recursos, em conformidade com o previsto no artigo 7º do Decreto nº 47.836 de 22/11/2021. Verifica-se que na apuração da disponibilidade de caixa foram considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Tabela 021.3 – Demonstrativo da Disponibilidade Financeira p/ Fonte de Recurso p/ Inscrição de Restos a Pagar – Poder Executivo

FONTE DE RECURSO	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RPNP (I)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (II)	DISPON. FINANC. LÍQUIDA APÓS A INSCRIÇÃO DO RP NÃO PROCESSADO (III = I - II)
081 - Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	(755.491)	-	(755.491)
085 - Fonte Genérica	61.034	-	61.034
089 - GRE SEFAZ	0	-	0
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	(9.172.074)	49.577	(9.221.652)
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	215.238	-	215.238
102 - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	(32.745)	-	(32.745)
103 - Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenv. Social	326.990	2.081	324.908
104 - Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	2.573.580	60.386	2.513.194
105 - Salário Educação	680.710	11	680.698
107 - Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	134.109	-	134.109
108 - Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	108.925	-	108.925
111 - Operações de Crédito	1.491.852	-	1.491.852
120 - Ressarcimento de Pessoal	345.353	-	345.353
122 - Adicional do ICMS - FECF	(914.689)	-	(914.689)
126 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	6.588	-	6.588
132 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	37.332	-	37.332
133 - Alienação de Bens	(48.765)	-	(48.765)
140 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	567	-	567
145 - Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - Tesouro	7.426.715	-	7.426.715
150 - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	181.529	-	181.529
151 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	458.530	-	458.530
188 - Repasses constitucionais aos municípios.	(468)	-	(468)
189 - Ingressos a Classificar	0	-	0
190 - Depósitos Judiciais Tributários	49.021	-	49.021
191 - Depósitos Judiciais Não Tributários	363.228	-	363.228
192 - Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	21.997	-	21.997
193 - Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	21.100	-	21.100
195 - Operações Oficiais de Fomento	3.209	-	3.209
196 - Auxílio Fin. da União para Mitigação dos Efeitos Financeiros da Covid-19	367	-	367
198 - Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19	10.768	-	10.768
211 - Operações de Crédito	0	-	0
212 - Transferências Voluntárias	168.152	24.426	143.726
214 - Transferências do PAC	89.327	4.636	84.691
215 - Transferências do FUNDEB	121.441	3.519	117.922
218 - Transferências Intraorçamentárias	99.229	2.352	96.877
223 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	31.554	23.860	7.694
224 - Transferências Legais Recebidas da União	342.880	1.475	341.405
225 - Sistema Único de Saúde- SUS	641.160	18.575	622.585
227 - Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	17	-	17
230 - Recursos Próprios	1.942.382	104.304	1.838.078
231 - Recursos Próprios do Rioprevidência	1.416.027	35.095	1.380.932
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	649.712	64.880	584.832
233 - Alienação de Bens	31.323	-	31.323
234 - Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	1.286.898	2.156	1.284.743
237 - Sistema de Proteção Social dos Militares	168.673	2.457	166.216
240 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	4.740	-	4.740
245 - Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário - Outras Fontes	88.600	-	88.600
251 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	5.084	-	5.084
297 - Conservação Ambiental	394.968	1.128	393.840
TOTAL	11.076.677	400.918	10.675.759

Fonte: RGF - Anexo 5

Esta tabela (Poder Executivo) está em conformidade com o Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar da RGF, disponível no Volume 4 – Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal. No exercício de 2021 a disponibilidade financeira líquida antes da inscrição dos restos a pagar não processados apresentou saldo de R\$ 11.076.677 mil. No entanto como a inscrição é feita considerando o saldo financeiro por Fonte de Recursos foram inscritos R\$ 400.918 mil em Restos a Pagar não Processados.

Os Restos a Pagar Não Processados a Liquidar (conta 631110101) devem ser liquidados ou cancelados, no Poder Executivo até 31 de março e nos demais Poderes até 31 de dezembro do ano seguinte à sua inscrição. No entanto, os saldos dos empenhos a liquidar anteriores a 2021 das unidades gestoras contidas no quadro abaixo não foram canceladas em 2021.

Merece destaque o fato do saldo final do “Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados” do Balanço Orçamentário evidenciar os valores referentes aos restos a pagar não processados a liquidar (conta 631110101) no montante de R\$ 120 mil, aos restos a pagar não processados em liquidação (conta 631210101) no montante de R\$ 1.703 mil e aos restos a pagar não processados liquidados a pagar (conta 631310101) no montante de R\$ 6.022 mil.

Tabela 021.4 – Restos a Pagar Não Processados a Liquidar

RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	
020100 - TRIBUNAL DE CONTAS	67
026100 - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO DO TCE-RJ	19
110100 - DPGE - DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO	34
TOTAL	120

Fontes: SIAFE-Rio

4.22 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios dos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Tabela 022 – Obrigações Trab. Prev. E Assist. a Pagar a LP

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	4.471.008	100,00%	4.882.939	100,00%	-8,44%
Precatório de Pessoal - Regime Especial	4.471.008	100,00%	4.882.939	1,00	-8,44%
Precatórios - Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Vencidos e Não Pagos - TRT	366.706	8,20%	352.107	0,07	4,15%
Precatórios - Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Vencidos e Não Pagos - TJ	4.217.322	94,33%	4.645.102	0,95	-9,21%
Precatórios - Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Não Vencidos - TRF	3.665	0,08%	2.415	0,00	51,75%
(-) Compensação Div. Ativa c/ Precatórios - TJ	(116.686)	-2,61%	(116.686)	-2,39%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

As Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP é composta em sua maioria por precatórios, bem como suas atualizações monetárias.

Precatórios são títulos de dívidas que o governo emite para pagar a quem ganha na Justiça processos contra o poder público. O recurso financeiro é repassado aos Tribunais, que liberam os valores aos credores. De acordo com o atual ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) em seu artigo nº 78, os Governos podem efetuar o pagamento, acrescido de juros, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos.

Cabe observar que a conta “Compensação Div. Ativa c/ Precatórios TJ” é movimentada em conformidade com a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 030/2016 que trata dos procedimentos para registros da compensação de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa com precatórios vencidos, extraídos contra o Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias e Fundações.

4.23 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Tabela 023 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	144.278.252	100,00%	147.604.667	100,00%	-2,25%
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	129.058.631	89,45%	131.835.074	89,32%	-2,11%
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	15.219.621	10,55%	14.090.233	9,55%	8,02%
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	-	0,00%	1.679.360	1,14%	100,00%
Juros e Encargos a Pagar de Emprést. e Financ. a LP - Interno	62.360.544	43,22%	33.548.971	22,73%	85,88%
Juros e Encargos a Pagar de Emprést. e Financ. a LP - Externo	1.671.986	1,16%	2.515.159	1,70%	-33,52%
(-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	(62.360.544)	-43,22%	(33.548.971)	-22,73%	85,88%
(-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	(1.671.986)	-1,16%	(2.515.159)	-1,70%	-33,52%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo totalizaram R\$ 144.278.252 mil. Somente os Empréstimos a Longo Prazo – Interno somam R\$ 129.058.631 mil, equivalentes à 89,45% do valor total.

Os valores de “Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a LP – Interno” e “(-) Encargos Financeiros a Apropriar – Interno” possuem variações devido ao reajustamento dos juros e encargos a vencer da Dívida Interna de longo prazo, conforme demonstrativo da SUCADP.

Destaca-se ainda, que os valores deste grupo estão registrados na unidade gestora Encargos Gerais do Estado. Este valor expressivo se justifica pelo fato dos valores ingressados no Tesouro Estadual terem como contrapartida o registro da obrigação na UG Encargos Gerais em conformidade com a NOTA TÉCNICA SUNOT/CGE nº 019/2016 – Operações de Crédito.

Com base no Processo Sei – 040061/000047/2022 enviado pela SUPOF, os comentários sobre este item estão desenvolvidos para melhor compreensão no item 10 do Volume 1, que trata da Dívida Consolidada.

4.24 Fornecedores a Longo Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Tabela 024 – Fornecedores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil					
	2021	AV %	2020	AV%	AH%	
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	2.752.539	0,00%	1.947.090	0,14%	41,37%	
Fornecedores Nacionais	186	0%	2.718	0,14%	100,00%	
Precatórios de Fornecedores Nacionais - Regime Especial	2.752.103	99,98%	1.944.121	99,85%	41,56%	
Precatórios de Fornecedores Nacionais - TJ	3.366.306	122,32%	2.592.088	133,13%	29,87%	
Precatórios de Fornecedores Nacionais - TRF	110.498	4,02%	76.734	3,94%	44,00%	
(-) Compensação Dívida Ativa com Precatórios - Fornecedores TJ	(724.701)	-26,33%	(724.701)	-37,22%	0,00%	
Fornecedores Nacionais a Pagar - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	251	0,01%	251	0,01%	0,00%	
Fornecedores Nacionais a Pagar - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	251	100,00%	251	0,01%	0,00%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

A conta Fornecedores a Longo Prazo é composta principalmente pelos Precatórios de Fornecedores. De acordo com o atual ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) em seu artigo nº 78, os Governos podem efetuar o pagamento dos precatórios, acrescido de juros, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos.

Do montante dos Precatórios de Fornecedores Nacionais - TJ foram deduzidos os valores de compensação da Dívida Ativa com os precatórios, que somam R\$ 724.701 mil. Tais compensações estão previstas na Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 030/2016, que trata dos procedimentos para registro da compensação de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa com precatórios vencidos, extraídos contra o Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias e Fundações com fulcro na Lei Estadual nº 5.647, de 18 de janeiro de 2010.

4.25 Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Tabela 025 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	907.280	100,00%	867.837	100,00%	4,54%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	907.280	100,00%	867.837	100,00%	4,54%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

4.26 Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valores incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Tabela 026 – Provisões a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
PROVISÕES A LONGO PRAZO	8.960.386	100,00%	4.524.192	100,00%	98,05%
Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	517.859	5,78%	434.448	9,60%	19,20%
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	7.674.558	85,65%	3.599.805	79,57%	113,19%
Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo	134.596	1,50%	30.760	0,68%	337,57%
Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	363.854	4,06%	189.667	4,19%	91,84%
Outras Provisões a Longo Prazo	269.519	3,01%	269.512	5,96%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

As Provisões a Longo Prazo sofreram um acréscimo substancial de 98,05% em relação ao exercício anterior, devido à atualização das provisões matemáticas previdenciárias, conforme Nota Patrimonial 2021NP01828 emitida pelo Rioprevidência (UG 123400), em relação ao Relatório de Avaliação Atuarial 2022 (calendário 2021). Estas representam 85,65% do total das provisões a longo prazo. Este saldo se refere às aposentadorias, pensões e outros benefícios do plano financeiro do RPPS.

4.27 Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiro não inclusos nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Tabela 027 – Demais Obrigações a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV%	AH%	R\$ Mil
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	9.618.202	100,00%	9.480.716	100,00%	1,45%	
Outras Obrigações a Longo Prazo	9.618.202	100,00%	9.480.716	100,00%	1,45%	
Outras Obrigações a Longo Prazo - Consolidação	8.828.210	91,79%	8.788.547	92,70%	0,45%	
Certificados de Privatização - CP	178.482	1,86%	138.820	1,58%	28,57%	
Perdas e Deságios em Investimentos	171	0,00%	170	0,00%	0,37%	
Obrigações com Empresas Estaduais	533.450	5,55%	533.450	6,07%	0,00%	
Fornec./Credores com contrato de parcelamento	16.580	0,17%	16.580	0,19%	0,00%	
Depósitos de Terceiros - Lei 11.429/06	828.808	8,62%	828.808	9,43%	0,00%	
Depósitos Judiciais e Extrajud.- Lei 151/2015	7.270.719	75,59%	7.270.719	82,73%	0,00%	
Outras Obrigações a Longo Prazo - Intra OFSS	87.566	0,91%	87.242	0,92%	0,37%	
Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS - União	702.426	7,30%	604.926	6,38%	16,12%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Seguem abaixo, alguns comentários sobre os itens das Demais Obrigações de Longo Prazo.

A) PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS

Em 2021, o valor de R\$ 171 mil refere-se à Companhia Fluminense de Securitização.

B) OBRIGAÇÕES COM EMPRESAS ESTADUAIS

As Obrigações com Empresas Estaduais são compostas em sua maioria pelo saldo do Termo de Cooperação Técnica e Financeira (ENCONTRO DE CONTAS), entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no total de R\$ 533.450 mil.

C) DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS – LEI 151/2015

A conta “Depósitos Judiciais e Extrajudiciais – Lei 151/2015” (antes denominada Depósitos Judiciais e Extrajudiciais – Lei 163/2015) começou a apresentar saldo no exercício de 2015 com a implementação da Lei Complementar nº 163 de 31 de março de 2015 do Estado do Rio de Janeiro, alterando a Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013. A nova lei, em seu art. 1º, autoriza que os depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro, existentes no Banco do Brasil, sejam transferidos até a proporção de 62,5% de seu valor atualizado, para os seguintes fins:

I – até o limite de 25% para conta vinculada destinada ao pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor, observada a ordem prevista na Constituição Federal;

II – até o limite de 37,5% exclusivamente para capitalização do Rioprevidência.

D) OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO – INTER OFSS - UNIÃO

Esta rubrica sofreu um acréscimo de 16,12% devido aos lançamentos de atualização do saldo devedor da conta “A”, conforme rotina contábil processo sei-040047/000122/2020.

Está contida também nesta rubrica a conta de cessão de direitos – royalties do petróleo. São as obrigações do Estado devidas à União referentes ao Contrato de Cessão de Crédito nas modalidades de Royalties e Participação Especial.

Em 2021 não ocorreu variação na conta de cessão de direitos – royalties do petróleo em relação ao exercício anterior. O saldo refere-se ao contrato de cessão de crédito celebrado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro com interveniência da ANP, Banco do Brasil e BANERJ nas modalidades de royalties e participação especial, conforme demonstrativo da SUCADP de 2021.

Tabela 027.1 – Cessão de Direitos – Royalties do Petróleo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil		
	2021	2020	AH %
Saldo Inicial	12.342	12.342	0,00%
(-) Ajustes Cambiais	-	-	-
(-) Transferência do LP p/ o CP	-	-	0,00%
(+) Atualização Monetária	-	-	0,00%
(-) Atualização Monetária	-	-	-
Saldo Final	12.342	12.342	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

4.28 Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados de exercícios futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Tabela 028 – Resultado Diferido
 Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
RESULTADO DIFERIDO	23.941.975	100,00%	10.997.364	100,00%	117,71%
Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	23.942.154	100,00%	10.997.542	100,00%	117,70%
Convênios Diversos	10.915	0,05%	10.915	0,10%	0,00%
Lucro de Lotes Industriais	475	0,00%	475	0,00%	0,00%
Atualização Monetária de Oper. Imobiliárias	35	0,00%	35	0,00%	0,00%
Juros de Lotes Industriais	23	0,00%	23	0,00%	0,00%
Receitas de Subvenções	10.153.668	42,41%	10.157.411	92,36%	-0,04%
Receitas de Concessões	13.777.037	57,54%	828.682	7,54%	1562,52%
(-) Custo Diferido - Consolidação	(179)	0,00%	(179)	0,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O montante do Resultado Diferido teve uma variação de 117,71% em relação ao exercício anterior, devido ao recebimento de receitas de concessões.

As Receitas de Subvenções apresentam um total de R\$ 10.153.668 mil, composta de R\$ 10.152.482 mil em Subvenções Governamentais para Investimentos e R\$ 1.186 mil em Doações para Investimentos.

Dentre as Subvenções Governamentais para Investimentos, a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS apresentou um montante significativo de R\$ 9.967.708 mil.

As Receitas de Concessões sofreram uma expressiva variação (no valor de R\$ 12.948.355 mil), devido ao registro do valor da outorga da concessão dos serviços de saneamento da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE, conforme Nota Patrimonial 2021NP17775 emitida pelo Tesouro Estadual (UG 999900).

4.29 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria.

O saldo total do Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial difere do Saldo Patrimonial, evidenciado no Quadro Anexo do Balanço Patrimonial – Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes devido à inclusão dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar no passivo financeiro deste quadro (contas 6.3.1.1.0.00.00 – RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR e 6.3.1.7.1.00.00 – RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR – INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO), em consonância com a Lei 4.320/64, enquanto os mesmos não cumprem os critérios para reconhecimento no passivo patrimonial. Assim sendo, essa diferença encontrada corresponderá integralmente aos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar.

O Patrimônio Líquido apresentou um acréscimo de 10,12% em relação ao saldo do exercício anterior, resultando uma variação negativa da ordem de R\$ 10.826.155 mil.

Tabela 029 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

ANEXO 19 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
 Valores em 31/12/2021

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Participação de não Controladores	Total
Saldos Iniciais	(33.258.925)	487.856	2.929.025	10.339	46.384	(88.127.918)	100.597	(117.812.641)
Ajustes de Exercícios Anteriores				207		(7.357.338)		(7.357.131)
Redução de Capital	(100.105)					100.105		-
Reserva de Reavaliação					5.026.259	-		5.026.259
Ajuste de Avaliação Patrimonial			(5.082.935)			-		(5.082.935)
Resultado do Exercício						7.030.426		7.030.426
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas						632.724		632.724
Ajuste Participação dos não Controladores							(116.889)	(116.889)
Saldos Finais	(33.359.030)	487.856	(2.153.910)	10.546	5.072.643	(87.722.001)	(16.292)	(117.680.187)

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conforme demonstrado na DMPL, seguem as explanações referentes às mutações ocorridas no exercício de 2021:

- Os Ajustes de Exercícios Anteriores diminuíram o patrimônio em R\$ 7.357.131 mil e serão abordados em tópicos específicos destas Notas Explicativas.
- O resultado do exercício contribuiu com o aumento do patrimônio, com um valor de R\$ 7.030.426 mil.
- Os Ajustes do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas são referentes às exclusões dos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial, onde foram eliminados tanto os valores de investimentos quanto a parcela do patrimônio líquido das controladas as quais pertencem ao orçamento fiscal e da seguridade social.

4. A participação dos não controladores no Balanço Patrimonial foi atualizada, para o montante negativo de R\$ 16.292 mil, conforme resultado da Equivalência Patrimonial. Sendo apresentado na DMPL 2021/2020 esse valor negativo da variação apurada no exercício no valor de R\$ 116.889 mil.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores, bem como Resultado do Exercício serão abordados em tópicos específicos (4.30 e 4.31, respectivamente).

A seguir, segue quadro que evidencia a evolução do Patrimônio Líquido, segregado pelos tipos de administração.

Tabela 029.1 - Evolução do Patrimônio Líquido
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2019/2020/2021

R\$ Mil			
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	2020	2021
Administração Direta	(106.179.558)	(125.967.246)	(127.813.147)
Fundos Especiais	682.105	3.349.139	3.140.730
Administração Indireta (sem Regime Previdenciário)	6.634.740	7.236.473	9.701.638
SUBTOTAL	(98.862.713)	(115.381.635)	(114.970.779)
Regime Previdenciário	(8.123.774)	(2.431.006)	(2.709.408)
TOTAL	(106.986.486)	(117.812.641)	(117.680.187)

Fontes: SIAFE-Rio

Os resultados acumulados apresentaram um decréscimo do saldo deficitário em 0,46%, no qual as maiores variações ocorreram no Resultado do Exercício e no Ajustes de Exercícios Anteriores conforme evidenciado no quadro abaixo.

Tabela 029.2 – Resultados Acumulados
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV%	AH%
RESULTADOS ACUMULADOS	(87.722.001)	100,00%	(88.127.918)	100,00%	-0,46%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.030.426	-8,01%	(10.682.022)	12,12%	-165,82%
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(87.395.088)	99,63%	(78.198.656)	88,73%	11,76%
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(7.357.338)	8,39%	752.761	-0,85%	-1077,38%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

4.30 Ajustes de Exercícios Anteriores

Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Com o objetivo de dar subsídios às notas explicativas dos Ajustes de Exercícios Anteriores, a Contadoria Geral do Estado, atual Subsecretaria de Contabilidade Geral, aprovou e divulgou através do

Ofício Circular SUBCONT nº 001, de 15 de janeiro de 2021, modelo de Nota Explicativa para detalhamento das informações.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores apresentou em 2021 um saldo negativo de R\$ 7.357.338 mil.

Tabela 030 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos	(7.413.627)	100,00%	733.921	100,00%	-1110,14%
Ajustes de Exercícios Anteriores	(6.333)	0,09%	586.346	79,89%	-101,08%
Cancelamento de RPP Não Prescrito	556.013	-7,50%	964.352	131,40%	-42,34%
DEA - Fornecedores e Credores	(422.393)	5,70%	(149.403)	-20,36%	182,72%
Baixa de Consignações	75.062	-1,01%	9.271	1,26%	709,68%
Incorporação de Créditos a Receber	609	-0,01%	22.433	3,06%	-97,28%
DEA - Pessoal	(1.441.617)	19,45%	(286.427)	-39,03%	403,31%
Ajuste Dívida Ativa Não Tributária	(20.684)	0,28%	-	0,00%	100,00%
Reincorporação de Precatórios Judiciais	-	0,00%	(171)	-0,02%	-100,00%
Bens Imóveis Não Incorporados - Ex. Anteriores	330.919	-4,46%	161.424	21,99%	105,00%
Desincorporação de Créditos a Receber	(148.486)	2,00%	(47.755)	-6,51%	210,93%
Incorporação de Obrigações de Exercícios Anteriores	(8.477)	0,11%	(21.962)	-2,99%	-61,40%
Bens Móveis Não Incorporados - Ex. Anteriores	23.638	-0,32%	67.922	9,25%	-65,20%
Incorporação de Direito - Pessoal Cedido	159.350	-2,15%	1.677	0,23%	9399,95%
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	(6.511.228)	87,83%	(573.786)	-78,18%	1034,78%
Empresas e Sociedades de Economia Mista	56.288	65,00%	22.134	15,95%	154,31%
Cancelamento de RPP Não Prescrito	7.511	13,34%	3.924	17,73%	191,41%
DEA - Fornecedores e Credores	(847)	-1,50%	(262)	-1,19%	322,77%
Incorporação de Ativos por Adiantamento	(49)	-0,09%	-	0,00%	-100,00%
DEA - Pessoal	(232)	-0,41%	-	0,00%	100,00%
DEA - Encargos Sociais	(494)	-0,88%	-	0,00%	100,00%
Desincorporação de Créditos a Receber	(324)	-0,58%	9.602	43,38%	-3,38%
Incorporação de Obrigações de Exercícios Anteriores	-	0,00%	(512)	-2,31%	0,00%
Desincorporação de Disponibilidade Financeira	(131)	-0,23%	(19)	-0,09%	695,39%
Desincorporação de Obrigações	19.701	35,00%	18.603	84,05%	100,00%
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	31.154	55,35%	(9.201)	-41,57%	-338,59%
TOTAL DOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(7.357.338)		756.055		-1073,12%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

A Contabilidade Geral do Estado efetuou no exercício de 2014 o desmembramento das contas de Ajustes de Exercícios Anteriores em dois grupos distinguindo-os no 4º nível do código da conta contábil, pelos dígitos "1" e "2", sendo o primeiro para Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos e o segundo para Empresas e Sociedades de Economia Mista.

Abaixo, seguem os comentários sobre os AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES de maior relevância:

4.30.1 Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Acumulados

A) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADO NÃO PRESCRITO

Os cancelamentos de Restos a Pagar Não Prescritos geram um ajuste de natureza credora (superavitária) que em 2021 atingiu o montante de R\$ 556.013 mil. Os valores de cancelamentos mais relevantes, correspondente a 85,61% do total, ocorreram no Fundo Único de Previdência do Estado (R\$ 223.861 mil); no Fundo Estadual de Ambiente (R\$ 130.270 mil); na Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa-RJ (R\$ 73.581 mil) e no Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses - FREMF (R\$ 45.482 mil).

O Programa de Redução de Passivos realizado pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ pretende reduzir o estoque de restos a pagar do Governo do Estado do Rio de Janeiro através de ações de curto, médio e longo prazo.

O programa tem como alvo a redução do estoque através de medidas de ajustes contábeis e leilão de pagamento para reduzir o passivo existente do ERJ com seus fornecedores, entre outras ações realizadas conjuntamente de modo a diminuir o passivo de RP. Dentre as medidas para o ajuste do estoque se faz necessário ações de correções e baixas contábeis de passivos que já foram pagos ou mesmo inscrições indevidas, ocorrendo assim a baixa por Ajustes de Exercícios Anteriores.

B) DEA - PESSOAL

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante negativo de R\$ 1.441.617 mil e os saldos de maior representatividade pertencem Tribunal de Justiça no montante de R\$ 762.975 mil, ao Fundo Especial de Administração Fazendária no montante de R\$ 278.258 mil e Ministério Público no montante de R\$ 240.129 mil.

C) DEMAIS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nesta rubrica encontra-se registrado os demais ajustes não relacionados nos itens anteriores sendo as mais relevantes registradas nas seguintes unidades gestoras:

- Secretaria de Estado de Educação R\$ 2.971.930 mil

Relativo à baixa decorrente do Relatório de Auditoria Governamental, Processo TCE-RJ nº 102.171-8/2020 - TSID nº 05.335.2020, após avaliação das normas e procedimentos relativos ao Regime de

Desembolso Descentralizado decorrente das intenções de repasse financeiro da SEEDUC para suas unidades administrativas que se encontrava registrado na conta contábil 1.1.3.1.1.99.02 - Concessão em Regime de Desembolso Descentralizado.

- Fundo Estadual de Transporte R\$ 2.775.351 mil

Relativo à baixa decorrente do Relatório de Auditoria Governamental, Processo TCE-RJ nº 102.171-8/2020 - TSID nº 05.335.2020, após avaliação das normas e procedimentos relativos ao Regime de Desembolso Descentralizado ao Bilhete Único, referente ao repasse financeiro a empresa Riocard Tecnologia da Informação S/A, que se encontrava registrado na conta contábil 1.1.3.8.1.01.01 - Adiantamento por Transferência Voluntária.

- Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras R\$ 1.528.676 mil

O saldo elevado em 2021 se deve, em sua maioria, a baixa de valores da conta 1.2.3.2.1.06.01 - Obras em Andamento, vinculados ao Convênio TC-262-2007-00-DNIT-SEOBRAS-DER referente as obras rodoviárias e aos serviços de sinalização e de iluminação realizadas no Arco Metropolitano do Rio de Janeiro na Rodovia BR-493/RJ, tendo em vista que a referida obra será incorporada ao patrimônio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT.

4.30.2 Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista – Lucros ou Prejuízos Acumulados

A) CANCELAMENTO DE RPP NÃO PRESCRITO

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante positivo de R\$ 7.511 mil que se referem em sua maioria registrado no Instituto Vital Brazil no montante de R\$ 5.769 mil.

B) DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante positivo de R\$ 19.701 mil e o saldo de maior representatividade pertence à Companhia Estadual de Habitação no montante de R\$ 16.034 mil, referente ao cancelamento de obrigações com fornecedores.

C) DEMAIS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nesta rubrica encontram-se saldos positivos (credor) e negativos (devedor) perfazendo o montante positivo de R\$ 31.154 mil. Os saldos de maior representatividade estão registrados na:

- Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado +R\$ 115.761 mil

O saldo elevado em 2021 está relacionado aos lançamentos de ajuste nas contas de Reserva de Reavaliação e Ajuste de Avaliação Patrimonial relacionados à equivalência patrimonial da CEDAE.

- Companhia de Eng. de Transp. e Logística – CENTRAL -R\$ 100.207 mil

O saldo elevado em 2021 está relacionado aos lançamentos contábeis de baixa de ativos de investimento (R\$ 56.434 mil) e imobilizado (R\$ 43.671 mil) em complemento ao registro da redução do Capital Social autorizado em Assembleia Geral ocorrida em 2018.

4.31 Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial de 2021 foi positivo em R\$ 7.030.426 mil, evidenciado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, conforme quadro abaixo:

Tabela 031 – Composição do Resultado Patrimonial

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
 ANEXO 15 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
 Valores em 31/12/2021 e 31/12/2020

R\$ Mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
DESCRIÇÃO	2021	AV%	2020	AV%	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	69.684.139	17,98%	57.819.498	39,81%	20,52%
Contribuições	3.204.306	0,83%	3.027.968	2,09%	5,82%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.416.812	0,37%	585.708	0,40%	141,90%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	13.997.692	3,61%	12.318.524	8,48%	13,63%
Transferências e Delegações Recebidas	31.634.630	8,16%	27.286.798	18,79%	15,93%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	18.099.372	4,67%	1.828.074	1,26%	890,08%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	249.472.993	64,38%	42.356.967	29,17%	488,98%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	387.509.945	100,00%	145.223.538	100,00%	166,84%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS					
Pessoal e Encargos	22.609.774	5,94%	21.876.453	14,03%	3,35%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	22.308.076	5,86%	21.148.204	13,56%	5,48%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	9.917.261	2,61%	7.463.632	4,79%	32,87%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	22.280.280	5,86%	28.643.692	18,37%	-22,22%
Transferências e Delegações Concedidas	30.635.949	8,05%	32.199.817	20,65%	-4,86%
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	11.335.935	2,98%	14.319.212	9,18%	-20,83%
Tributárias	960.030	0,25%	701.058	0,45%	36,94%
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	106	0,00%	18.766	0,01%	-99,43%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	260.432.107	68,45%	29.534.727	18,94%	781,78%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	380.479.519	100,00%	155.905.560	100,00%	144,04%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	7.030.426		(10.682.022)		

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2020/2019)

Abaixo, demonstramos os principais fatos que impactaram no aumento do patrimônio público, conforme descrito na tabela acima.

➤ **As Variações Patrimoniais Aumentativas somaram R\$ 387.509.945 mil e foram representadas em sua maioria por:**

- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, no total de R\$ 69.684.139 mil, sendo seus valores mais significativos de R\$ 44.812.467 mil referentes à cota parte do Estado - ICMS, R\$ 5.991.306 mil referentes ao adicional do ICMS – Lei 4.056/ 02 – FECPE, R\$ 5.067.136 mil referentes à cota parte do Estado – Dívida Ativa ICMS Inscrição após 97 e R\$ 4.537.385 mil referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Rendimentos Trabalho.
- Transferências e Delegações Recebidas, no montante de R\$ 31.634.630 mil, sendo R\$ 31.478.113 mil referentes às transferências Intergovernamentais, R\$ 30.243 mil referentes às transferências de instituições privadas e R\$ 22.050 referentes às Transferências de Pessoas Físicas
- Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, no montante de R\$ 249.472.993 mil, sendo que quase a totalidade foi referente às reversões de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo – plano financeiro no valor de R\$ 243.356.121 mil.

➤ **As Variações Patrimoniais Diminutivas somam em R\$ 380.479.519 mil e foram representadas em sua maioria por:**

- Pessoal e Encargos, no montante de R\$ 22.609.774 mil, sendo R\$ 18.568.324 mil referentes à remuneração a pessoal, R\$ 334.638 mil referentes aos encargos patronais, R\$ 2.029.115 referentes aos benefícios a pessoal e R\$ 1.677.697 mil referentes às outras variações patrimoniais diminutivas de pessoal e encargos.
- Benefícios Previdenciários e Assistenciais, no montante de R\$ 22.308.076 mil, sendo R\$ 16.232.856 mil referentes às aposentadorias e reformas, R\$ 5.091.146 mil referentes às pensões, R\$ 517.259 mil referentes às políticas públicas de transferências de renda e R\$ 466.816 mil referentes a outros benefícios previdenciários e assistenciais.
- Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, no montante de R\$ 22.280.280 mil, sendo que quase a totalidade foi referente às variações monetárias e cambiais no valor R\$ 17.317.254 mil.

- Transferências e Delegações Concedidas, no montante de R\$ 30.635.949 mil, sendo R\$ 30.488.312 mil referentes às transferências Intergovernamentais e R\$ 33.813 mil referentes às transferências a instituições privadas.
- Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, no montante de R\$ 11.384.786 mil, sendo R\$ 8.270.075 mil referentes à Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas, R\$ 2.057.114 mil referentes à Incorporação de Passivos, R\$ 1.032.847 mil referentes à Desincorporação de Ativos e R\$ 24.749 mil referentes às Perdas Involuntárias.
- Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, no montante de R\$ 260.432.107 mil, sendo que grande parte foi referente à constituição de provisões matemáticas previdenciárias – plano financeiro no valor R\$ 247.287.755 mil.

Vale ressaltar que a Subsecretaria de Contabilidade Geral vem analisando as contas de variações patrimoniais ativas e passivas INTRA-OFSS, com o intuito de eliminar seus efeitos na DVP Consolidada. Segue abaixo quadro com a referida conciliação:

EXPURGOS DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INTRAGOVERNAMENTAIS

Variações Patrimoniais Diminutivas			Variações Patrimoniais Aumentativas		
Conta	Descrição	2021	Conta	Descrição	2021
421120101	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR AT CIVIL - RPPS	2.383.640	312120101	OBRIGACOES PATRONAIS - PESSOAL CIVIL	2.383.640
421129901	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SERV ATIVO MILITAR	85.276	312920101	FUNDO DE SAUDE DOS MILITARES	85.276
421120103	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR - PLANO PREVIDENCIÁRIO	206.157	312120103	CONTRIBUC PATR-PESSOAL CIVIL/PLANO PREVIDE	206.157
443920101	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	300.541	343920101	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	300.541
451120101	COTA RECEBIDA	38.728.580	351120101	COTA CONCEDIDA	38.728.580
451120201	REPASSE RECEBIDO	18.962.317	351120201	REPASSE CONCEDIDO	18.962.317
451120301	SUB-REPASSE RECEBIDO	54.935	351120301	SUB-REPASSE CONCEDIDO	54.935
451120601	CREDITOS ENVIADOS	558.076	351120601	CREDITOS RECEBIDOS	558.076
451120701	DEBITOS RECEBIDOS	172.335	351120701	DEBITOS ENVIADOS	172.335
451220101	ORDEN DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	133.055	351220101	ORDEN DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	133.055
451220102	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITO - SALDOS NAO FINANCEIROS	447.423	351220102	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	447.423
451220103	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS - SALDOS FINANCEIROS	1.344.879	351220103	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	1.344.879
451220110	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA - DUODÉCIMO	6.179.745	351220110	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA CONCEDIDA - DUODÉCIMO	6.179.745
451220112	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS NAO FINANCEIROS	4.433.604	351220112	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS NAO FINANCEIROS	4.433.604
451220113	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.015.359	351220113	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.015.359
451220198	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	159.649	351220198	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	159.649
451220199	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	58	351220199	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	58
451220201	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS IMÓVEIS	108.734	351220201	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS IMÓVEIS	108.734
451220204	DOAÇÕES RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	22.495	351220204	DOAÇÕES CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	22.495
451220207	DOAÇÕES RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	21.893	351220207	DOAÇÕES CONCEDIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	21.893
451220208	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	185.628	351220208	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	185.628
451220209	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	23.655	351220209	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	23.655
451220210	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	132	351220210	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	132
451220299	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	50.067	351220299	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	50.067
451320101	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	18.897.078	351320101	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	18.897.078
464020103	OBRIGAÇÕES COM ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS	48.851	365020103	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	48.851
TOTAL		94.524.162	TOTAL		94.524.162

4.32 Ativos e Passivos Contingentes

4.32.1 Passivos Contingentes

Contingência passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou é uma obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança.

Em 2021, o Estado apropriou demandas judiciais no montante de R\$ 29.817.528 mil que representam riscos potenciais capazes de afetar as contas do governo. Nesse caso, foram levantadas as ações judiciais na qual o Estado já foi condenado no mérito, mas que ainda terão seus valores apurados e auditados. Em função disso, elas podem vir a gerar despesa em exercícios futuros.

O Estado mantém em sistema próprio de cadastro para acompanhamento de forma mais efetiva os processos judiciais e administrativos, com vistas à realização de ações planejadas para o gerenciamento de dívidas potenciais, bem como minimizar o impacto das finanças estaduais.

Apresentamos abaixo, tabela com as informações sobre os riscos potenciais para o Estado decorrente das demandas judiciais em andamento, segundo as informações da Procuradoria Geral do Estado, contabilizadas 8.4.1.1.1.01.00 PASSIVOS CONTINGENTES PREVISTOS e que servem de base para a elaboração do DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS, conforme exigido pelo Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tabela 032.1 – Passivos Contingentes

PASSIVOS CONTINGENTES		
Descrição	2021	AV %
Demandas Judiciais	29.817.528	100,00%

Fontes: SIAFE-Rio

4.33 Análise dos Quocientes – Balanço Patrimonial

A) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ IMEDIATA

O quociente da Liquidez Imediata demonstra o resultado da relação entre as Disponibilidades e o Passivo Circulante. Este índice tem por objetivo avaliar a capacidade financeira da Administração em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo, contando apenas com os recursos

disponíveis em caixa ou bancos. Na composição das disponibilidades foi considerada a conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Tabela 033.1 – Quociente da Liquidez Imediata
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		R\$ Mil
					AH %
Disponibilidade	22.876.058	=	11.850.573	=	
Passivo Circulante	59.661.965		65.368.646		112%
		0,38		0,18	

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O índice de Liquidez Imediata calculado para 2021 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 0,38 para pagamento imediato.

Em relação ao exercício anterior ocorreu um acréscimo de 112% da capacidade de pagamento do Estado ocasionado pelo aumento das disponibilidades e uma redução das obrigações de curto prazo.

B) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ CORRENTE

O quociente da liquidez corrente demonstra o resultado da relação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Este índice tem por objetivo avaliar quanto o Estado poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar etc.).

Tabela 033.2 – Quociente da Liquidez Corrente
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		R\$ Mil
					AH %
Ativo Circulante	46.077.878	=	34.041.020	=	
Passivo Circulante	59.661.965		65.368.646		48%
		0,77		0,52	

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O índice da Liquidez Corrente calculado para 2021 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 0,77 em bens e direitos de curto prazo para pagamento. Logo o Estado não consegue liquidar todas as suas dívidas de curto prazo apenas com bens e direitos do curto prazo.

C) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ SECA

Demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo.

Tabela 033.3 – Quociente da Liquidez Seca
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		R\$ Mil AH %
(Disponibilidade + Créditos a Curto Prazo)	40.646.197	=	30.885.373	=	
Passivo Circulante	59.661.965	=	65.368.646	=	44%
					0,68 / 0,47

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O índice de Liquidez Seca calculado para 2021 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 0,68 de recursos circulantes monetários para pagamento.

Pode-se constatar que a capacidade de pagamento do Estado teve um acréscimo de 44% em relação ao exercício anterior.

D) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ GERAL

Demonstra a capacidade do Governo em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazo.

Tabela 033.4 – Quociente da Liquidez Geral
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		R\$ Mil AH %
(Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo)	93.921.664	=	84.182.725	=	
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	254.591.608	=	245.673.452	=	8%
					0,37 / 0,34

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O índice de Liquidez Geral calculado para 2021 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das exigibilidades, o Estado dispõe de R\$ 0,37 de recursos para pagamento. Logo, o Estado não se encontra em condições de pagar todas as suas obrigações, dependendo de geração futura de recursos para a quitação de suas dívidas totais.

Pode-se observar que ocorreu um acréscimo de 8 % na capacidade de pagamento do Estado em relação ao exercício anterior, pelo acréscimo do Ativo e acréscimo do Passivo Circulante e Realizável a Longo Prazo.

E) ÍNDICE DE SOLVÊNCIA

Demonstra se o Governo está em condições de fazer frente às suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.

Tabela 033.5 – Índice de Solvência
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		R\$ Mil AH %
(Ativo Circulante + Ativo Não Circulante)	136.911.421	=	127.860.811	=	0,52
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	254.591.608	=	245.673.452	=	0,54
					3%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O índice de Solvência calculado em 2021 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das exigibilidades, o Estado dispõe de R\$ 0,54 de recursos em bens e direitos para a quitação das obrigações.

Verifica-se que ocorreu um acréscimo de 3% na capacidade de pagamento do Estado em relação ao exercício anterior, ocasionada pelo aumento do passivo total e aumento do ativo total.

F) QUOCIENTE DE ENDIVIDAMENTO GERAL

Demonstra o grau de endividamento do Governo. Reflete também a sua estrutura de capital.

Tabela 033.6 – Quociente de Endividamento Geral
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		R\$ Mil AH %
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	254.591.608	=	245.673.452	=	1,92
Ativo Total	136.911.421	=	127.860.811	=	1,86
					-3%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O Quociente de Endividamento Geral calculado para 2021 demonstra que para cada R\$ 1,00 de recursos para pagamento, o Estado tem R\$ 1,86 de obrigações, ou seja, o Governo é financiado principalmente por capital de terceiros, obtendo um passivo a descoberto.

Pode-se observar que ocorreu um decréscimo de 3% no endividamento do Estado em relação ao exercício anterior.

G) QUOCIENTE DE COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Preferencialmente, é melhor para o Estado que suas dívidas sejam de longo prazo.

Tabela 033.7 – Quociente de Composição do Endividamento
 Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		RS Mil AH %
Passivo Circulante	59.661.965	=	65.368.646	=	
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	254.591.608	=	245.673.452	=	-12%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O Quociente de Composição do Endividamento calculado em 2021 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das obrigações, o Estado tem R\$ 0,23 de dívidas a curto prazo. Isso indica que as obrigações do Estado são em sua maioria de longo prazo.

Verifica-se que ocorreu uma redução de 12 % de endividamento a curto prazo do Estado em relação ao exercício anterior.

4.34 Análise dos Quocientes – Demonstração das Variações Patrimoniais

A) QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

É resultante da relação entre o Total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o Total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Este quociente demonstra outra forma de evidenciar o resultado patrimonial (superávit ou déficit patrimonial). Se o índice apresentado for maior do que 1, indica um superávit patrimonial, se for igual a 1, indica um equilíbrio, ou seja, não houve alteração no patrimônio e se for menor do que 1, indica um déficit patrimonial.

Tabela 034 – Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais
 Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		RS Mil AH %
Variações Patrimoniais Aumentativas	387.509.945	=	145.223.538	=	
Variações Patrimoniais Diminutivas	380.479.519	=	155.905.560	=	9%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O Quociente de Resultado das Variações Patrimoniais calculado em 2021 apresentou um índice de 1,02, demonstrando que houve um superávit.

Em relação ao exercício anterior ocorreu um aumento de 9% nesse quociente.

4.35 Resultado Orçamentário

De acordo com o MCASP, não há exclusões de contas INTRA-OFSS para fins de consolidação do Balanço Orçamentário, uma vez que o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

Apenas para fins de verificação, segue abaixo quadro com as receitas INTRA-OFSS incluídas no Balanço Orçamentário, referentes à 2021.

Tabela 035.1 – Receitas Intra-Orçamentárias – Balanço Orçamentário
Estado do Rio de Janeiro - dezembro/2021

R\$ Mil

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	4.805.675	4.843.555	5.719.182
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA CONTRIBUIÇÕES	3.021.233	3.021.233	2.644.632
Contribuições Sociais	3.021.233	3.021.233	2.644.632
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL	15.766	15.766	14.725
Imobiliária	15.766	15.766	14.725
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS	693.121	693.121	822.549
Serviços	693.121	693.121	822.549
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	121.146	121.146	0
Transferências dos Estados e do DF e de suas Entidades	121.146	121.146	0
OUTRAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	954.409	992.289	2.237.276
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	2.434
Indenizações e Restituições	898.098	935.978	2.155.541
Receitas Diversas	56.311	56.311	79.301
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-	444	243
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	444	243
Amortização de Empréstimos	-	444	243
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-
Transferências dos Estados e do DF e de suas Entidades	-	-	-
OUTRAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	-	-
Total	4.805.675	4.843.999	5.719.425

Fonte: SIAFE-Rio

Do mesmo modo, segue quadro, com as despesas INTRA-OFSS incluídas no Balanço Orçamentário, referentes à 2021:

Tabela 035.2 – Despesas Intra-Orçamentárias – Balanço Orçamentário
Estado do Rio de Janeiro - dezembro/2021

Despesas	R\$ Mil				
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	4.804.755	6.322.298	5.893.855	5.869.288	5.415.160
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.017.794	2.899.994	2.750.902	2.741.738	2.463.781
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.786.961	3.422.304	3.142.953	3.127.549	2.951.379
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	919	1.107	248	248	243
INVESTIMENTO	701	846	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	218	261	248	248	243
Total	4.805.675	6.323.405	5.894.103	5.869.536	5.415.403

Fonte: SLAFE-Rio

A partir do exercício de 2015, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, iniciou-se o registro das restituições, descontos, retificações, deduções para o FUNDEB e repartições de receita tributária entre os entes da Federação em contas “reduzoras de receita”, ou seja, os valores apresentados no Balanço Orçamentário já se encontram líquidos destas deduções.

No exercício de 2021 o resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 13.747.160 mil e o confronto entre as receitas previstas, a dotação atualizada e as respectivas execuções orçamentárias do exercício de 2021 e 2020, estão apresentadas na tabela a seguir. Cabendo destacar que os demonstrativos analíticos se encontram detalhados no Volume 1 que compõe esta prestação de contas.

Tabela 035.3 – Demonstrativo do Resultado Orçamentário
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

R\$ Mil					
DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV %	AH %
Receita Prevista Atualizada	88.648.672	100,00%	68.144.315	100,00%	30,09%
Receita Arrecadada	91.423.471	103,13%	67.149.719	98,54%	36,15%
Déficit/Superávit na Arrecadação	2.774.799	3,13%	(994.595)	-1,46%	-378,99%
Dotação Inicial	89.504.337	100,00%	83.329.211	100,00%	7,41%
(+) Créditos Adicionais	46.345.131	51,78%	28.830.360	34,60%	60,75%
(-) Dotação Cancelada	(30.837.301)	34,45%	(22.489.531)	26,99%	37,12%
(-) Alteração QDD	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Dotação Atualizada	105.012.167	117,33%	89.670.039	107,61%	17,11%
Despesa Realizada	77.676.311	73,97%	64.525.575	71,96%	20,38%
Economia Orçamentária	27.335.856	26,03%	25.144.465	28,04%	8,72%
Resultado Orçamentário	2021		2020		AH %
Déficit/Superávit Orçamentário	13.747.160		2.624.145		423,87%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

A Receita Arrecadada pelo Estado do Rio de Janeiro ficou superior em 3,13% em relação ao previsto para o exercício de 2021, ocorrendo excesso de arrecadação no valor de R\$ 2.774.799 mil.

Além disso, foi obtida uma economia orçamentária (diferença entre a dotação atualizada e a despesa realizada) de R\$ 27.335.856 mil correspondentes a um percentual de 26,03%.

Neste exercício, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias, foram abertos créditos adicionais no valor de R\$ 46.345.131 mil, que representaram 51,78% da dotação inicial, não considerando os cancelamentos de dotações que atingiram o percentual de 34,45% da dotação inicial.

Dentro do montante dos créditos adicionais, tivemos o valor de R\$ 3.327.848 mil referente à abertura de créditos adicionais por Superávit Financeiro.

4.36 Análise dos Quocientes – Balanço Orçamentário

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes orçamentários:

A) QUOCIENTE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Previsão Inicial da Receita e a Dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e a fixação constante na LOA.

Tabela 036.1 – Quociente do Equilíbrio Orçamentário
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		R\$ Mil	AH %
Previsão Inicial da Receita	69.248.357	=	72.603.819	=	0,87	-11%
Dotação Inicial da Despesa	89.504.337		83.329.211			

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

De acordo com o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, a Lei Orçamentária Anual - LOA deve ser aprovada com o montante da despesa fixada igual ao da receita prevista. Este quociente demonstra que ocorreu um desequilíbrio orçamentário no exercício de 2021, tendo em vista que para cada R\$ 1,00 de Dotação Inicial da Despesa, o Estado teve uma Previsão Inicial da Receita de R\$ 0,77.

B) QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Atualizada da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para a cobertura de despesas.

Tabela 036.2 – Quociente de Execução da Receita
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		R\$ Mil	AH %
Receita Realizada	91.423.471	=	67.149.719	=	1,03	5%
Previsão Atualizada da Receita	88.648.672		68.144.315		0,99	

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O Quociente de Execução da Receita calculado para o exercício de 2021 demonstra que houve excesso na arrecadação da receita, uma vez que para cada R\$ 1,00 de Receita Prevista Atualizada, o Estado arrecadou R\$ 1,03.

C) QUOCIENTE DE DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Inicial da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para administração dos indicadores fiscais.

Tabela 036.3 – Quociente de Desempenho da Arrecadação
 Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		R\$ Mil
					AH %
Receita Realizada	91.423.471	=	67.149.719	=	
Previsão Inicial da Receita	69.248.357		72.603.819		43%
					0,92

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O Quociente de Desempenho da Arrecadação apurado no exercício de 2021 demonstra que houve excesso na arrecadação da receita, uma vez que para cada R\$ 1,00 de Receita Inicial Prevista, o Estado arrecadou R\$ 1,32.

D) QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO

É resultante da relação entre os Créditos Adicionais abertos por meio de excesso de arrecadação e o total do excesso de arrecadação, indicando a parcela do excesso de arrecadação utilizada para abertura de créditos adicionais.

Tabela 036.4 – Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação
 Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		R\$ Mil
					AH %
Créditos Adicionais (excesso de Arrecadação)	12.054.419	=	3.607.254	=	
Déficit/Superávit na Arrecadação	2.774.799		(994.595)		-220%
					(3,63)

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

De acordo com a Lei 4320/64 art.43 §3º, entende-se por excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

O Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2021 apresenta saldo positivo, porém para cada R\$ 1,00 de Superávit na Arrecadação, o Estado abriu R\$ 4,34 de Créditos Adicionais.

E) QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

É resultante da relação entre os créditos adicionais abertos no exercício por meio de superávit financeiro e o total do superávit financeiro apurado no exercício anterior, indicando a parcela do superávit financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.

Tabela 036.5 – Quociente de Utilização do Superávit Financeiro
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		RS Mil
					AH %
Créditos Adicionais (Superávit Financeiro)	12.054.419		3.607.254		
Superávit Financeiro	14.044.579	= 0,86	(2.486.725)	= (1,45)	-159%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O Quociente de Utilização do Superávit Financeiro apurado para o exercício de 2021 demonstra que o Estado teve Superávit Financeiro positivo apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

F) QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

É resultante da relação entre a Despesa Executada e a Dotação Atualizada, cuja discrepância pode ser ocasionada por ineficiência no processo planejamento-execução ou a uma economia de despesa orçamentária.

Tabela 036.6 – Quociente de Execução da Despesa
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		RS Mil
					AH %
Despesa Executada	77.676.311		64.525.575		
Dotação Atualizada da Despesa	105.012.167	= 0,74	89.670.039	= 0,72	3%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O Quociente de Execução da Despesa calculado para o exercício de 2021 demonstra que houve economia orçamentária no montante de R\$ 27.335.856 mil. Este índice não pode apresentar quociente maior que 1, uma vez que a Despesa Orçamentária só poderá ser executada até o limite do montante autorizado na Lei.

Pode-se observar que para cada R\$ 1,00 de Despesa Autorizada, o Estado realizou R\$ 0,74 de Despesa Executada.

G) QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit.

Tabela 036.7 – Quociente do Resultado Orçamentário
 Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		AH %
Receita Realizada	91.423.471	=	67.149.719	=	13%
Despesa Empenhada	77.676.311		64.525.575		
		1,18		1,04	

Fontes: SLAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

No exercício de 2021, o Estado apresentou superávit orçamentário no montante de R\$ 13.747.160 mil. O Quociente do Resultado Orçamentário demonstra esse superávit, visto que foi empenhado apenas 85% da receita realizada.

H) QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE

É resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação desse quociente indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

Tabela 036.8 – Quociente da Execução Orçamentária Corrente
 Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		AH %
Receita Realizada Corrente	91.271.560	=	66.967.585	=	15%
Despesa Empenhada Corrente	74.828.834		63.014.223		
		1,22		1,06	

Fontes: SLAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O Quociente da Execução Orçamentária Corrente calculado para o exercício de 2021 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa Corrente, o Estado arrecadou R\$ 1,22 de Receita corrente, apresentando um superávit orçamentário corrente, ou seja, a receita corrente suportou as despesas correntes.

I) QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.

Tabela 036.9 – Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária
 Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		R\$ Mil AH %
Receita Realizada	91.423.471	=	67.149.719	=	12%
Despesa Paga	74.138.503	=	60.902.069	=	
					1,23
					1,10

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária apurado para o exercício de 2021 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa paga, o Estado dispõe de R\$ 1,23 de Receita Realizada. Esse índice indica que a receita realizada foi superior às despesas pagas no exercício, logo obtendo um superávit financeiro real.

4.37 Resultado da Execução Financeira

O resultado da execução financeira no exercício de 2021 foi positivo em R\$ 13.562.218 mil, que somado ao saldo em espécie do exercício anterior, corresponde ao saldo em espécie para o Exercício Seguinte, conforme verificado na tabela a seguir.

Tabela 037 – Resultado da Execução Financeira
 Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	2020	R\$ Mil AH %
1 - Saldo em Espécie do Exercício Anterior	15.567.138	12.948.606	20,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.850.573	10.046.914	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.404.114	1.061.703	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto F	2.312.451	1.839.989	
2 - Receitas	284.925.461	246.182.247	15,74
2.1 - Receitas Orçamentárias	91.423.471	67.149.719	36,15%
2.2 - Transferências Financeiras Recebidas	-	-	0,00%
2.3 - Receitas Extraorçamentárias	193.501.990	179.032.527	8,08%
3 - Despesas	271.363.243	243.563.714	11,41
3.1 - Despesas Orçamentárias	77.676.311	64.525.575	20,38%
3.2 - Transferências Financeiras Concedidas	-	-	0,00%
3.3 - Despesas Extraorçamentárias	193.686.932	179.038.139	8,18%
4 - Resultado da Execução Financeira	13.562.218	2.618.533	417,93
5 - Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	29.129.357	15.567.138	87,12

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Para fins de consolidação do Balanço Financeiro, foram excluídas as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, no montante de R\$ 86.206.066 mil em 2021, conforme já exposto no item de letra “n” das Principais Práticas Contábeis.

Quanto às Deduções das Receitas Orçamentárias, o MCASP 8ª edição, parte V, orienta que as receitas orçamentárias sejam apresentadas líquidas de deduções. A tabela a seguir evidencia as deduções das receitas orçamentárias referentes aos exercícios de 2021 e 2020:

Tabela 037.1 – Deduções da Receita Orçamentária

Fonte / Fonte	2021			2020		
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (B)	SALDO (C) = (A - B)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (D)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (E)	SALDO (F) = (D - E)
ORDINÁRIA	86.930.064	(30.417.369)	56.512.695	59.436.923	(18.762.668)	40.674.256
089 - GRE SEFAZ	0	-	183	386	-	386
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	56.564.135	(21.088.478)	35.475.657	46.714.792	(17.341.888)	29.372.904
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	939.950	(54.284)	885.666	845.070	(61.807)	783.263
102 - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	525.994	(232.064)	293.929.950	407.487	(163.118)	244.369
107 - Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	3.288.563	(940.964)	2.347.599	2.553.926	(729.589)	1.824.336
108 - Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	2.800.056	(32.222)	2.767.834	2.068.934	-	2.068.934
120 - Ressarcimento de Pessoal	96.439	-	96.439	88.637	-	88.637
132 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	17.425	(15)	17.410.050	13.835	(52)	13.782
140 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	567	-	567	-	-	-
145 - Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - Tesouro	17.058.300	(7.429.798)	9.628.502	2.008.224	-	2.008.224
230 - Recursos Próprios	2.385.416	(318)	2.385.098	190.919	-	190.919
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	3.248.478	(639.225)	2.609.253	2.106.855	(267)	2.106.588
240 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	4.740	-	4.739.507	2.437.860	(465.946)	1.971.914
VINCULADA	37.535.018	(2.624.243)	34.910.776	37.570.923	(11.095.459)	26.475.464
081 - Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	162	-	162	-	-	-
103 - Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	629.165	-	629.165	531.313	-	531.313
104 - Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	17.755.142	(1.103.764)	16.651.379	11.644.889	(10.955.631)	689.258
105 - Salário Educação	512.667	-	512.667	392.577	-	392.577
111 - Operações de Crédito	376	-	375.853	335	-	335
122 - Adicional do ICMS - FECP	3.947.727	(1.211.664)	2.736.064	3.440.770	(522)	3.440.248
126 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	20.246	(5.001)	15.245	32.476	(8.065)	24.411
133 - Alienação de Bens	288	-	288	-	-	-
150 - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	302.971	-	302.971	-	-	-
151 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	641.484	-	641.484	-	-	-
195 - Operações Oficiais de Fomento	2.231	-	2.231	2.280	-	2.280
198 - Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19	-	-	-	411.024	-	411.024
211 - Operações de Crédito	0	-	0	0	-	0
212 - Transferências Voluntárias	180.722	(163)	180.558	126.237	(154)	126.083
214 - Transferências do PAC	44.425	-	44.425	8.590	-	8.590
215 - Transferências do FUNDEB	4.106.766	-	4.106.766	2.860.133	-	2.860.133
218 - Transferências Intraorçamentárias	61.233	-	61.233	49.055	-	49.055
223 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	674.738	-	674.738	428.323	-	428.323
224 - Transferências Legais Recebidas da União	191.644	-	191.644	-	-	-
225 - Sistema Único de Saúde- SUS	973.868	-	973.868	1.221.260	-	1.221.260
227 - Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	154	(17)	138	106.494	-	106.494
231 - Recursos Próprios do Rioprevidência	5.552.485	-	5.552.485	15.089.420	(131.087)	14.958.333
233 - Alienação de Bens	8.153	-	8.153	24	-	24
234 - Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	384.158	-	384.158	450.244	-	450.244
237 - Sistema de Proteção Social dos Militares	1.119.539	-	1.119.539	607.886	-	607.886
245 - Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário - Outras Fontes	392.234	(303.634)	88.600	-	-	-
251 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	5.084	-	5.084	-	-	-
297 - Conservação Ambiental	27.355	-	27.355	167.594	-	167.594
999 - A definir	-	-	-	-	-	-
TOTAL	124.465.082	(33.041.611)	91.423.471	97.007.847	(29.858.127)	67.149.719

Na tabela a seguir estão contemplados os saldos das disponibilidades financeiras (Disponibilidade Bruta) por fonte de recursos que compõem o grupo "8.9.9.3.1.01.00 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR FONTE". O total desta conta não está refletindo corretamente os Caixas e Equivalentes de Caixa,

registrados nas contas de ativo, devido às inconsistências de Validações Contábeis (LISCONTIR) não regularizadas no exercício.

Tabela 037.2 – Disponibilidade por Fonte de Recursos
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

FONTES DE RECURSOS	2021	2020	R\$ Mil AH %
Fonte 081 – Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	915.788	481.627	90,14%
Fonte 085 – Fonte Genérica	61.034	57.220	6,66%
Fonte 089 - GRE SEFAZ	0	335	100,00%
Fonte 100 – Ordinários Provenientes de Impostos	(2.474.864)	(2.163.695)	14,38%
Fonte 101 – Ordinários Não Provenientes de Impostos	451.724	(3.975.705)	-111,36%
Fonte 102 – Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	30.443	154.717	-80,32%
Fonte 103 – Royalties p/ Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	369.438	257.262	43,60%
Fonte 104 – Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	2.797.773	1.976.112	41,58%
Fonte 105 – Salário Educação	692.508	474.037	46,09%
Fonte 107 – Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	1.054.994	1.007.036	4,76%
Fonte 108 – Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	196.569	194.848	0,88%
Fonte 111 – Operações de Créditos	1.495.520	1.906.590	-21,56%
Fonte 120 – Ressarcimento de Pessoal	364.368	314.731	15,77%
Fonte 122 – Adicional do ICMS - FECF	1.753.702	6.357.922	-72,42%
Fonte 126 – Contribuição Intervenção Domínio Econômico - CIDE	7.264	861	744,01%
Fonte 132 – Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	39.511	48.241	-18,10%
Fonte 133 – Alienação de Bens	501	(1.927.684)	-100,03%
Fonte 140 – Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	567	-	100,00%
Fonte 145 – Recursos da Conc. de Serv. Público de Abast. de Água e Esgot. Sani	7.493.642	-	100,00%
Fonte 150 – Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	184.012	-	100,00%
Fonte 151 – Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	471.385	-	100,00%
Fonte 188 – Repasses Constitucionais aos Municípios	130.325	225.317	-42,16%
Fonte 189 – Ingressos a Classificar	0	0	0,00%
Fonte 190 – Depósitos Judiciais Tributários	201.497	201.497	0,00%
Fonte 191 – Depósitos Judiciais Não Tributários	363.228	363.228	0,00%
Fonte 192 – Transferência Proveniente de Auxílio Financeiro	24.557	24.592	-0,15%
Fonte 193 – Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	21.587	21.587	0,00%
Fonte 195 – Operações Oficiais de Fomento	12.615	12.879	-2,05%
Fonte 196 – Auxílio Financeiro da União para Mitigação dos Efeitos Financeiro	1.438	9.092	100,00%
Fonte 198 – Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19	11.859	14.477	100,00%
Fonte 211 – Operações de Crédito	0	0	100,00%
Fonte 212 – Transferências Voluntárias	174.571	170.850	2,18%
Fonte 214 – Transferências do PAC	90.214	64.743	39,34%
Fonte 215 – Transferências do FUNDEB	529.888	360.179	47,12%
Fonte 218 – Transferências Intraorçamentárias	102.782	94.719	8,51%
Fonte 223 – Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	64.324	49.108	30,99%
Fonte 224 – Transferências Legais Recebidas da União	345.001	301.893	14,28%
Fonte 225 – Sistema Único de Saúde - SUS	769.305	664.910	15,70%
Fonte 227 – Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cul	17	26.250	100,00%
Fonte 230 – Recursos Próprios	4.390.538	3.695.617	18,80%
Fonte 231 – Recursos Próprios do Rioprevidência	1.785.165	1.056.060	69,04%
Fonte 232 – Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	2.125.747	1.635.606	29,97%
Fonte 233 – Alienação de Bens	39.685	31.532	25,86%
Fonte 234 – Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	1.287.075	913.521	40,89%
Fonte 237 - Sistema de Proteção Social dos Militares	193.568	77.959	100,00%
Fonte 240 – Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	4.740	-	100,00%
Fonte 245 – Recursos da Conc. de Serv. Público de Abast. de Água e Esg. Sanit. -	88.600	-	100,00%
Fonte 251 – Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	5.084	-	100,00%
Fonte 297 – Conservação Ambiental	394.969	370.491	6,61%
Total das Disponibilidades por Fonte	29.064.262	15.550.562	86,90%

Fontes: SIAFE-Rio

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

4.38 Análise dos Quocientes – Balanço Financeiro

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes financeiros:

Tabela 038 – Dados para Apuração dos Quocientes Financeiros
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	2020	R\$ Mil
Resultado Orçamentário	13.747.160		2.624.145
Varição do Saldo em Espécie	13.562.218		2.618.533
Saldo que passa para o Exercício Seguinte	29.129.357		15.567.138
Saldo do Exercício anterior	15.567.138		12.948.606

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

A) QUOCIENTE ORÇAMENTÁRIO DO RESULTADO FINANCEIRO

É resultante da relação entre o Resultado Orçamentário e a Variação do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário. Em contrapartida, pode ainda ser analisada a diferença como resultante do resultado extraorçamentário ou das transferências.

Tabela 038.1 – Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		R\$ Mil	AH %
Resultado Orçamentário	13.747.160	=	2.624.145	=	1,00	1%
Varição do Saldo em Espécie	13.562.218	=	2.618.533	=	1,01	1%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Tabela 038.1.1 – Variação do Saldo em Espécie

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	AV %	2020	AV%	AH%	R\$ Mil
VARIAÇÃO DO SALDO EM ESPÉCIE	13.562.218	100,00%	2.618.533	100,00%	417,93%	
Resultado Orçamentário	13.747.160	101,36%	2.624.145	100,21%	423,87%	
Resultado das Transferências	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Resultado Extraorçamentário	(184.942)	-1,36%	(5.612)	-0,21%	3195,46%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

A variação positiva do Saldo em Espécie obteve influência positiva do Resultado Orçamentário no montante de R\$ 13.747.160 mil.

O Resultado das Transferências permaneceu zerado nos dois exercícios, por se tratar de transferências INTRA-OFSS, cujos saldos foram excluídos dos demonstrativos consolidados.

Já o Resultado Extraorçamentário contribuiu negativamente para a variação do saldo em espécie, sendo seus valores de pagamentos menores que seus recebimentos.

B) QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS

É resultante da relação entre o saldo que passa para o Exercício seguinte e o Saldo do Exercício Anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o saldo em espécie.

Tabela 038.2 – Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		R\$ Mil
					AH %
Saldo que passa para o Exercício Seguinte	29.129.357	=	15.567.138	=	
Saldo do Exercício Anterior	15.567.138		12.948.606		56%
					1,20

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros apurado no exercício de 2021 foi de 1,87, demonstrando que ocorreu superávit financeiro.

Pode-se observar a diferença apurada entre o saldo que passa para o exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior no montante positivo de R\$ 13.562.219 mil, indicando que os recebimentos do exercício foram superiores aos pagamentos.

4.39 Resultado dos Fluxos de Caixa

O resultado dos fluxos de caixa no exercício de 2021 foi positivo no montante de R\$ 11.025.485 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Tabela 039 – Resumo do Fluxo de Caixa
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro – 2021/2020

Geração Líquida de Caixa	2021	2020
CAIXA INICIAL	11.850.573	10.046.914
Variação de Caixa	11.025.485	1.803.659
CAIXA FINAL	22.876.058	11.850.573

Fontes: SIAFE-Rio

Para fins de consolidação da DFC, foram excluídas as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas no montante de R\$ 86.206.066 mil em 2021, conforme já exposto no item de letra “n” das Principais Práticas Contábeis.

A composição deste resultado é evidenciada através dos Fluxos: Operacional, Investimento e Financiamento, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 039.1 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa Sintético – Método Direto
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro – 2021/2020

FLUXOS	2021			2020		
	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido
Operacionais	255.912.670	242.625.638	13.287.032	185.218.757	182.214.439	3.004.318
Investimentos	103.180	1.773.818	(1.670.638)	114.314	864.374	(750.060)
Financiamentos	-	590.909	(590.909)	140	450.739	(450.599)
Total	256.015.850	244.990.365	11.025.485	185.333.211	183.529.552	1.803.659

R\$ Mil

Fontes: SIAFE-Rio

- **Fluxo Líquido das Atividades Operacionais**

O fluxo líquido das atividades operacionais evidencia quanto o Governo gerou de caixa suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios gerados pelas operações e fazer novos investimentos. Pode-se observar que o Estado teve um acréscimo de caixa no montante de R\$ 13.287.032 mil, ou seja, os ingressos financeiros foram superiores aos desembolsos.

Os ingressos financeiros do fluxo operacional somam R\$ 256.015.850 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes aos outros ingressos operacionais no montante de R\$164.592.379 mil e às receitas tributárias, no montante de R\$ 43.214.140 mil.

Já os desembolsos do fluxo operacional somam R\$ 244.990.365 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes aos outros desembolsos operacionais no montante de R\$ 167.321.173mil e à pessoal e demais despesas, no montante de R\$ 64.561.003 mil.

- **Fluxo Líquido das Atividades de Investimentos**

O fluxo líquido das atividades de investimento gerou um decréscimo de caixa de R\$ 1.670.638 mil. Os ingressos financeiros do fluxo de investimentos somam R\$ 103.180 mil, sendo sua maioria referente à amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Já os desembolsos do fluxo de

investimentos somam R\$ 1.773.818 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à aquisição de ativo não circulante, no montante de R\$ 1.078.549 mil.

- **Fluxo Líquido das Atividades de Financiamentos**

O fluxo líquido das atividades de financiamento gerou um decréscimo de caixa de R\$ 590.909 mil. Os Desembolsos do fluxo de financiamentos somam R\$ 590.909 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à amortização/ refinanciamento da dívida, no total de R\$ 358.307mil.

4.40 Análise dos Quocientes – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes do fluxo de caixa:

Tabela 040 – Dados para Apuração dos Quocientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021	2020	R\$ Mil
Caixa Líquido Gerado nas Operações	13.287.032		3.004.318
Resultado Patrimonial	7.030.426		(10.682.022)
Total do Passivo	254.591.608		245.673.452
Total da Geração Líquida de Caixa	11.025.485		1.803.659

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

A) QUOCIENTE DO FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS EM RELAÇÃO AO RESULTADO PATRIMONIAL

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Resultado Patrimonial. A interpretação deste quociente indica a dispersão entre o fluxo de caixa operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício.

Tabela 040.1 – Quociente do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		R\$ Mil	AH %
Caixa Líquido Gerado nas Operações	13.287.032	=	3.004.318	=	(0,28)	-772%
Resultado Patrimonial	7.030.426		(10.682.022)			

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

B) QUOCIENTE DA CAPACIDADE DE AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Total do Passivo. A interpretação deste quociente indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida.

Tabela 040.2 – Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		RS Mil
					AH %
Caixa Líquido Gerado nas Operações	13.287.032	=	3.004.318	=	
Total do Passivo	254.591.608		245.673.452		327%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida apurado para o exercício de 2021 foi 0,05, demonstrando que o Estado não gerou recursos suficientes para pagamento das obrigações de curto e longo prazo. Esse resultado indica que o Estado necessitará captar mais recursos.

C) QUOCIENTE DA ATIVIDADE OPERACIONAL

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o total da Geração Líquida de Caixa. A interpretação desse quociente indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade atribuída às atividades operacionais.

Tabela 040.3 – Quociente da Atividade Operacional
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	2021		2020		RS Mil
					AH %
Caixa Líquido Gerado nas Operações	13.287.032	=	3.004.318	=	
Total da Geração Líquida de Caixa	11.025.485		1.803.659		-28%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O Quociente da Atividade Operacional apurado para o exercício de 2021 demonstra que o caixa líquido gerado nas operações contribuiu positivamente para o total da geração líquida de caixa.

05 – Legislação Básica

Constituições

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 05 de outubro de 1989.

Leis

LEI FEDERAL nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 6830, de 22 de Setembro de 1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 8.727, de 05 de novembro de 1993 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 11.494, de 20 de junho de 2007 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

LEI ESTADUAL nº 287, de 4 de Dezembro de 1979 – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 5.628, de 29 de Dezembro de 2009 – Institui o Bilhete Único nos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 5.647, de 18 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre forma de compensação de crédito inscrito em Dívida Ativa com Precatórios vencidos, e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 6.136, de 28 de dezembro de 2011 – Dispõe sobre a exclusão das multas e parte dos juros relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, e autorização para pagamento, parcelamento ou compensação com créditos de precatórios expedidos, e dá outras providências.

Leis Complementares

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº 101, de 4 de maio de 2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 147, de 27 de junho de 2013 – Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento e dá outras providências.

Decretos

DECRETO Federal nº 6.976, de 7 de outubro de 2009 - Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 25.875, de 22 de Dezembro de 1999 – Dispõe sobre a extinção do Fundo da Dívida Pública e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 36.994, de 25 de Fevereiro de 2005 – Incorpora ao Patrimônio do Rioprevidência Créditos Tributários parcelados de titularidade do Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO ESTADUAL nº 40.155, de 17 de Outubro de 2006 – Incorpora ao patrimônio do Rioprevidência os valores referentes ao fluxo do Fundes, ingressados a partir de Janeiro de 2007 e determina outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 41.528, de 31 de Outubro de 2008 – Estabelece os procedimentos a serem adotados na celebração e execução de convênios que impliquem dispêndio financeiro por órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 41.880, de 25 de Maio de 2009 – Dispõe sobre as atribuições e procedimentos para a programação e execução orçamentária e financeira do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 42.011, de 28 de Agosto de 2009 – Incorpora ao patrimônio do Rioprevidência os direitos de propriedade do Estado do Rio de Janeiro sobre os Royalties e Participação Especial decorrentes do artigo 20, § 1º, da Constituição Federal.

DECRETO ESTADUAL nº 42.315, de 25 de Fevereiro de 2010 – Disciplina a opção pelo regime especial de pagamento de precatórios, instituído pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

DECRETO ESTADUAL nº 44.006, de 27 de Dezembro de 2012 – Anula o Decreto Estadual nº 37.050, de 10 de março de 2005 - Torna sem efeito a Incorporação ao patrimônio do Rioprevidência Créditos Tributários e Não Tributários inscritos em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO ESTADUAL nº 44.489, de 25 de Novembro de 2013 – Institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Estado nos casos que especifica.

DECRETO ESTADUAL nº 44.558, de 13 de Janeiro de 2014 – Regulamenta a gestão dos bens móveis integrantes do patrimônio público do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 45.681, de 08 de junho de 2016 – Modifica a estrutura do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 47.836, de 22 de novembro de 2021 – Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2021, e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 47.4887, de 11 DE FEVEREIRO DE 2021– Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece normas para a execução orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2021, e dá outras providências.

Portarias

PORTARIA MINISTÉRIO DA FAZENDA nº 184, de 25 de Agosto de 2008 – Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL Nº 438, de 12 de Julho de 2012 – Aprova a alteração dos Anexos nº 12 (Balanço Orçamentário), nº 13 (Balanço Financeiro), nº 14 (Balanço Patrimonial), nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), nº 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) e nº 19 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, revoga a Portaria STN nº 665, de 30 de novembro de 2010, e dá outras providências.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL Nº 634, de 19 de Novembro de 2013 – Dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL Nº 548, de 24 de Setembro de 2015 – Dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual.

PORTARIA CONJUNTA STN/SOF Nº 06, de 18 de Dezembro de 2018 - Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA CONJUNTA STN/SPREV Nº 07, de 18 de Dezembro de 2018 - Aprova a Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos: Capítulo 4 – Regime Próprio de Previdência Social – RPPS da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Nº 877, de 18 de Dezembro de 2018 – Aprova a Parte Geral e as Partes II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III - Procedimentos Contábeis Específicos, IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO Nº 179, de 27 de Março de 2014 - Orienta a operacionalização dos procedimentos previstos no decreto nº 44.489, de 25 de novembro de 2013 no que tange ao ajuste inicial e a depreciação dos bens móveis do Estado.

PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO nº 192, de 09 de Dezembro de 2015 – Orienta a operacionalização dos procedimentos previstos no Decreto nº 44.489, de 25 de novembro de 2013, no que tange ao ajuste inicial e a amortização dos bens intangíveis do Estado.

PORTARIA CONJUNTA CGE-SUBGEST Nº 001, de 28 de Maio de 2018 – Define a data de início da operação exclusiva do Sistema Informatizado de Gestão de Bens Móveis do Estado do Rio de Janeiro – SBM RJ, para os bens móveis adquiridos, pelos órgãos e entidades que menciona.

PORTARIA CONJUNTA CGE-SUBGEST Nº 002, de 20 de Julho de 2018 – Altera a Portaria Conjunta CGE-SUBGEST Nº 001 de 28 de maio de 2018.

PORTARIA SUBCONT Nº 006 DE 12 DE JUNHO DE 2019 - Normatiza as Atribuições sobre o Fluxo no Processo de Liquidação da Despesa.

PORTARIA SUBCONT Nº 004 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2018 - Disciplina os Procedimentos Relativos ao Sistema Extrator de Informações do Siafe-Rio denominado Flexvision e a Criação de Gestores de Flexvision nos Órgãos e Entidades, e dá Outras Providências.

PORTARIA SUBCONT Nº 003 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018 - Dispõe Acerca das Prestações de Contas Anuais dos Ordenadores de Despesas da Administração Direta Estadual e dos Fundos no Âmbito do Poder Executivo.

PORTARIA SUBCONT Nº 001 DE 02 DE OUTUBRO DE 2018 - Determina a Obrigatoriedade de Emissão da Declaração Anual do Contador, e dá Outras Providências.

PORTARIA SUBCONT Nº 016 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2022 - Aprova as Inscrições de Restos a Pagar no Exercício Financeiro de 2021.

Resoluções

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 40/ 01 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 43/01 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP EC de 23/09/2016 - ESTRUTURA CONCEITUAL.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 01 de 21/10/2016 - Receita de Transação sem Contraprestação.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 02 de 21/10/2016 - Receita de Transação com Contraprestação.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 03 de 21/10/2016 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 04 de 25/11/2016 – Estoques.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 05 de 25/11/2016 - Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 06 de 22/09/2017 – Propriedade para Investimentos.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 07 de 22/09/2017 – Ativo Imobilizado.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 08 de 22/09/2017 – Ativo Intangível.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 09 de 22/09/2017 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 10 de 22/09/2017 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 11 de 18/10/2018 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 12 de 18/10/2018 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 13 de 18/10/2018 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 17 de 18/10/2018 – Demonstrações Contábeis Consolidadas.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 18 de 18/10/2018 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.366/2011 - Aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL nº 3.922/2010, de 25/11/2010 - Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

RESOLUÇÃO SEFAZ nº 366, de 21 de Dezembro de 2018 - Fixa o valor da UFIR-RJ para o exercício de 2019.

Instruções

Instrução CVM nº 247, de 27 de Março de 1996 - Dispõe sobre a avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, para o pleno atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, altera e consolida as Instruções CVM nº 01, de 27 de abril de 1978, nº 15, de 03 de novembro de 1980, nº 30, de 17 de janeiro de 1984, e o artigo 2º da Instrução CVM nº 170, de 03 de janeiro de 1992, e dá outras providências.

IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis

IPC 00 - Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade

IPC 01 - Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar

IPC 02 - Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência

IPC 03 - Encerramento de Contas Contábeis no PCASP

IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial

IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais

IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro

IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário

IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa

IPC 10 - Contabilização de Consórcios Públicos

IPC 11 – Contabilização de Retenções

IPC 12 – Contabilização de Cessão de Bens Móveis e Imóveis

IPC 13 - Contabilização da Cessão de Direitos Creditórios

IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS

IPC 15 - Depósitos Judiciais e Extrajudiciais

IPC16 - Benefícios Fiscais IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS

Circulares CGE – Gabinete da Contadoria

OFÍCIO CIRCULAR SUBCONT nº 001 Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 2021 que estabelece novas orientações quanto à emissão de Notas Explicativas de Ajustes de Exercícios Anteriores de forma DIGITALIZADA e que irão compor a Prestação de Contas do Governador do Estado do Rio de Janeiro (Contas de Gestão).

06 – Considerações Finais

A Prestação de Contas é o conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial que permitam avaliar, sob os aspectos técnicos e legais, a regularidade da macrogestão dos recursos públicos a cargo do Chefe do Poder Executivo e devem ser apresentadas anualmente à Assembleia Legislativa pelo Governador de acordo com o Art. 72, inc. XII, da Constituição Estadual do Estado do Rio de Janeiro. A Contabilidade Estadual assume importância ímpar como a responsável por registrar e evidenciar o ingresso dos recursos orçamentários e financeiros, assim como os gastos realizados com esses recursos, além das movimentações no patrimônio do Estado.

Os resultados do desempenho financeiro do Estado podem ser analisados em sua totalidade, com a absoluta transparência e fidedignidade, os quais buscamos incessantemente, com base nas informações prestadas pelos órgãos e entidades do Estado, permitindo-nos, também, avaliar o trabalho que desenvolvemos durante todo o exercício, mantendo a memória estadual e de nossas principais instituições, servindo como importante fonte de pesquisa por parte de vários setores de nossa sociedade.

Neste cenário, a Subsecretaria de Contabilidade Geral – SUBCONT, responsável por registrar e evidenciar todos os atos e fatos da gestão, e cumprindo sua atribuição privativa, apresenta a Prestação de Contas de Governo do Exmo. Senhor Governador referente ao exercício de 2021. Reconhecida de forma incontestável, a elevada dedicação e qualificação do corpo técnico, características que nos permitiram alcançar o máximo de eficiência e acerto no desempenho de nossa atribuição, almejando sempre a melhoria da qualidade das informações contábeis.

Encerramos mais um ciclo, com absoluta certeza de termos empenhado nossos maiores esforços para alcance das metas as quais nos propusemos, e por fim agradecendo a todos que, direta ou indiretamente, participaram deste processo, em especial ao Exmo. Secretário de Estado de Fazenda, Nelson Rocha, e a todo corpo técnico da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ, pelo apoio, confiança e incentivo, além da valiosa troca de experiências que nos proporcionaram.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 2022.



YASMIM DA COSTA MONTEIRO
Subsecretária de Contabilidade Geral do Estado

07 – Lista de Tabelas

LISTA DE TABELAS

Tabela 001 – Caixa e Equivalentes de Caixa	42
Tabela 001.1 – Bancos.....	43
Tabela 001.2 – Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.....	44
Tabela 002 – Créditos a Curto Prazo	45
Tabela 002.1 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	48
Tabela 002.1.1 – Créditos por Danos ao Patrimônio	50
Tabela 002.1.2 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	51
Tabela 002.1.3 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo.....	52
Tabela 002.1.3.1 – Créditos Intragovernamentais	54
Tabela 004 – Estoques.....	55
Tabela 005 – VPD Pagas Antecipadamente.....	56
Tabela 006 – Créditos a Longo Prazo	57
Tabela 006.1 – Dívida Ativa.....	58
Tabela 006.1.1 – Dívida Ativa Tributária LP	59
Tabela 007 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	60
Tabela 007.1 – Direitos sobre Concessões	61
Tabela 007.2 – Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo.....	62
Tabela 008 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo.....	63
Tabela 009 – Estoques.....	63
Tabela 010 – Investimentos.....	64
Tabela 010.1 – Participações Societárias.....	65
Tabela 010.2 – Demonstrativo da Equivalência Patrimonial	66
Tabela 010.3 – Comparativos dos Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial Soc. Não Integrantes do Orçamento	66
Tabela 010.4 – Comparativos da Provisão p/ Perdas em Investimentos	67
Tabela 010.5 – Comparativos das Perdas e Deságios em Investimentos.....	68
Tabela 010.6.1 – Cálculos de Consolidação – Participação Societária.....	69
Tabela 010.6.2 – Cálculos de Consolidação – Perdas e Deságios em Investimentos	69
Tabela 010.6.3 – Cálculos de Consolidação – Participação de Não Controladores.....	69
Tabela 010.6.4 – Cálculo da Participação dos Não Controladores	70
Tabela 010.7 – Demais Investimentos Permanentes.....	71
Tabela 011 – Imobilizado	72
Tabela 011.1 – Bens Imóveis	74
Tabela 011.1.1 – Bens de Uso Especial	75
Tabela 011.1.2 – Bens Imóveis em Andamento	75
Tabela 011.1.3 – Demais Bens Imóveis	76
Tabela 012 – Intangível	77
Tabela 013 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	78
Tabela 013.1 – Pessoal a Pagar	78
Tabela 013.2 – Benefícios Previdenciários a Pagar	79
Tabela 013.3 – Encargos Sociais a Pagar.....	79
Tabela 014 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	80
Tabela 015 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	82
Tabela 016 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo.....	83
Tabela 017 – Obrigações de Repartições a Outros Entes	83
Tabela 018 – Provisões a Curto Prazo	84
Tabela 019 – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	85
Tabela 019.1 – Valores Restituíveis	85
Tabela 019.2 – Outras Obrigações a Curto Prazo	86
Tabela 020 – Demonstrativo da Dívida Flutuante	89
Tabela 021.1 – Restos a Pagar por Poder e Tipo de Administração.....	91

Tabela 021.2 – Restos a Pagar por Tipo de Administração.....	92
Tabela 021.3 – Demonstrativo da Disponibilidade Financeira p/ Fonte de Recurso p/ Inscrição de Restos a Pagar – Poder Executivo.....	93
Tabela 022 – Obrigações Trab. Prev. E Assist. a Pagar a LP.....	95
Tabela 023 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo.....	95
Tabela 024 – Fornecedores a Longo Prazo.....	96
Tabela 025 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo.....	97
Tabela 026 – Provisões a Longo Prazo.....	97
Tabela 027 – Demais Obrigações a Longo Prazo.....	98
Tabela 027.1 – Cessão de Direitos – Royalties do Petróleo.....	99
Tabela 028 – Resultado Diferido.....	100
Tabela 029 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.....	101
Tabela 029.1 - Evolução do Patrimônio Líquido.....	102
Tabela 029.2 – Resultados Acumulados.....	102
Tabela 030 – Ajustes de Exercícios Anteriores.....	103
Tabela 031 – Composição do Resultado Patrimonial.....	107
Tabela 032.1 – Passivos Contingentes.....	110
Tabela 033.1 – Quociente da Liquidez Imediata.....	111
Tabela 033.2 – Quociente da Liquidez Corrente.....	111
Tabela 033.3 – Quociente da Liquidez Seca.....	112
Tabela 033.4 – Quociente da Liquidez Geral.....	112
Tabela 033.5 – Índice de Solvência.....	113
Tabela 033.6 – Quociente de Endividamento Geral.....	113
Tabela 033.7 – Quociente de Composição do Endividamento.....	114
Tabela 034 – Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais.....	114
Tabela 035.1 – Receitas Intra-Orçamentárias – Balanço Orçamentário.....	115
Tabela 035.2 – Despesas Intra-Orçamentárias – Balanço Orçamentário.....	116
Tabela 035.3 – Demonstrativo do Resultado Orçamentário.....	117
Tabela 036.1 – Quociente do Equilíbrio Orçamentário.....	118
Tabela 036.2 – Quociente de Execução da Receita.....	118
Tabela 036.3 – Quociente de Desempenho da Arrecadação.....	119
Tabela 036.4 – Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação.....	119
Tabela 036.5 – Quociente de Utilização do Superávit Financeiro.....	120
Tabela 036.6 – Quociente de Execução da Despesa.....	120
Tabela 036.7 – Quociente do Resultado Orçamentário.....	121
Tabela 036.8 – Quociente da Execução Orçamentária Corrente.....	121
Tabela 036.9 – Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária.....	122
Tabela 037 – Resultado da Execução Financeira.....	122
Tabela 037.1 – Deduções da Receita Orçamentária.....	123
Tabela 037.2 – Disponibilidade por Fonte de Recursos.....	124
Tabela 038 – Dados para Apuração dos Quocientes Financeiros.....	125
Tabela 038.1 – Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro.....	125
Tabela 038.1.1 – Variação do Saldo em Espécie.....	125
Tabela 038.2 – Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros.....	126
Tabela 039 – Resumo do Fluxo de Caixa.....	126
Tabela 039.1 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa Sintético – Método Direto.....	127
Tabela 040 – Dados para Apuração dos Quocientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	128
Tabela 040.1 – Quociente do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial.....	128
Tabela 040.2 – Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida.....	129
Tabela 040.3 – Quociente da Atividade Operacional.....	129

8 – Lista de Siglas e Abreviaturas

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGE-RIO	AGÊNCIA ESTADUAL DE FOMENTO
AGETRANSP	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS, METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ALERJ	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ART	ARTIGO
BERJ	BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
BO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BP	BALANÇO PATRIMONIAL
CEDAE	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CEPERJ	CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISA E DE FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO
CFC	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
CGE	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CIDE	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO
CODIN	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CP	CURTO PRAZO
CUTE	CONTA ÚNICA DO TESOURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DCASP	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
DEA	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
DER-RJ	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DETRAN	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DFC	DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA
DMPL	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DVP	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EMOP	EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ERJ	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EXTRA-OFSS	EXTRAORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FAETEC	FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA
FAF	FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
FDP	FUNDO DA DÍVIDA PÚBLICA
FES	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
FREMF	FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES
FUNDEB	FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
FUNDES	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

ICMS	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO
IO	IMPrensa OFICIAL
INTER-OFSS	INTERORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
INTRA-OFSS	INTRAORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
IPSAS	NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
IR	IMPOSTO DE RENDA
IVB	INSTITUTO VITAL BRAZIL
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
LP	LONGO PRAZO
LRF	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
MCASP	MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADO AO SETOR PÚBLICO
NT	NOTA TÉCNICA
PCASP	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO
PGE	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
RGF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
RIOPREVIDÊNCIA	FUNDO ÚNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RIOTRILHOS	COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS
RP	RESTOS A PAGAR
RPNP	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
RPP	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
RPPS	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL
SEOBRAS	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
SEPLAG	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SETRANS	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SIAFEM	SISTEMA INFORMATIZADO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS
SIG	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS
STF	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBCONT	SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUNOT	SUPERINTENDENCIA DE NORMAS TÉCNICAS
TCE-RJ	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
TJ-RJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UFIR-RJ	UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA
UG	UNIDADE GESTORA
VPA	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
VPD	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS